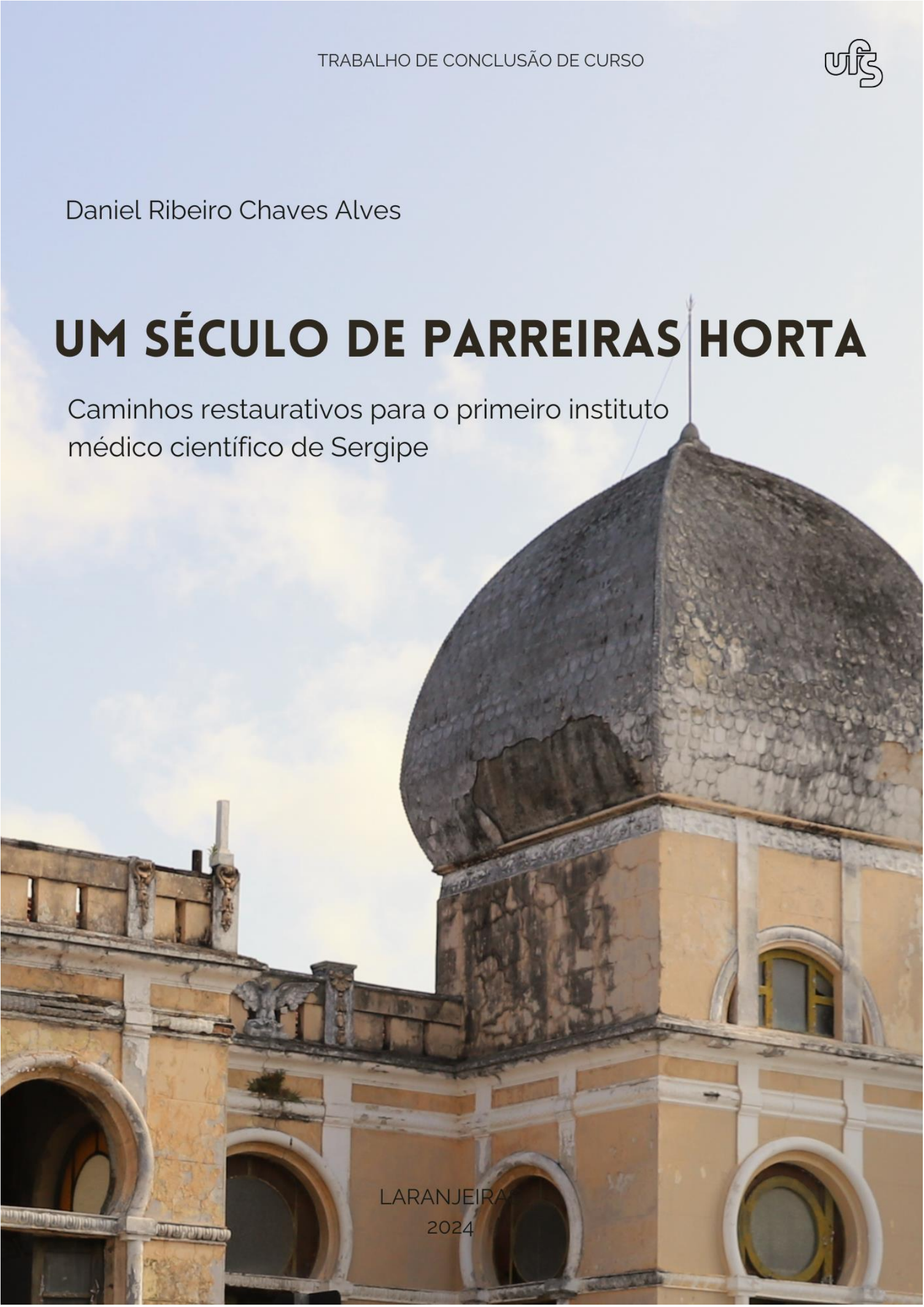
TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO

Daniel Ribeiro Chaves Alves

UM SÉCULO DE PARREIRAS HORTA

Caminhos restaurativos para o primeiro instituto médico científico de Sergipe



LARANJEIRAS
2024

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE
DEPARTAMENTO DE ARQUITETURA E URBANISMO

DANIEL RIBEIRO CHAVES ALVES

Um século de Parreiras Horta:
Caminhos restaurativos para o primeiro instituto médico científico de Sergipe.

LARANJEIRAS
2024

DANIEL RIBEIRO CHAVES ALVES

Um século de Parreiras Horta: Caminhos restaurativos para o primeiro instituto médico científico de Sergipe.

Trabalho de Conclusão de Curso submetido ao Departamento de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal de Sergipe como requisito para a obtenção do título de bacharel em Arquitetura e Urbanismo.

Orientador(a): Prof. Dr. Eder Donizeti da Silva

LARANJEIRAS

2024

DANIEL RIBEIRO CHAVES ALVES

Um século de Parreiras Horta: Caminhos restaurativos para o primeiro instituto médico científico de Sergipe.

Banca examinadora

Prof. Dr. Eder Donizeti da Silva (Orientador)
Universidade Federal de Sergipe

Profª. Ma. Rosany Albuquerque Matos (Avaliador interno)
Universidade Federal de Sergipe

Carlos Diogo Fonseca Azevedo (Avaliador externo)
Arquiteto e Urbanista

LARANJEIRAS
2024

Dedicado aos meus avós,

Iara Horta, Idelfonso Alves e Izaura Sabino.

AGRADECIMENTOS

Durante todo o percurso deste trabalho tive o privilégio de poder contar com o suporte, seja acadêmico ou emocional de diversas pessoas do meu entorno ou pelas que apareceram pelo caminho, sem essas pessoas não seria capaz de realizar de tal forma o que apresentarei a seguir.

Agradeço primeiramente à minha mãe **Isaura,** meu pai **Alexandre** pelo suporte nos momentos mais frágeis e ao genuíno incentivo para que eu alcançasse meus objetivos. Agradeço aos meus irmãos **Camila** e **Eduardo,** pelos momentos de alegria durante todo esse percurso. À minha avó **Iara,** a quem tenho um carinho imenso e a quem devo o inconcebível; é o mínimo por ter me proporcionado os melhores dias desses anos de vida.

Agradeço a meu irmão **José** e a minha tia **Patrícia**, que além do suporte familiar, me fizeram o adulto que sou hoje, pelas infindáveis conversas sobre o mundo das artes, os períodos históricos, as complexidades políticas e tantos outros assuntos. A vocês devo minha eterna curiosidade e minha alma pesquisadora.

Meus agradecimentos à Universidade Federal de Sergipe, que através do ensino superior público meu formou arquiteto e urbanista. Agradeço a meu orientador **Eder Donizeti** pela oportunidade de participar por mais de uma vez em iniciações científicas além por ter despertado em mim a possibilidade de estudar o Instituto Parreiras Horta. À professora **Rosany Albuquerque**, não apenas por ter aceitado caminhar junto a esse trabalho como avaliadora interna nas bancas realizadas, mas também pelo fornecimento de materiais fundamentais para a conclusão deste trabalho.

Agradeço à Sociedade Médica de Sergipe pelo apoio prestado. À **Dra. Karla Rezende,** que há muitos anos já havia me falado sobre a fragilidade da construção e que agora foi essencial para a construção de pontes durante essa caminhada. Ao **Dr. Lúcio Prado** da Academia Sergipana de Medicina, pelo contato estabelecido. Além do meu grande agradecimento ao **Dr. Henrique Batista**, por me ajudar não apenas

com sua importante bibliografia, mas também por acreditar neste trabalho e ser chave para minhas visitas ao Parreiras Horta.

Agradeço a todos que me deram suporte institucional, desde o fornecimento de documentos, informações e autorizações. Aos que permitiram minhas visitas ao complexo do Parreiras: **Cliomar Alves**, superintendente do LACEN, **Patrícia Ribeiro**, Superintendente do SVO e **Aline Marinho**, Assessora técnica do LACEN. Agradeço a **Fernando Aguiar** e **Silvia de Oliveira**, membros do Conselho Estadual de Cultura de Sergipe. A **Robson Rabelo**, coordenador da Defesa Civil de Aracaju e **Luciano Queiroz**, superintendente da Superintendência Estadual de Proteção e Defesa Civil. Agradeço também à equipe da **CEHOP** e da **Biblioteca Epiphânio Dória** pelo carinho e por me receberem tão bem.

Aos vários familiares que estiveram ao meu lado: **Roberta, Odilon, Camilla, Maíra, Daniel**, além de muitos outros tios, tias, primos, primas. Agradeço aos amigos que me acompanharam nessa jornada e que ativamente estiveram ao meu lado, em especial à **Bruna Silva**, que esteve comigo nos inúmeros trabalhos em grupo, nas inúmeras horas ao telefone e ao final da graduação ainda foi peça chave para a liberação de arquivos para essa monografia. Agradeço a **Bruno** e sua agradável companhia nos vários convites de última hora para pesquisas de campo. A **Lucas, João, Inara, Laura, Juliana** e tantos outros amigos que a universidade me proporcionou. Agradeço a **Daniel**, que apesar da distância geográfica, se mantém como querido amigo há pelo menos 17 anos.

Por fim, agradeço aos parentes queridos que não estão mais presentes fisicamente, mas estarão sempre vivos nas lembranças como **Maria Seixas,** tia que durante este trabalho sempre esteve em meu pensamento por ter trabalhado por muitos anos no Instituto Parreiras Horta e que ainda sonho em encontrar algum registro de sua passagem por lá. Finalizo esse texto agradecendo meu avô **José Idelfonso**, que se foi antes que eu pudesse ingressar no curso de arquitetura, mas com toda certeza se fez presente a cada momento da minha vida desde então e continuará sendo a pessoa mais importante e mais fascinante que já conheci.

RESUMO

O presente trabalho consiste em um estudo desenvolvido na antiga edificação do Instituto Parreiras Horta em Aracaju, perante ao seu abandono que já se arrasta por mais de uma década. O descaso com o patrimônio histórico sergipano é diariamente percebido e este é mais um exemplar que se encontra em processo de arruinamento, mesmo sendo tombado pela esfera estadual. Por isso, esse trabalho visa traçar possibilidades restaurativas para a construção, pensando a partir de teóricos da área e hipóteses que se encaixam com o contexto local. Diante desse desafio aqui são apresentadas as pesquisas bibliográficas acerca da história do Instituto Parreiras Horta, sua arquitetura e transformações ao longo dos cem anos de existência. Sua importância histórica e arquitetônica é reafirmada como motivo para sua salvaguarda e restauração para que tenha uso voltado para a sociedade. A partir do registro de seu estado atual de conservação e diagnóstico de danos, foram desenvolvidas fichas de danos para a documentação dessas informações, além de um mapa geral com todas as patologias encontradas. Por fim, o valor do patrimônio é discutido a partir de exemplos retirados do próprio objeto de estudo e das fontes bibliográficas, que se relacionam com as diferentes frentes teóricas da restauração.

Palavras-chave: Patrimônio; Conservação; Restauro; História; Aracaju; Valor Patrimonial

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Hospital de Caridade em sua locação na Rua da Aurora 25
Figura 2 - Hospital Santa Isabel na década de 1940. 29
Figura 3- Graccho Cardoso 30
Figura 4 - Atheneu D. Pedro II - Atual Museu da Gente Sergipana (à esquerda) 31
Figura 5 - Grupo Escolar Manuel Luiz (à direita) 31
Figura 6 - Colégio Estadual Cel. João Fernandes De Britto (à esquerda) 32
Figura 7 - Sede da Polícia Civil de Aracaju (à direita) 32
Figura 8 - Palácio Inácio Barbosa (Antiga Prefeitura de Aracaju) 32
Figura 9 - Dr. Augusto Leite (à esquerda) 34
Figura 10 - Hospital Cirurgia em 1925 (à direita) 34
Figura 11 - Paulo Parreiras Horta 36
Figura 12 - Parreiras Horta (à esquerda) e Oswaldo Cruz (sentado à direita) 37
Figura 13 - Laboratório Central de Saúde Pública de Santa Catarina 38
Figura 14 - Fotografia da Fachada do IPH em 1925 41
Figura 15 - Fotografias internas de laboratórios do IPH em 1925 41
Figura 16 - Fotografia na Fon Fon indicando a construção de uma usina de gás 42
Figura 17 - Fotografia de uma das laterais do IPH 42
Figura 18 - Placas comemorativas no interior do IPH 44
Figura 19-Horto Botânico de Aracaju no início da década de 1920 48
Figura 20 - Complexo de Manguinhos após a conclusão de suas obras estruturantes 50
Figura 21 - Pavilhão do Relógio (à esquerda) 50
Figura 22 - Pavilhão Cavalariça (à direita) 50
Figura 23 - Aquário – Manguinhos (à esquerda) 51
Figura 24 - Pavilhão Quinino (à direita) 51
Figura 25-Pavilhão Mourisco 52
Figura 26 – Castelo Alhambra em Granada-Espanha 56
Figura 27 - Cinema Palácio no Rio de Janeiro (à esquerda) 57
Figura 28 - Igreja do Sagrado Coração de Maria (à direita) 57
Figura 29 - Pavilhão Mourisco de Botafogo 57
Figura 30 - Palais du Bardo ou Observatório de Montsourris 58

Figura 31 - Sinagoga de Berlim 58
Figura 32 - Matéria da Revista Fon Fon sobre o estilo mourisco 59
Figura 33 - Palacete Aguiar de Barros 60
Figura 34 - Villa Aurora atualmente (à esquerda) 62
Figura 35 - Projeto de Fachada da Villa Aurora (à direita) 62
Figura 36 - Pavilhão Cavalariça de Manguinhos (à esquerda) 66
Figura 37 - Pavilhão anexo do IPH (à direita) 66
Figura 38 - Pavilhão principal do Instituto Parreiras Horta 66
Figura 39 - Hipótese de planta baixa original 70
Figura 40 - Planta Baixa de reforma realizada no IPH na década de 1940 71
Figura 41 - Amplificação da Planta Baixa de 1940 72
Figura 42 - Placa de reforma e ampliação no governo José Rollemberg Leite 73
Figura 43 - Placa de reforma de 1994 (acima) e placa de reforma de 1977 (abaixo) 73
Figura 44 - Área ocupada pela FSPH. 74
Figura 45 - Planta Baixa do complexo da FSPH 74
Figura 46 - Planta baixa atual da edificação 75
Figura 47 - À direita o prédio original do IPH | à esquerda o acréscimo do auditório 76
Figura 48 - À esquerda o prédio original do IPH e à direita o acréscimo doauditório. 76
Figura 49 - Auditório visto por fora 77
Figura 50 - À esquerda a construção original, à direita um acréscimo posterior 77
Figura 51 - Antigo gasômetro, hoje cantiga 78
Figura 52 - Águia posicionada na platibanda 79
Figura 53 - Ornamento de platibanda 79
Figura 54 - Ornamento de platibanda 80
Figura 55 - Friso com elementos em folheados 80
Figura 56 - Friso com elementos arredondados 81
Figura 57 - Ornamento "ovo e dardo" na escola estadual Manuel Luiz 81
Figura 58 - Base da cúpula com elementos florais 82
Figura 59 - Estuque da cúpula em composição escamada 82
Figura 60 - Escola Valnir Chagas (à esquerda). 83
Figura 61 - Cúria Metropolitana (à direita). 83
Figura 62 - Sede do IPHAN na avenida Barão de Maruim 84
Figura 63 - Detalhes florais na esquadria da fachada 84

Figura 64 - Exemplo de FID 1 87
Figura 65 - Exemplo de FID 2. 88
Figura 66 - Prancha com levantamento de Fachadas do IPH 89
Figura 67 - Modelo de FID desenvolvido para este trabalho 90
Figura 68 - Espaço interno da FSPH 92
Figura 69 - Fachada Oeste da edificação, rodeada por plantas e copas de árvores 93
Figura 70 - Registro da fotogrametria da fachada do antigo IPH 94
Figura 71 - Fotogrametria da fachada principal 95
Figura 72 - Fotogrametria da fachada leste 95
Figura 73 - Fotogrametria da fachada sul 96
Figura 74 - Fotogrametria da fachada oeste 96
Figura 75 - Umidade ascendente na fachada Oeste do IPH 99
Figura 76 - Presença de manchas na parte superior da construção 100
Figura 77 - Presença de Manchas de umidade na fachada Oeste da construção 101
Figura 78 - Proliferação de plantas de pequeno porte na fachada oeste. 102
Figura 79 - Cúpula do IPH vista da rua Campo do Brito (à esquerda) 103
Figura 80 - Planta instalada em uma das lacunas da cúpula (à direita) 103
Figura 81 - Desgaste da camada exterior de tinta na fachada principal (à esquerda) 105
Figura 82 - Desgaste da camada de tinta na fachada oeste (à direita) 105
Figura 83 – Foco de perda de elementos de argamassa 105
Figura 84 - Empolamento da camada de tinta na fachada oeste. 106
Figura 85 - Ornamentos faltantes na fachada principal 107
Figura 86 - Ornamentos faltantes na fachada principal 107
Figura 87- Área da cúpula que se desprendeu 108
Figura 88 - Fissura em destaque na fachada principal 108
Figura 89 - Alteração cromática na camada de tinta - Fachada leste 109
Figura 90 - Visão ao entrar na edificação 110
Figura 91 - Estrutura interna da cúpula 110
Figura 92 - Parte da cobertura destelhada (à esquerda) 111
Figura 93 - Parede interna tomada por colonizações biológicas (à direita) 111
Figura 94 - Parede com tijolos de vidro em um dos ambientes 111
Figura 95 - Sujidade presente em todos os ambientes e a presença de gatos 112
Figura 96 - Parreiras Horta em 1931 122

Figura 97 - Riscos na parede que serviam como base para as listras 123
Figura 98 - Pavilhão Anexo em 1925 (à esquerda) 124
Figura 99 - Pavilhão Anexo em 2024 (à direita) 124
Figura 100 - Fachada interna do pavilhão anexo em 1925 (à esquerda) 125
Figura 101 - Fachada interna do pavilhão anexo em 2024. (à direita) 125
Figura 102 - Manchete do Jornal da Cidade noticiando a morte da Dra. Eglantina 127
Figura 103 Transição entre o prédio antigo e o auditório 135
Figura 104 - Elementos ornamentais externos em ambiente interno da edificação 136
Figura 105 - Torre e cúpula esférica do Castelo Mourisco 137
Figura 106 - Prospecção encontrada no IPH 139
Figura 107 - Elementos espúrios na fachada leste 140
Figura 108 - Entrada do edifício com lacunas ornamentais 146
Figura 109 - Lacunas nas esquadrias da fachada 148
Figura 110 - Estrutura de madeira da esquadria 148
Figura 111 - Desplacamento de elementos ornamentais 149
Figura 112 - Construção a qual é apenas utilizada a sua fachada 155

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

IPH	Instituto Parreiras Horta
FSPH	Fundação de Saúde Parreiras Horta
Fiocruz	Fundação Oswaldo Cruz
BICAL	Biblioteca do Campus de Laranjeiras – Universidade Federal de Sergipe
IPHAN	Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional
CEHOP	Companhia Estadual de Habitação e Obras Públicas
SUPAT	Superintendência de Gestão do Patrimônio do Estado
LACEN	Laboratório Central de Saúde Pública
HEMOSE	Centro de Hemoterapia de Sergipe
SVO	Serviço de Verificação de Óbito
ASM	Academia Sergipana de Medicina
SOMESE	Sociedade Médica de Sergipe

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO 15

2. HISTÓRIA DO EDIFÍCIO E SUAS INFLUÊNCIAS ARQUITETÔNICAS 20

2.1. RETROSPÉCTO HISTÓRICO 21

2.1.1 Décadas De Formação 22

1.1.1 Início Do Século XX 26

2.1.2. Década De 1920 E Governo Graccho Cardoso..... 30

2.1.3. Instituto Parreiras Horta.....35

2.2. ASPÉCTOS E INFLUÊNCIAS ARQUITETÔNICAS 47

3. **EVOLUÇÃO E CARACTERÍSTICAS ARQUITETÔNICAS**..... 69

3.1. EVOLUÇÃO E CONSTRUÇÃO 69

3.2. CARACTERIZAÇÃO ARQUITETÔNICA.....78

4. ANÁLISE E MAPEAMENTO DE DANOS 86

4.1. BASES PARA UM MAPA DE DANOS.....86

4.2. PATOLOGIA DAS CONSTRUÇÕES.....96

5. CAMINHOS PARA A RESTAURAÇÃO 114

5.1. PENSANDO O VALOR PATRIMONIAL 115

5.2. POSSÍVEIS SOLUÇÕES E DIRETRIZES PROJETUAIS 129

5.2.1. Restauro Estilístico.....132

5.2.2. Restauro Filológico.....141

5.2.3. Restauro Crítico.....149

5.2.4. Teorias contemporâneas.....151

CONSIDERAÇÕES FINAIS.....159

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....163

APÊNDICES.....167

1. INTRODUÇÃO

Ao apresentar a construção base deste trabalho a quem se mostrava interessado, algumas perguntas sempre ressoavam de início: estas iam desde o que se tratava, qual a sua localização, o que era, se está abandono etc. Muitas destas perguntas estavam presentes na escolha do tema para o trabalho de conclusão de curso, que de certa forma teve seu início movido pela curiosidade e admiração por uma edificação que nos detalhes se apresenta de forma única no rol do patrimônio edificado aracajuano.

O antigo prédio do Instituto Parreiras Horta, também chamado de “Parreiras Horta”, está localizado na Rua Campo do Brito, fazendo fronteira entre os bairros Salgado Filho e São José, oficialmente fazendo parte do primeiro. Construído onde um dia foi o Horto Botânico da cidade, hoje, quase cem anos após sua inauguração, divide espaço urbano com a Arena Batistão, residências, clínicas e centro médico-hospitalares. Mas apesar do grande progresso, é sintomático que a construção atinja esse grande marco temporal em seu pior estado de conservação, afinal, está em desuso há mais de dez anos.

A virada para o século XX representou uma grande mudança para a capital sergipana, visto que as primeiras décadas foram marcadas por transformações sociais e urbanas a passo que Aracaju via nascer grandes fábricas, escolas e mercado, além da expansão do serviço de água encanada, energia e transporte, com a implantação de novo calçamento, vias para bonde e ferrovias que ligavam a cidade a outros estados (Chaves. R, 2004). Nesse contexto de crescimento, a população teve como um dos maiores desafios as variadas doenças que se alastraram pela capital, também conhecidas como “Febres do Aracaju”. Para isso, o Presidente do Estado de Sergipe adotou medidas de reforma sanitária aos moldes de outras capitais, como o Rio de Janeiro de Pereira Passos, convidando o carioca Dr. Paulo Parreiras Horta à Aracaju para estruturar e construir uma casa de pesquisa médica (Santana, 2004).

De acordo com Silva, H (2023) a arquitetura do Instituto que ganhou o nome de Instituto Parreiras Horta, teve inspiração no então contemporâneo prédio da

Fundação Oswaldo Cruz, local onde o então convidado de honra exerceu a função de pesquisador. O prédio da Fiocruz no Rio de Janeiro, construído no início do século XX, incorporou em sua forma a arquitetura Mourisca, Neoárabe e *Alhambrista*, vinda de uma Espanha com heranças árabes (Nogueira, 2020). Tendo isso em vista, é interessante pensar e analisar que o prédio do IPH tem a seu modo eclético, elementos inspirados nessa arquitetura incomum de se observar no contexto sergipano, sendo necessário estudá-los a fundo.

Depois de anos de atuação, o edifício que um dia foi amplamente utilizado se encontra há muitos anos sem uso, fato que acelera ainda mais sua degradação. Vê-se então a necessidade de se avaliar como está a construção atualmente, verificar a gravidade de possíveis danos, níveis de solução etc. Além disso, é importante destacar: Como recuperar o edifício sem que ele fique engessado em seu tempo? Quais são os usos apropriados e necessários para os anos 20 do Século XXI? Quais soluções arquitetônicas devem ser tomadas para que se respeite o que foi feito há 100 anos?

A preservação do patrimônio aracajuano tem sido uma pauta relevante nos últimos anos, mas não pelos motivos esperados, visto que a todo momento é possível ver exemplares históricos se transformando em terrenos vazios e sem função social. Como morador, tenho observado essas transformações de perto, vivenciando os bairros centrais de Aracaju. No contexto atual, vê-se a importância de recuperar edifícios sem uso para que tenham alguma função social e consequentemente manter sua existência. No caso do Instituto Parreiras Horta, além de seus cem anos de construção, um marco destacável em sua história, vê-se sua importância pioneira na produção de vacinas e tratamento de doenças, tópico este que ascendeu mais uma vez por causa da Pandemia de Covid em 2020 e atuação da Fundação de Saúde Parreiras Horta em testes e uma série de outros exames.

Este trabalho tem como objetivo geral discutir meios para uma restauração da edificação, colocando como centro de discussão os teóricos da restauração amplamente utilizados na bibliografia da área. Paralelamente, também se busca o entendimento de sua história e sua complexa arquitetura, junto à uma sistematização

das degradações atingem atualmente o edifício.

Para isso ser feito, dividiu-se o trabalho em quatro capítulos. O primeiro se chama **História do edifício e suas influências arquitetônicas,** que visa entender a construção do IPH em seu contexto histórico e social. Para isso, traçou-se a história de Aracaju por uma perspectiva da saúde desde sua fundação até o pleno funcionamento do instituto, utilizando-se de fontes históricas clássicas do estado, em sua maioria em forma física. Estas obras puderam ser consultadas facilmente, tanto na Biblioteca Epiphanio Dória, quanto na Biblioteca do Campus Laranjeiras da Universidade Federal de Sergipe - BICAL.

Ainda nesse mesmo capítulo foram abordados exemplos arquitetônicos que fazem parte do escopo do estilo arquitetônico o qual o objeto de estudo faz parte, apresentando não apenas os prédios da Fundação Oswaldo Cruz no Rio de Janeiro, como também exemplos residenciais em São Paulo. Por se tratar de referências acerca de um contexto estritamente voltado a outros estados, o acesso aos artigos e teses que tratam do tema foram lidos em sua totalidade forma *online,* havendo, no entanto, a perspectiva de estudo em bases de livros físicos e mais abrangentes para um outro momento deste trabalho.

No segundo capítulo, **Evolução e características arquitetônicas,** os achados sobre as modificações de planta-baixa e volumetria foram apresentadas, a fim de estabelecer o que foi feito construtivamente no Instituto Parreiras Horta durante os cem anos de existência. O material utilizado tem como base os órgãos que detém em parte os materiais técnicos da edificação, como o CEHOP e a Supat. Além disso, foi consultado o escritório Oficina de Projetos e o processo de tombamento do prédio. Foram elencadas ainda suas características arquitetônicas e seus ornamentos, buscando assim compreender os elementos que compõem a edificação.

No terceiro capítulo, **Análise e mapeamento de danos**, busca-se entender o que são as patologias que atingem as construções, nesse caso patrimoniais e quais são suas especificidades, detalhando suas possíveis causas e tratamentos. Para uma melhor compreensão desses danos, é introduzida a sistematização destas a partir da

criação de fichas de identificação de danos, feitas a partir da observação visual e análise in situ da edificação. No capítulo são apresentadas as bases projetuais utilizadas para se obter um desenho arquitetônico que faz papel de tábula rasa das informações a serem acrescentadas. Com a junção dessas informações foi possível construir um mapa de danos detalhado com as patologias encontradas nas principais fachadas da edificação, que contaram com o auxílio visual de imagens de fotogrametrias feitas pelo autor desta tese.

Por fim, o capítulo **Caminhos para a restauração,** propõe primeiramente discutir sobre as noções de valor que foram atribuídas às construções históricas ao longo do tempo. A partir dessa reunião bibliográfica foi possível teorizar o momento social e cultural cujo o Parreiras Horta se encontra no presente e qual seu valor perante não apenas à população, mas também aos teóricos do tema. Em seguida, busca entender as formas adotadas para se restaurar uma edificação como a escolhida para esse trabalho. É a partir da comparação de diferentes ideais teóricos que puderam ser facilmente encontrados em novas edições, tanto na BICAL, quanto em acervo pessoal, e o que mais se encaixa na nossa realidade que serão feitas as diretrizes projetuais. Além disso, foi levado em consideração a metodologia apresentada no “Manual de elaboração de projetos de preservação do patrimônio cultural” elaborado pelo IPHAN em 2005, que traça diretrizes para o tema da conservação e restauro.

2. HISTÓRIA DO EDIFÍCIO E SUAS INFLUÊNCIAS ARQUITETÔNICAS

Para o desenvolvimento de um projeto de restauro, é de extrema importância que se estude com minúcia sua história. Dessa forma, as motivações por trás da preservação se acentuam, afinal, conforme seu contexto de criação, maior ou menor seu peso para o conjunto arquitetônico do estado e desenvolvimento como sociedade. São extensas as discussões acerca das motivações de preservação de antigos edifícios e monumentos. Seja por sua longevidade e uma arquitetura que exerce um recorte temporal, seja pelo seu fundo histórico que pode ou não representar grandes conquistas para a sociedade.

Por isso, para além de uma análise puramente histórica, é preciso também entender, num contexto brasileiro, suas origens arquitetônicas. Sabemos que o Brasil se formou por uma vastidão de influências culturais, que evoluíram com o passar dos anos a partir das dinâmicas sociais e econômicas controladas pelos grupos então hegemônicos. A arquitetura, assim como a história escrita e oral, é capaz de explicar o desenvolvimento antropológico de um grupo, levando em conta seus contextos de bairro, cidade, estado etc. O fazer arquitetônico, a escolha de formas, volumes, de materiais, ornamentos e outros elementos voltados à construção podem indicar variadas características socioeconômicas de uma época, como poderemos ver mais à frente. Esses fatores fazem do patrimônio um pequeno retrato do passado, variando-se, claro, pela forma como foi preservado e utilizado.

Afinal, quando é abordado o tópico patrimonial, podemos ligá-lo com a forma a qual a sociedade se comportava em seu contexto temporal. Exemplos como casarões de engenhos, monumentos dedicados a escravocratas ou mesmo residências burguesas, no contexto atual, representam um marco de opressão a uma grande parte da população. Como ciência, a história também tem o direito de alterar seus paradigmas e dogmas já estabelecidos. Um símbolo de opressão que existia exatamente para marcar tal poder, deve ter sua existência questionada e discussão elevada à patamar de importância entre teóricos e arquitetos que estudam o patrimônio cultural e edificado.

2.1. RETROSPÉCTO HISTÓRICO

Entender a história por trás do antigo prédio do Instituto Parreiras Horta ajuda a fortalecer as motivações por trás de sua restauração. Afinal, sem a compreensão de seu contexto, um projeto de resgate do edifício se tornaria superficial, com motivações apenas cercando sua volumetria “antiga” e reforçando o entendimento de se preservar porque é “velho”. Aliás, se ao menos esse pensamento fosse levado a sério, muitas das construções antigas de Aracaju ainda existiriam. Nesse caso, nem a aparência histórica foi capaz de poupar boa parte desse acervo arquitetônico.

O estudo da história documentada para esse trabalho de conclusão de curso está focado nos pontos que envolvem seu tema central – o antigo Instituto Parreiras Horta. Certamente, quanto mais adentramos nos pormenores históricos de uma região, por exemplo, mais fundo e mais distante podemos atingir, como um jogo de peças que se encaixam e se relacionam com outras temáticas. Por estar situado num contexto temporal do início do Século XX, buscou-se relacionar o IPH à formação de Aracaju, trazendo para a pesquisa os pontos desse desenvolvimento que desembocam nos anos 1920. Desse modo, não há a necessidade de elencar pontos históricos que podem até se relacionar com a capital, mas em nada tem ligação direta com o tema deste trabalho.

A partir disso, o retrospecto histórico irá se debruçar nos primeiros anos de Aracaju, a partir de seu projeto de nova capital na metade do Século XIX e como esses processos puderam influenciar o desenvolvimento na virada para o XX. Já nesse contexto foi possível ver nas bibliografias basilares da história sergipana, que o tema da saúde já estava presente desde então, e foi esse um fio condutor para esse trabalho de conclusão de curso. Como poderá ser visto, o novo século proporcionou uma série de mudanças urbanas e sociais que desaguam na história do IPH, tendo como foco o governo de Graccho Cardoso em Sergipe, personagem central nesse capítulo, junto a Paulo Parreiras Horta.

2.1.1 Décadas de formação (1855-1889)

No ano da inauguração do IPH, Aracaju já completava 69 anos de criação. Algumas gerações já haviam se passado desde todo o processo de sua fundação na em 1855. A cidade, de certa forma e ao passo do desenvolvimento da época, já se apresentava diferentemente daquela nova Aracaju que havia recebido para si o título de capital de Sergipe.

O início da cidade não foi fácil. Neste momento não adentraremos nas questões e querelas que caracterizam as inúmeras motivações políticas para a mudança de capital de São Cristóvão para o então povoado de Aracaju. No entanto, esta fase inicial, apesar de distante do objeto de estudo, não deve ser ignorada, afinal, é possível traçar um fio de acontecimentos, causas e consequências históricas que caminham juntamente à saúde no estado, sua arquitetura e a criação do Instituto Parreiras Horta.

Se por um lado, a política e a economia estavam lado a lado influenciando o debate de mudança da capital, a geografia da região também era ponto que impulsionava e alimentava os dois tópicos anteriores. Porto (1991) em seu livro, “A cidade do Aracaju 1855-1865: ensaio de evolução urbana”, apresenta, em sua maior parte de forma positiva, as questões geográficas que circundavam a escolha na época. Na obra, o autor traz relato do então presidente do estado de Sergipe, Inácio Joaquim Barbosa, que à época, fortemente a favor da ideia de mudança da capital, afirmava ser incontestável seu posicionamento espacial, afinal, além do fácil acesso por fluvial e marítimo, seria privilegiada na boa qualidade dessa água, somando-se às condições sadias em relação à salubridade e ventilação. O autor complementa positivamente:

> Geograficamente Aracaju derrotou a velha São Cristóvão situada no fundo do Paramopama, mal acessível até às menores embarcações, construída no topo de um estreito contraforte, rodeada de encostas íngremes terminando em vales estreitos e que não poderia oferecer as mesmas facilidades de expansão que a planície do Aracaju [...] Aracaju foi umas das mais felizes vitórias da Geografia!... (PORTO, 1991, p,17).

Apesar de pregar as benesses da geografia aracajuana, o próprio Fernando Porto lembra que “as águas” de Aracaju, na realidade, não eram boas, com características de cor escura e gosto desagradável. Se por um lado, a chegada de embarcações e o escoamento de produtos se daria de forma mais fácil do que antes, por outro, a construção de uma base urbana seria, de certa forma, complicada. Calasans (2013), salienta o fato de que o estabelecimento da capital não teve facilidade da geografia:

> Começava o combate do homem contra o riacho, contra o pântano, contra a lagoa, numa palavra, contra a água, o grande inimigo do povoador da nova cidade. Foi uma luta heróica do homem contra o meio físico que se travou nas praias de Aracaju [...], mas combatendo, dia a dia, palmo a palmo, contra a água parada, estagnada, traiçoeira. Água ruim, cujo descrédito os sancristovenses proclamavam (Calasans, 2013, p. 115).

Nota-se nesse começo, uma grande adoção das casas de palha como forma principal de construção, provavelmente devido à facilidade e rapidez para finalização. No entanto, não era a única forma, Segundo Calasans (2013), era sim possível encontrar casas de telha cerâmica nessa época, tendo como estrutura a taipa e tijolos de barro, que foram se espalhando nesses primeiros anos de existência da capital

Seu processo de desenvolvimento perpassa pela dificuldade e morosidade da construção de prédios públicos e residências. Por outro lado, São Cristóvão, a antiga capital, já era munida de infraestrutura para o funcionamento da vida pública, possuindo em seu rol de construções os centenários conventos, igrejas, palácios etc. Além disso, outras cidades do interior sergipano, apesar de não serem capitais econômicas, também sustentavam grandes palacetes, e construções da elite rural, que exercia poder em diversas localidades do estado. Era notável a diferença desses povoamentos estabelecidos, para a recém criada Aracaju (Calasans, 2013).

É nesse momento de criação que se dá início aos problemas sanitários que iriam continuar atingindo a capital por várias e várias décadas seguintes, sendo este um tópico recorrente nesta pesquisa. Ainda em 1855, ano de fundação, a capital registrou um grande “surto palúdico”, mais conhecido apenas como Malária. De fato,

a doença se espalhou pelo estado inteiro, mas devido às condições precárias de Aracaju, a situação se registrou de forma mais severa. À época houve a necessidade de um dos jornais locais, o Correio de Sergipe, paralisar sua publicação constante, devido ao grande número de funcionários acometidos pela doença (Porto, 1991).

Sebrão Sobrinho (1955), em sua obra “Laudas da História do Aracaju”, caracteriza a situação:

> Chuvas, borrascas, o vento Sul cortando no centro, Terral completo e a mosquitaria a impaludar toda a gente aventureira que vinha a explorar a nova Cidade e, em lugar de trabalho remunerado, o que encontrava era impotência, era a classe de funcionários famintos, doentes fugindo à tarde de Aracaju, deixando na desolação cruel do desconforto (Sobrinho, 1955, pág. 229).

As dificuldades na questão sanitária e a grande proliferação de doenças não poupam nem o então fundador de Aracaju. Alguns meses após o início de todo o entrevero de estabelecimento de uma cidade, Inácio Barbosa adoece severamente, se afastando, tanto de seu cargo, quanto da própria cidade que ajudou a construir, partindo para Estância, onde viveu seus últimos dias de vida. Por um lado, Barbosa, nunca chegou a ver a cidade de fato se desenvolvendo de forma concreta, afinal, ele falecera deixando em processo de construção, algumas das obras do estado, como o Palácio Governo. Por outro, o Presidente de Sergipe deixou as bases para sua formação urbana, com o projeto do Engenheiro Pirro (Sobrinho, 1955).

É interessante notar que na época fora registrada existência de uma construção voltada para a saúde, que era o Hospital de Caridade. O pensamento voltado para a saúde já poderia ser notado nos primeiros anos, no entanto, pouco poderia ser feito em relação às condições de estrutura e financiamento. Santana (2001) indica que o presidente seguinte a Inácio Barbosa havia planejado uma edificação que teria como objetivo o funcionamento de um hospital de caridade na capital. O Hospital de Caridade Nossa Senhora da Conceição começaria suas atividades alguns anos depois, em 1862, localizando-se na Antiga Rua da Aurora (Figura 1).

Figura 1 - Hospital de Caridade em sua locação na Rua da Aurora

Fonte: Silva. C, 2019

Outras doenças iriam pairar sobre a capital nos anos seguintes ao surto de malária registrado e abordado anteriormente. A varíola, por exemplo, esteve presente em diversos momentos destas primeiras décadas de capital, se apresentando até mundialmente, como uma das doenças que mais afligiam a população. É nesse momento que se pode registrar os primeiros passos da vacinação, não só em Sergipe, mas também do país como um todo, afinal, a vacina para a varíola fora a primeira no mundo a ser amplamente estudada e distribuída (Santana, 2001; Butantan, 2021).

Além disso, Santana (2001) salienta que a capital, além do surto variólico, ainda temia outras enfermidades, como as conhecidas febres do Aracaju, que correspondiam: “[...] as febres intermitentes, as febres malignas, as febres paludosas, as febres perniciosas, a febre tifoide e a febre amarela” (Santana, 2001, pág. 98).

Ainda no século XIX, é possível ver o início, em Sergipe, do tratamento da pessoa com transtornos mentais, à época chamado de “Alienado Mental”. Vê-se em da época registros que os “alienados” eram levados às cadeias públicas

convencionais e tratados como detentos, não havendo, portanto, alguma iniciática para uma melhora da condição física e mental (Santana, 2001).

1.1.1 Início do Século XX

Grande referência no estudo histórico de Aracaju, Fernando Porto conhecidamente divide em quatro as fases de desenvolvimento de Aracaju. Nesta monografia, já foram abordadas as duas primeiras fases, que compreendem a "conquista" da capital e aos anos seguintes até a proclamação da república. O autor considera como terceira fase o período que compreende as três primeiras décadas do Século XX e é nesta em que o Instituto Parreiras Horta foi construído. Se a segunda fase representou um momento de certo abandono da província perante à capital, é na virada de século que a situação se transforma. São registradas diversas obras visando o progresso da cidade, com obras de saneamento, eletricidade, educação, saúde etc. (Porto, 1991, p.11).

Nunes (2006), em seu Livro Sergipe Provincial II, argumenta que Aracaju ganhou ainda mais destaque no estado a partir da dissolução do Império Brasileiro, se apresentando como "centro gravitacional" das atividades da época. A autora ratifica que à época, Aracaju já se apresentava como centro urbano munido de prédios públicos, oficinas, comércios, fábricas e outros serviços como a imprensa, que joga luz ao desenvolvimento cultural como sociedade. Nota-se, também, o desenvolvimento educacional neste fim de século XIX, com a criação dos grupos escolares na capital, tornando-a mais uma vez um polo de atividades, desta vez do conhecimento.

Com o desenvolvimento ascendente da capital e de sua capacidade econômica, é possível observar, como bem salienta Nunes (2006), um grande deslocamento da elite rural que concentrava poder no interior de Sergipe. O centro urbano, com a abolição da escravatura e mudanças no *status quo* da exploração comercial, passaria a receber mais e mais famílias, que viam na capital ora uma oportunidade de continuidade da elite, ora uma oportunidade de sobrevivência. Silva, H (2007) lembra que essas mudanças socioeconômicas mexem na formação dos jovens da grande elite que um dia fora em grande parte açucareira, dessa vez, a

geração mais nova iria buscar status na formação acadêmica, seja de medicina, direito ou engenharia. Esta educação, à época, não existia em Sergipe, sendo necessária a migração temporária para os grandes pólos urbanos do Brasil, como o Rio de Janeiro ou Salvador.

Nunes (2006) observa que nessa virada de século a população de Aracaju registrou um grande salto, assim como é possível observar em outras cidades que décadas antes passaram pelo processo de industrialização. Nunes apresenta um excerto do jornal O Guarany, de 1883, que caracteriza o acervo arquitetônico da cidade à época:

> Tem 5 praças, uma grande Matriz e mais uma igreja, 13 edifícios públicos entres os quais o Palácio do Governo, a Assembleia Provincial, o Atheneu, Tesouraria Geral e Provincial, Alfândega, Hospital de Caridade [...] tem iluminação pública, espaçosa e bem alinhadas às ruas com os nomes das localidades do interior e uma elegante e pitoresca vista (NUNES, 2006 p, 239).

É interessante observar que, na visão atual de crescimento populacional e urbano, o caso de Aracaju pode gerar o entendimento de um lento desenvolver. No entanto, Porto (1991) demonstra que se compararmos o crescimento da nova capital com outra cidade de época colonial com São Cristóvão ou Laranjeiras, podemos perceber que dentro do padrão da época, Aracaju crescia com um plano e rapidamente.

> Aqui os homens não foram chegando aos poucos, ao sabor de suas conveniências pessoais, inconscientes das consequências de seus atos, como aqueles que, se refugiando numa ilhota do rio Sena, lançaram a semente da grande metrópole francesa. Aqui chegou um único homem, Inácio Joaquim Barbosa, com um único desejo: fundar uma nova cidade, impulsionado por um motivo econômico e um motivo político: um porto e uma capital (Porto, 1991, p10).

Santana (2001) aponta que, no aspecto da saúde, Sergipe ainda não entrara no século XX. Os serviços de vacinação, abordado anteriormente, não ganhou força junto à população, que garantiu uma baixa cobertura do antivariolico Apesar de um

notável desenvolvimento, o saneamento da capital era ainda motivo de discussão. Baseando-se em relatórios da época, Silva, H (2007) apresenta as constatações feitas por membros do então governo, que descreviam como precárias as condições desses serviços públicos. No final da década 1910, a cidade ainda era desprovida de calçamento em sua maior parte, o que agravava ainda mais os problemas de "pântano" da cidade, que não contavam com sistema de esgotamento. Seria apenas em 1909 que aracaju receberia a implantação de de um sistema de distribuição de água, ato tal que aos poucos transformaria a situação de saneamento na capital. Alguns anos depois, a cidade receberia um sistema de esgotamento sanitário e drenagem pluvial, em 1914 (Silva, H, 2007).

Voltando à oferta de saúde pública e aumento populacional, percebe-se, à época, que a existência de um pequeno hospital de caridade e outros serviços de atendimentos pontuais não seriam suficientes para suprir os problemas sanitários. Na verdade, não foram suficientes, porém, em outras cidades do Brasil e no exterior, a medicina avançava substancialmente, com novas descobertas junto à ciência e mais eficientes métodos de tratamento. Em Aracaju, notava-se que apesar do início do novo século, os tratamentos propostos ainda se baseavam no que se fazia no XIX e anteriores, não sendo capazes de enfrentar efetivamente os grandes surtos mais complexos enfrentados (Silva, H, 2007).

> Predominavam, em certas situações, a noção das rezas, dos quebrantos, aspersões de galhos de arruda. Dominava a crença nas mulas-sem-cabeça, caipora, mata mal-assombrada, as múltiplas formas de representação terrena do demônio. Reinavam o curandeirismo e as rezadeiras, sendo muito famosos alguns curandeiros na capital e no interior do estado (Silva, H, 2007, p. 39).

Além das dificuldades de atendimento, o tratamento médico era ainda mais exclusivo do que se observaria nas décadas seguintes. Mesmo precária, a atividade médica em sua maior parte se destinava aos bem afortunados que se consultavam nos consultórios particulares dos poucos médicos que aqui atendiam, muitas das vezes, em suas próprias casas. Para a camada mais pobre da população, se consultar

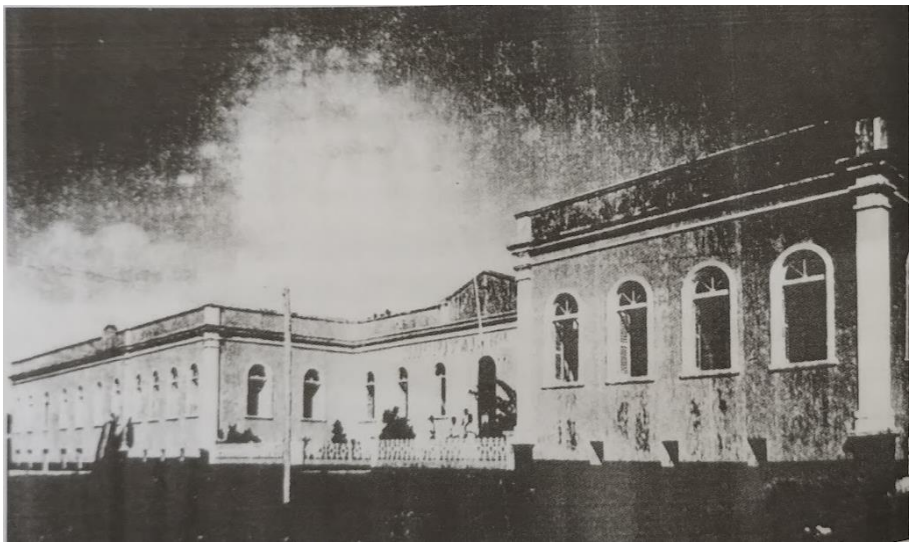
com um desses médicos dependia da vontade filantrópica da época, que exerciam a medicina por caridade, caso houvesse tempo vago para isso (Silva, H, 2007).

Pode-se resumir este início de século com os dizeres de Santana (2001):

> O projeto higienista encontrou um ambiente desfavorável em Sergipe. As repetidas epidemias, as elevadas taxas de mortalidade e morbidade, a falta de saneamento básico e a reduzida capacidade de intervenção do poder público não eram relacionados com a profunda crise econômica pela qual passava o estado naquele momento (Santana, 2001, pag. 118).

Apresentado anteriormente, o Hospital de caridade em Aracaju, posicionado à rua da Aurora, sofreu uma grande modificação, tanto de seu lugar quanto de seu tamanho, ampliando-se para atender mais e mais pessoas que necessitavam de atendimento médico na região. O hospital, portanto, teve sua responsabilidade transferida para a Associação Aracajuana de Beneficência e nova sede construída no bairro santo Antônio, onde ainda se encontra, agora com o nome de “Santa Isabel” (Figura 2)

Figura 2 - Hospital Santa Isabel na década de 1940.



Fonte: Silva. H, 2007

2.1.2. Década de 1920 e Governo Graccho Cardoso.

Se a virada de século representou um início, ainda que lento, de algumas transformações socioeconômicas para a capital, seria a partir da década de 1920 que o estado começaria a intervir de forma mais abrangente nos serviços para a população, já que uma melhora repentina na economia acabou por impulsionar tanto a educação, a saúde, a infraestrutura e a arquitetura do estado. Muito será abordado neste trabalho sobre esse período em que Sergipe fora presidido por Maurício Graccho Cardoso, afinal é entre 1922 e 1926 que muitas das construções institucionais ainda existentes em Aracaju foram construídas, incluindo o objeto central desta tese.

Santana (2001) explica que em 1920, o preço de produtos de exportação como o açúcar, algodão e os produtos que aqui se fabricavam com essa matéria prima, passaram por uma elevada alta, favorecendo estados que tinham como base a sua venda para a economia. Tais fatos entregaram ao governador um estado com a máquina pública pronta para ser azeitada, havendo apenas a necessidade de uma visão para tal. Muitas das fontes, tanto de livros, como jornais, apontam Graccho Cardoso como um homem com essa visão de desenvolvimento, ou mesmo empreendedora (Figura 3).

Figura 3- Graccho Cardoso

Fonte: Revista Fon Fon, 1925

Como mostra Santos (2014), Graccho Cardoso também é um dos grandes nomes do desenvolvimento da educação no estado. Entre os anos de seu governo, foram construídos mais de dez grupos escolares de ensino primário, afirmando ainda mais a presença de seu governo no controle de serviços básicos.

Neste sentido, a autora atesta que:

> Sob a batuta de Graccho Cardoso as cidades sergipanas foram transformadas em verdadeiros canteiros de obras, incitando o processo de modernização e de embelezamento que tinha eclodido na década anterior. No cenário urbano emergiam palacetes imponentes que se impunham sobre os logradouros com o olhar vigilante das águias, prontas para o voo. Essa ave se tornou símbolo maior das construções realizadas na gestão de Graccho Cardoso, representando a visão profícua e perspicaz (Santos, M, 2014, pág. 62).

São muitas as edificações feitas em seu governo. Podemos, a seguir, exemplificar algumas delas que ainda fazem parte da composição arquitetônica e patrimonial de Aracaju, integrando também o imaginário e a cultural local como o antigo Atheneu D. Pedro II, hoje conhecido como Museu da gente sergipana e um dos cartões postais de Aracaju (Figuras 4). Outros exemplos na educação da época que sobreviveram ao tempo são o grupo Escolar Manuel Luiz em Aracaju (Figura 5) e o atual Colégio João Fernandes de Britto, em Propriá (Figura 6).

Figura 4 - Atheneu D. Pedro II - Atual Museu da Gente Sergipana (à esquerda)

Fonte: Autoria própria, 2024

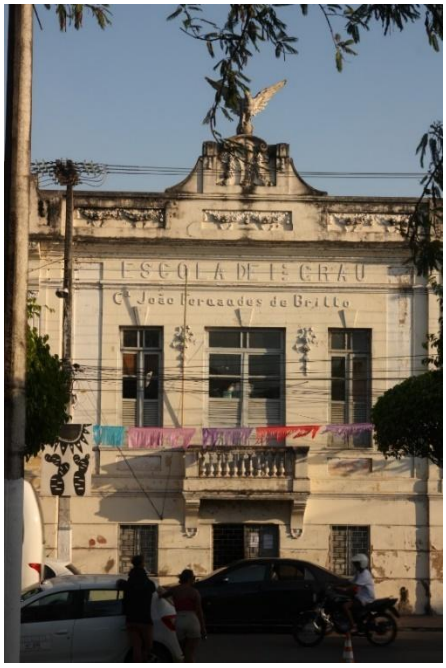
Figura 5 - Grupo Escolar Manuel Luiz (à direita)

Fonte: Autoria própria, 2024

Ainda é possível citar a atual sede da Polícia Civil de Aracaju, no bairro São José (Figura 7) e o edifício da antiga prefeitura de Aracaju, hoje sem uso e em estado de degradação (Figura 8).

Figura 6 - Colégio Estadual Cel. João Fernandes De Britto (à esquerda)

Figura 7 - Sede da Polícia Civil de Aracaju (à direita)



Fonte: Autoria própria, 2024

Fonte: Autoria própria, 2024

Figura 8 - Palácio Inácio Barbosa (Antiga Prefeitura de Aracaju)

Fonte: Autoria própria, 2024

Na época, a arquitetura praticada pelo poder público e pela elite de Aracaju, vivia um momento de efervescência eclética, com a adoção de símbolos e ornamentos de estilos variados que compunham um grande conjunto volumétrico (Silva, E; Nogueira, A, 2018). Ao se tratar das construções feitas durante esse período, Santos (2014) argumenta:

> [...]Eram prédios grandiosos, com fachadas imponentes e elevadas sobre os porões, que os tornavam distantes da realidade vivenciada pelo público que deveria atender. Enquanto os governantes vangloriavam as benesses de possuir prédios com escadarias prodigiosas que elevariam a civilização, a maior parte da infância sergipana perambulava descalça pelas ruas sem pavimentação das cidades do estado. No mesmo passo em que os edifícios se erguiam nas ruas centrais da capital e das cidades importantes do interior, a população vivia à margem dos acontecimentos, em casebres que em nada remetiam à modernidade expressa nos depoimentos e mensagens presidenciais. Assim como a República, os grupos escolares eram excludentes, pois não atendiam a todos (Santos M, 2014, pag. 68).

Observa-se aqui o fator da desigualdade social já antes observado e perpetuado no sistema econômico vigente, algo que não pode ser deixado de lado ao se abordar o governo Graccho Cardoso. O então presidente do estado de Sergipe, por mais democraticamente eleito, representava um viés oligárquico que dominava a política nacional e que de certa forma, se apresentava distante das grandes massas. Dantas (2004) caracteriza seu mandato como o mais modernizante do Século XX do estado, no entanto, pode-se abordar que boa parte do que foi pela sua gestão apenas beneficiaria uma camada mais privilegiada da população. O investimento em infraestrutura teria sido possivelmente o mais importante passo da presidência de Graccho Cardoso.

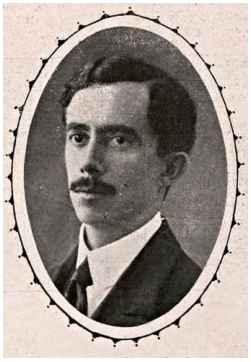
É interessante observar que, no trecho anterior foram citados dois produtos de consumo, o açúcar e o algodão. O açúcar já era um velho conhecido dentre os produtos de exportação, afinal, a este produto é atribuída toda uma gama histórica, arranjo social, exploração, etc. Já o algodão e sua consequente industrialização, vivia um período de grande desenvolvimento em Aracaju, que acabava por atrair mais e mais pessoas para o trabalho urbano, longe das dinâmicas rurais de produção. (Santana, 2001). Se a economia se mostrava pujante, era preciso encontrar formas

de manutenção das engrenagens do estado e do sistema. Santana (2001) argumenta que uma das motivações por trás da necessidade do estado em reformar as condições de saúde na capital, passa pela necessidade de manter a produtividade da mão de obra sergipana, ou seja, da grande quantidade de operários que em poucos anos já formava uma classe trabalhadora robusta e urbana.

Ao tratar da saúde pública em Sergipe nas primeiras décadas de república, é imprescindível, apesar de não ser o tema central deste trabalho, abordar sobre o Dr. Augusto César Leite. É notável que à época a classe médica sergipana começava a ganhar mais força e poder de expressão dentre os membros do governo. Um dos grandes nomes que deve ser destacado é o do Dr. Augusto Leite (Figura 9), cuja voz era considerada de muita importância para a categoria, conseguindo aos poucos perante Graccho Cardoso, fortalecer a oferta de saúde na capital. De acordo com Silva, H (2007) o então Presidente do estado ao estabelecer um diálogo com Augusto Leite, se convenceu da importância da criação de um novo hospital, mais moderno e atualizado e que teria como foco a realização de procedimentos cirúrgicos.

Desse diálogo, portanto, nasce o projeto para um novo hospital chamado Hospital de Cirurgia (Figura 10), que teve sua pedra fundamental lançada em 1923 e inaugurada em 1926. O resultado foi a existência de nova e espaçosa construção que ajudaria a receber os enfermos do estado, com a capacidade de 70 leitos, além de ambulatório, enfermaria, centro cirúrgico etc. (Silva, H, 2007)

Figura 9 - Dr. Augusto Leite (à esquerda)
Figura 10 - Hospital Cirurgia em 1925 (à direita)



Fonte: Autoria própria, 2024

O distanciamento entre o modernizador e o contentamento da população pôde ser observado já na metade do governo de Graccho Cardoso. Em 1924, mesmo ano em que o Instituto Parreiras Horta foi inaugurado, o então presidente do estado de Sergipe sofreu uma tentativa de golpe do recém formado agrupamento tenentista, chegando até mesmo a ficar preso por alguns dias. Esse fato transformaria seu governo nos últimos dois anos de mandato, perdendo sua popularidade até mesmo entre seus próprios aliados. Ou seja, além da fragilidade perante a oligarquia sergipana, também se apresentava impopular para as camadas mais pobres da população, que viam no tenentismo, uma força militar de baixa patente, um meio político mais próximo de si (Dantas, 2004).

É interessante ver como a arquitetura governamental desse período ainda se faz presente na cidade de Aracaju a partir não só de sua preservação, mas da continuidade de uso. O uso da águia como símbolo do estado em todas as fachadas pode ter servido na época como a tentativa de afirmação de um líder local apresentando as benesses de seu governo, no entanto, hoje serve como uma fácil marcação temporal de algum edifício antigo. No geral, se tiver uma água pousando na fachada, este será do tempo de Graccho Cardoso.

2.1.3. Instituto Parreiras Horta

Dentro dos planos de governo para a efetivação de transformações na área sanitária Sergipana, estava incluída a necessidade de um órgão voltado para a realização de exames, pesquisa médica, produção de vacinas e insumos médicos etc. A criação do Instituto Parreiras Horta se deu nesse contexto de enriquecimento e aumento no número de serviços ofertados pelo poder público, que tinha como um de seus objetivos a criação de um Instituto que pudesse unir as ações citadas acimas, ou seja, um mesmo órgão servir de Instituto Pasteur, para o combate a raiva, Instituto Vacinogênico, para a produção de vacinas contra a varíola e Instituto de Análises Clínicas, tanto bacteriológicas, quanto clínicas (Santana, 2001).

O autor intelectual desse órgão foi o médico que dá nome ao instituto, o Dr. Paulo de Figueiredo Parreiras Horta (Figura 11), que ao contrário de Augusto Leite,

que tinha raízes sergipanas de Estância, era carioca de família mineira. Na verdade, Paulo era de família extremamente tradicional de Juiz de Fora, neto de Afonso Celso de Assis Figueiredo, o Visconde de Ouro Preto.

Figura 11 - Paulo Parreiras Horta

Fonte: Revista Fon Fon, 1925

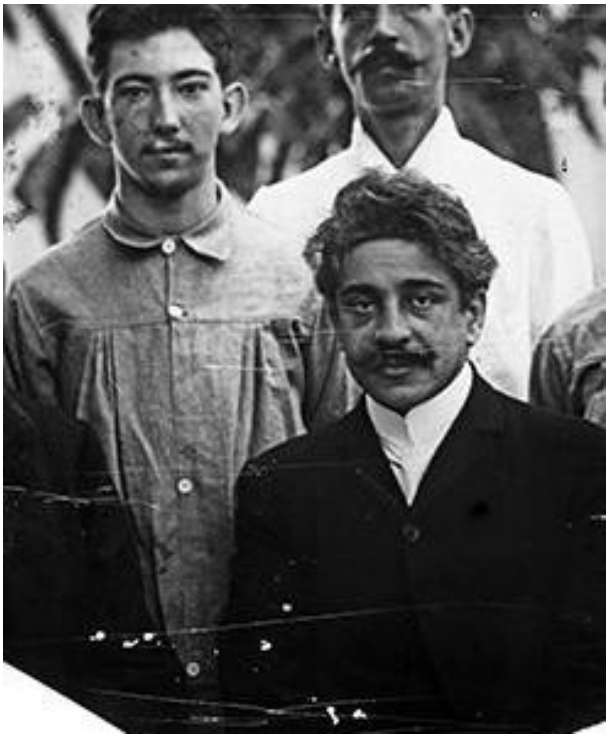
Nascido em 1884, Parreiras Horta, desde jovem, escolheu por seguir uma carreira médica, onde de fato a realizou na Faculdade de Medicina e Farmacia do Rio de Janeiro, obtendo seu diploma de médico em 1905. Durante sua formação, atuou como estagiário da Santa Casa de Misericórdia do Rio e no Instituto Manguinhos, hoje conhecido internacionalmente como Fundação Oswaldo Cruz. (Silva. H, 2023) Este último faz-se um tópico de grande importância para essa monografia, por isso, ainda será abordado por outras vezes

Silva H, (2023) evidencia que Parreiras Horta possuía uma grande capacidade técnico-administrativa, que em pouco tempo de carreira se alçou como um pesquisador prestigiado não apenas no Brasil como Internacionalmente. Com 34 anos já havia passado pela direção e cargos de liderança em diversos órgãos do estado, além disso, foi empossado como Membro da Academia Nacional de Medicina, na cadeira de número 52.

Fato é que Parreiras Horta, como estagiário e pesquisador de Manguinhos (Figura 12), viu de perto a atuação de Owaldo Cruz nas questões sanitárias que a capital brasileira enfrentava no início do século XX. Se destacavam os surtos de varíola, febre amarela, cólera e peste bubônica, que, salvo proporções populacionais, também afligiam o estado de Sergipe e sua capital. Dessa forma, o então estudante fez de sua realidade acadêmica e geográfica, uma verdadeira escola e incentivo de estudos. Silva. H (2023) expõe que Oswaldo Cruz fora a maior influência de Parreiras Horta no meio médico, incentivando-o ainda mais a seguir o lado científico da carreira.

> Quando Oswaldo Cruz faleceu, em 11 de Fevereiro de 1917, deixou não apenas uma instituição mundialmente consagrada pela excelência de sua produção científica, como uma combativa geração de sanitaristas, oriunda dos laboratórios e cursos de Manguinhos ou calejada nas campanhas sanitárias e expedições por ele patrocinadas (Benchimol, 2020, p. 101).

Figura 12 - Parreiras Horta (à esquerda) e Oswaldo Cruz (sentado à direita)



Fonte: Instituto Oswaldo Cruz, 1904.

Silva. H (2023) aponta que Parreiras Horta teve bastante importância no estudo de fungos, escrevendo teses que foram de grande importância para essa área

de estudo. “Horta descobriu à época uma nova forma de micose presente nos pelos do couro cabeludo, denominada de *Piedra Negra”*. É interessante apontar que, em 1911, ano em que foi nomeado como assistente em Manguinhos, Parreiras Horta integrou o responsável pelos trabalhos de criação do Laboratório Central de Saúde Pública de Santa Catarina (Figura 13).

Figura 13 - Laboratório Central de Saúde Pública de Santa Catarina

Fonte: Site oficial do Lacen/SC.

Apresentado um breve resumo de sua carreira, é interessante agora pensar como um médico pesquisador da Fiocruz e filho da grande aristocracia sudestina, iria dar nome a um instituto de pesquisa em Sergipe, visto que nunca havia ocupado cargo na região ou algo semelhante. Nesse caso, o elo de ligação entre Aracaju e Rio de Janeiro está no chefe do estado de Sergipe Graccho Cardoso, também sergipano de Estância, assim como Augusto Leite.

Graccho Cardoso, antes de se tornar Presidente do Estado, passou por outras localidades do Brasil. Começou sua carreira política no Ceará e depois partiu para o Rio de Janeiro em 1915, onde trabalhou no Ministério da Agricultura, como secretário do chefe da pasta. Foi lá que o caminho de Cardoso se cruzou com o de Parreiras Horta. Mas não somente lá, os dois também ingressaram, com uma diferença de pouco tempo, como docentes da Escola Superior de Agricultura e Medicina Veterinária (Silva. H, 2023).

Assim como tinha uma boa relação com Oswaldo Cruz, Carlos Chagas e tantos outros pesquisadores, Parreiras Horta desenvolveu uma boa relação com Graccho Cardoso, a ponto de publicarem juntos um trabalho científico, datado de 1919. De certa forma, o futuro presidente de Sergipe também acompanhou as transformações que ocorriam nas grandes cidades brasileiras e ao notar a necessidade de uma instituição médico científica no estado, endereçou um convite ao prévio amigo de trabalho, Paulo Parreiras Horta. Então, em 1923, o médico carioca mudou-se temporariamente para Aracaju, trazendo consigo sua família para o Palácio Olímpio Campos, onde foram hóspedes especiais do Governo (Silva. H, 2023).

Desse modo: “foi autorizada a construção, prevista pela Lei nº836, de 14 de Novembro de 1922 e regulamentada pelo pelo Decreto nº 826, de 27 de junho de 1923” (Silva. H, 2023, p116). A obra se iniciou onde à época se encontrava o Horto Botânico e num tempo de quase 10 meses, a “casa científica” já estava pronta para ser inaugurada.

Ao avaliar a participação de Paulo Parreiras Horta na criação do instituto, Silva. H, (2023) afirma que, além de elaborar intelectualmente a estrutura do órgão, ou seja, seu organograma, atividades, atribuições de cada setor, recursos financeiros, o médico recém chegado a Aracaju teria também concebido a arquitetura do edifício, pensando nos itens externos e disposições internas. Horta também acompanhou o processo de construção física, que dessa vez foi liderado pelo engenheiro Arthur Araújo.

A inauguração do instituto ocorreu em 3 de Maio de 1924, com uma festividade carregada pela importância de se ter no estado, um Instituto científico concebido do início ao fim por um pupilo de Oswaldo Cruz e grande pesquisador nacional. (Silva. H, 2023). Desde sua inauguração, o Instituto Parreiras Horta foi destaque em diversos jornais espalhados pelo Brasil, mas enfatiza-se nessa tese, a atuação da Revista Fon Fon, que por mais de uma vez publicou sobre os feitos do Presidente Graccho Cardoso, ilustrando com uma série de fotografias, as construções por ele realizadas.

Com circulação iniciada em 1907, a revista carioca Fon Fon representava uma novidade para a sociedade da época, num período de avanço tecnológico e forte influência da burguesia europeia, principalmente francesa. Seu conteúdo passeava entre estilo de vida, humor e a política do Rio de Janeiro, Paris e outras cidades por vezes colocadas no centro de reportagens. É nesse contexto que a revista apresentou para seus leitores, por mais de uma vez, grandes matérias sobre o estado de Sergipe, tendo como foco a capital Aracaju. Estas trazem o governo Graccho Cardoso como um modelo de gestão que mirava no progresso, com fotos não apenas dele mesmo em seu gabinete, como também nas inúmeras construções concebidas na época. Essa representação do estado mediante a veiculação da revista aparenta um caráter de curiosidade por um lugar distante, de modo a apresentar Aracaju para os habitantes do Rio de Janeiro ou qualquer outra cidade cuja revista estivesse em circulação. De fato, a simples locomoção para outra região não era nem um pouco fácil, sendo necessário, portanto, uma grande quantidade de imagens para a caracterização do local, o que hoje se mostra como uma grande fonte imagética das antigas construções aracajuanas, já que os acervos jornalísticos locais veiculavam apenas com textos e gravuras, sendo raras as fotografias. (Zanon, 2005)

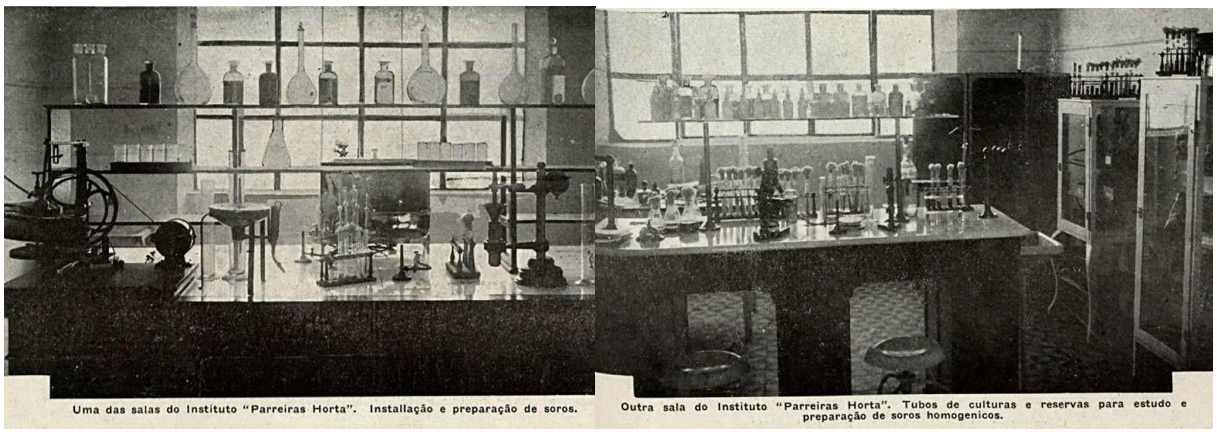
Nas edições de 14 de Março e 29 de Agosto de 1925, a Fon Fon trouxe registros do recém inaugurado Instituto. Neste primeiro exemplo (Figura 14) a revista traz um registro fotográfico das duas estruturas que compõem originalmente o Instituto Parreiras Horta, com a legenda indicando: “O instituto “Parreiras Horta” em Aracajú. É, por assim dizer, o “Instituto Manguinhos” do Estado. E o Dr. Parreiras Horta é como Oswaldo Cruz, homem de pouco discurso e grande e persistente diuturnamente scientifica”

Figura 14 - Fotografia da Fachada do IPH em 1925

Fonte: Revista Fon Fon, 1925.

Noutros registros da mesma edição de 14 de Março de 1925, é possível ver a fachada principal em sua total originalidade num registro do pavilhão central e principal do Instituto. Além disso, são apresentados dois ambientes internos, destinados à preparação de soros (Figura 15).

Figura 15 - Fotografias internas de laboratórios do IPH em 1925



Fonte: Revista Fon Fon, 1925.

Na edição de 29 de Agosto do mesmo ano, a Revista Fon Fon publica mais dois registros fotográficos do Instituto, mostrando o pavilhão secundário do IPH ao lado da construção do gasômetro que iria munir os estudos que para tal precisasse (Figura 16) e um que mostra uma de suas laterais a partir da visão da rua (Figura 17).

Figura 16 - Fotografia na Revista Fon Fon indicando a construção de uma usina de gás

Fonte: Revista Fon Fon, 1925.

Figura 17 - Fotografia de uma das laterais do IPH

Fonte: Revista Fon Fon, 1925.

Nesta mesma edição é possível retirar o seguinte excerto:

> Notável creação do Ilustre Presidente de Sergipe, é o Instituto Parreiras Horta dirigifo pelo sábio que lhe dá o nome e que tão grandes e assignalados befefícios vem prestando aos sergipanos. Nelle, todas as vaccinas são encontradas e são feitas as analyses biologicas, produzindo, também, o soro antirabico. So mesmo uma creatura privivlegiada de dotes excepcionaes pode em tres anos, conceber e executar melhoramentos de tão grande benemerencia (Revista Fon Fon 29/08/1925).

Após a inauguração, Parreiras Horta é empossado como diretor do instituto, que em seu início se separava em: Seção Antirrábica, Seção Antiviolica, Seção de Produtos Biológicos e Seção de Microbiologia e Parasitologia.

Dentro da pesquisa médica, o IPH pôde executar estudos de relevância para o estado, dentre elas podem ser citados alguns, como o estudo que descobriu a existência de casos de Difteria em Sergipe e o estudo que teve como doença central a Diabetes, sendo possível, pela primeira vez no estado, tratar os enfermos com insulina de forma segura e dosagem correta, trazendo um maior êxito no tratamento do paciente. Além disso, foi no Instituto que se deu início aos estudos das febres que tanto afligiram a capital, desde de sua criação. Através de métodos vindos de fora do estado, foi possível identificar as febres como “tifóides”, cuja descoberta levou à tentativa de criação de uma vacina específica que seria inédita no Brasil (Santana, 2001).

Além da própria pesquisa médica, era também possível realizar exames laboratoriais, como Hemograma, medição de glicemia e testes para doenças (Silva. H, 2023).

É interessante notar que, apesar de se mudar para Aracaju em 1923, o Dr Paulo Parreiras Horta tinha uma agenda nacional e internacional bastante atribulada,

por muitos momentos enquanto diretos do IPH, precisou se ausentar para congressos e compromissos no Rio de Janeiro, onde ainda ocupava cargos de relevância. Seria questão de tempo, até o estabelecimento das atividades do instituto, para que Horta decidisse voltar de vez à capital brasileira. E assim fez em 8 de Dezembro de 1925, quando junto de sua família, se despediu de Aracaju, após uma grande rodada de homenagens e cerimônias comemorativas (Silva. H, 2023).

Na entrada do pavilhão principal é possível encontrar duas placas da época, uma indicando a sua data de inauguração e outra indicando a saída de Parreiras da cadeira de diretor, homenageando-o pelo trabalho realizado (Figura 18).

Figura 18 - Placas comemorativas no interior do IPH

Fonte: Autoria própria, 2024

Parando para pensar em seu tempo em Sergipe, Dr. Paulo passaria apenas cerca de 2 anos no estado, tempo relativamente curto, visto que não teria presenciado a inauguração do Hospital Cirurgia e a finalização do governo Graccho Cardoso em 1926. Fato é que isso atesta a o peso que Parreiras Horta teve nas reformas de saúde executadas na década de 1920, pois apesar de sua breve passagem, adentra os anais da história da medicina local e ainda dá nome ao que se tornou o IPH, hoje chamado de Fundação de Saúde Parreiras Horta - FSPH.

Após sua saída, Parreiras Horta deixou em seu lugar de diretor o recém formado médico Dr. João Firpo Filho, que segundo Silva. H (2023) apesar de com o passar do tempo ter sido considerado um grande médico, não teve a mesma dedicação à pesquisa que seu antecessor, não havendo, portanto, grandes registros de atividade científica durante os 20 anos em que esteve à frente do IPH. Por mais tempo à frente do órgão esteve o médico Theotonílio Mesquita, que enquanto era diretor, proporcionou que as primeiras aulas da Faculdade de Medicina de Sergipe fossem realizadas em alguns dos espaços do instituto, que foram adaptados para tal. Em 1966, a médica Maria Anaide se tornou a primeira mulher a dirigir o instituto, somando-se ao todo 16 diretores até o ano de 2005 (Silva. H, 2023)

Em 2003, o então diretor do Instituto Parreiras Horta, Raimundo Sotero, deu entrada ao processo de tombamento da edificação (CEC n° 073-2003), entendo que o prédio mantinha uma grande importância na arquitetura do estado, marcados por sua imponência e traços que se aliavam a fatores históricos e científicos. No processo, consta o documento desenvolvido por Cleonice Batista Mendonça, então gerente de projetos e convênios do Hemolacen, que se chama “Resgatando a História do Instituto “Parreiras Horta” – LACEN/SE antes da fusão com o Centro de Hemoterapia de Sergipe – HEMOSE”. No texto a autora apresenta uma breve explicação do que na época era realizado na instituição, além de apresentar um breve histórico do órgão. O pedido seria acatado anos depois, em dezembro de 2007 na esfera estadual de Sergipe.

Neste ano, o IPH, apesar de ainda existir no papel, já havia sofrido uma fusão com o Centro de Hemoterapia de Sergipe – Hemose, compondo os dois um único órgão, chamado de Hemolacen. A partir daí, a Instituição não teria mais um diretor nos moldes demonstrados anteriormente. Na realidade, a partir de uma série de fusões e dissoluções, em 2008 é criada a Fundação de Saúde Parreiras Horta, que por meio de uma nova forma de gestão pública, com “personalidade Jurídica de direito privado” e que sob seu guarda-chuva tem os seguintes serviços**: Hemose**, para os serviços de coleta de sangue, armazenamento e distribuição; **Lacen,** onde estão instalados os laboratórios de saúde pública e importante agente na realização de

testes durante a pandemia de Covid-19 em 2020; e por último o Serviço de Verificação de Óbitos – SVO, Cuja atuação passa pela verificação de mortes por causas naturais não definidas ou não violentas. (Silva. H, 2023)

No início da década de 2010, o pavilhão central no IPH teve seu uso descontinuado, estando até o momento atual em na mesma situação. Desde seu desuso, alguns pontos sobre o destino da edificação devem ser abordados. O primeiro deles foi a tentativa de restauro em 2012, com o intuito de instalação de um memorial para a Saúde, objetivo este que se arrasta em outras tentativas, inclusive nesta tese de TCC. Naquele ano, o Governo do Estado, em vias de reforma do Estádio Lourival Baptista (vizinho ao IPH), incluiu o recente patrimônio tombado estadual nas obras que melhorariam os edifícios do quarteirão. A empresa Viglieca & Associados foi contratada para a efetivação das obras no quarteirão, já para o projeto no Instituto Parreiras Horta, o escritório Oficina de Projetos ficou encarregado.

A iniciativa não obteve sucesso, fazendo a edificação amargar mais alguns anos sem um encaminhamento de recuperação claro. Mas não acabam aqui as iniciativas para seu restauro, já que, como apontado por Silva. H (2023), em 2014, os membros da Academia Sergipana de Medicina - ASM e da Sociedade Médica de Sergipe - Somese, solicitaram ao então Governador Jackson Barreto que o antigo prédio do IPH fosse cedido aos grupos de médicos para que fosse feito o Memorial de Medicina. O pedido foi atendido no dia 16 de dezembro de 2015, sendo confirmada a cessão do edifício, em solenidade com diversos integrantes da área médica e política. As sociedades médicas, agora responsáveis pelo antigo IPH, se encarregaram de angariar fundos através de emendas parlamentares, as quais foram concedidas para a realização do projeto, que dessa vez teria autoria do arquiteto Rui Almeida.

Essa tentativa, no entanto, encontrou barreiras administrativas que passam pelas verbas levantadas, secretarias do estado e o Iphan, que segundo Silva. H (2023) criou obstáculos para a realização do projeto. Estes fatos devem ser melhor elaborados durante todo o desenvolvimento deste trabalho, mas enfatiza-se a

dificuldade de obter contato com o Iphan, que não respondeu às tentativas de acesso à informação pedidas

2.2. ASPECTOS E INFLUÊNCIAS ARQUITETÔNICAS

Como abordado anteriormente, o Dr. Paulo Parreiras Horta passou boa parte de sua formação profissional no Instituto Oswaldo Cruz, fato que o alçou a grandes patamares da área científica. Ao chegar em Sergipe, ele trouxe consigo essa bagagem junto com seu passado. Henrique Batista e Silva, em seu livro “Parreiras Horta: Vida e obra". Pioneiro da medicina científica em Sergipe”, sugere que o próprio médico teria participado do projeto da versão sergipana de seu antigo lar científico, sendo esta identificação de “versão sergipana” confirmada em jornais da época como apresentado no tópico anterior.

Por isso, faz-se necessário nesta tese realizar uma breve apresentação sobre a formação do que hoje é a atual Fundação Oswaldo Cruz, no Rio de Janeiro. Os dois prédios, tanto o carioca, como o aracajuano, não está muito distante cronologicamente já que o Instituto de Manguinhos, como também é conhecido, foi criado em 1900, mas como Instituto Soroterápico Federal, ainda com uma estrutura mínima para o desempenho de sua função. O local para sua instalação foi o terreno já denominado de Fazenda de Manguinhos, que apesar de hoje ter sido abraçado pelo desenvolvimento da antiga capital, na época representava um lugar distante das grandes construções. Essa característica geográfica dava vazão para a instalação de um instituto desse tipo, já que estaria a cargo do manuseio de substâncias biológicas perigosas e havia a necessidade de espaço de pasto para inoculação de animais. Além disso seu grande terreno deveria permitir uma possível expansão futura, como de fato ocorreu nas décadas seguintes de desenvolvimento científico (Benchimol, 2020).

É interessante pensar que no caso sergipano, o local escolhido para a implantação do Instituto Parreiras Horta foi o então horto botânico de Aracaju, na época localizado entre os atuais bairros São José e Salgado Filho. Pelo registro de Clodomir Silva (Figura 19), o único encontrado neste trabalho, é possível ver a

característica quase que rural do local, visto que estava localizado onde um dia fora os limites urbanos da cidade. Desse modo, é possível comparar sua implantação com a de Manguinhos, já que se tratava de um grande espaço afastado do centro, onde seria possível a criação de animais, como foi feito, e uma possível expansão, como também é vê-se realizada no presente.

Figura 19-Horto Botânico de Aracaju no início da década de 1920

Fonte: Silva. C, 2019

Nos primeiros anos, Oswaldo Cruz foi alçado à direção do Instituto, o que transformou o status quo do órgão, aplicando ali o que aprendera no Instituto Pasteur, na França:

> Uma das principais virtudes de Oswaldo Cruz, não tanto como cientista, mas como hábil administrador da ciência, foi ter conseguido transformar num grande instituto de medicina experimental o pequeno laboratório criado em 1900, a partir de uma crise da saúde pública – a ameaça da peste bubônica. [...] A partir do momento em que este projeto obteve êxito, Manguinhos adquiriu, de fato, conformação muito semelhante à do Instituto Pasteur de Paris: a característica articulação entre a pesquisa – tanto a básica como a orientada para as demandas práticas de saúde – coma produção de soros e vacinas em escala industrial e o ensino, visando ao adestramento dos quadros indispensáveis à própria instituição e à difusão das ciências biomédicas no país. (Benchimol, 2020, p. 52).

Benchimol (2022) afirma que o então Instituto de Manguinhos começou a acumular uma grande verba financeira, advinda não somente da economia do que recebia do governo, mas também da venda de insumos que começara a produzir, afinal, deixaria de focar apenas na área soroterápica, ampliando sua pesquisa para o estudo das bactérias, dos protozoários, da anatomia, das patologias, etc. Nessa época, Oswaldo Cruz também acumulava prestígio ao participar do combate e campanha contra uma série de doenças que se acumulavam na capital federal. Sua atuação na reforma urbana e higienista de Pereira Passos no Rio de Janeiro, o faria conhecido pela sociedade

A reforma de Pereira Passos, no Rio de Janeiro, exemplifica uma transição e uma ruptura social e arquitetônica dessa virada de século. De 1904 a 1906, o então prefeito da capital ordenou a derrubada, não somente de residências, mas também de antigos palacetes no centro do Rio. Nesse sentido, uma noção de progresso da época se fazia presente, somando-se a uma ânsia pela modernidade, registrada também em outras cidades do país. Ao se referir à cidade de São Paulo, Pinheiro (2006) afirma que a cidade também passou por tais transformações, a partir da alteração de fachadas, modernização de prédios públicos, novo paisagismo nas praças e construção de templos modernos no lugar de antigas igrejas

> As necessidades para conter as doenças epidêmicas como tifo, febre amarela, malária, dengue, por meio de medidas saneadoras, justificavam no entendimento estatal a ação governamental de práticas de medicina preventiva como vacinação em massa, vigilância sobre os segmentos populacionais, saneamento básico, drenagem dos pântanos e alagados, remoção de favelas e barracos, interferências que confundiam e incomodavam o público e o privado ao ponto de provocar grandes insatisfações populares, como no Rio de Janeiro [...] Estavam decretados pela medicina oficial o vínculo indissolúvel do poder do discurso médico e as teorias pasteurianas do contágio microbiano (Silva. H, 2007, p. 33).

Para se adaptar às necessidades da época, o Instituto de Manguinhos, que em pouco tempo teve seu nome alterado para Instituto Oswaldo Cruz, precisou se modernizar e ampliar consideravelmente sua estrutura. Ainda em 1903, o engenheiro português Luiz Moraes Junior foi contratado para dar início ao projeto de alguns

pavilhões na grande fazenda de Manguinhos, substituindo as antigas construções do Instituto Soroterápico (Figura 20) (Costa; Pessoa, 2003).

Figura 20 - Complexo de Manguinhos após a conclusão de suas obras estruturantes

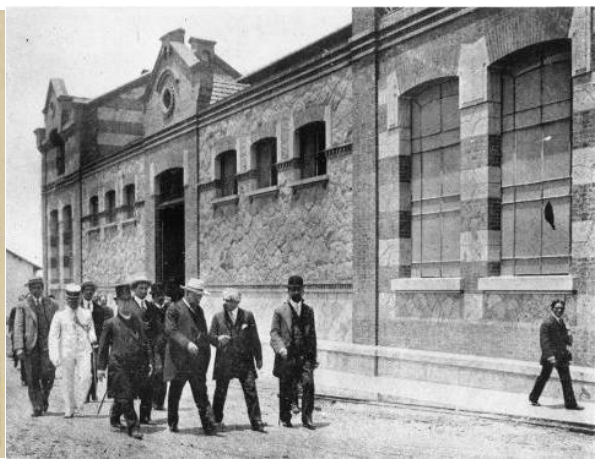
Fonte: J. Pinto / Acervo Casa de Oswaldo Cruz, 1914.

O primeiro a ficar pronto foi o Pavilhão do Relógio (Figura 21), que tinha o nome original de Pavilhão da Peste, seguido pela Cavalariça (Figura 22) e pelo Pombal. (Costa; Pessoa, 2003).

Figura 21 - Pavilhão do Relógio (à esquerda)

Figura 22 - Pavilhão Cavalariça (à direita)

Fonte: Instituto Oswaldo Cruz, S.d.



Fonte: Acervo da Casa de Oswaldo Cruz, 1913.

Além disso, foram também feitos os pavilhões chamados de Aquário, demolido nos anos 40, e Quinino, usado para produção de medicamentos e estudos de química (Figuras 23 e 24) (Costa; Pessoa, 2003).

Figura 23 - Aquário – Manguinhos (à esquerda)

Figura 24 - Pavilhão Quinino (à direita)

Fonte: J. Pinto / Acervo Casa de Oswaldo Cruz, S.d.

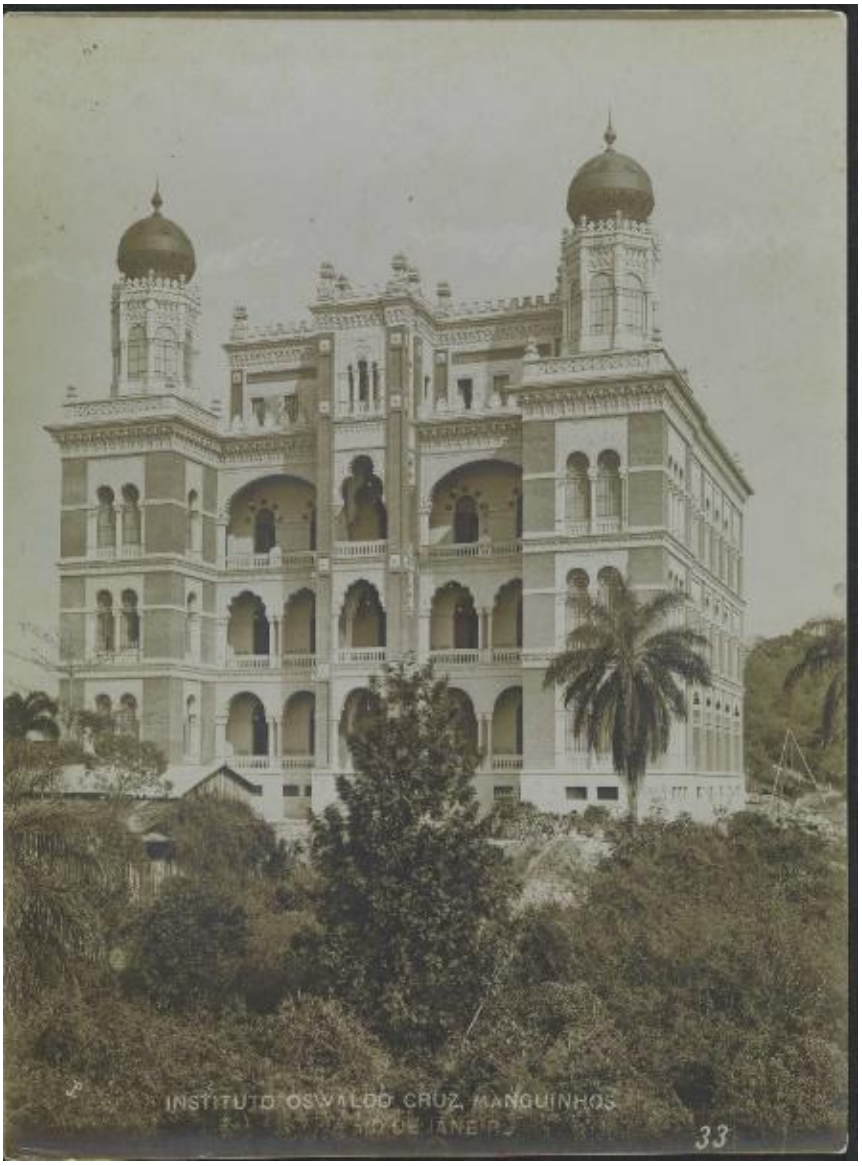
Fonte: Acervo Casa de Oswaldo Cruz, 1944

Para Costa e Pessoa (2003):

> Os edifícios projetados por Luiz Moraes Júnior se inserem na linguagem do ecletismo arquitetônico, na qual as composições, concebidas em conformidade com os princípios clássicos, frontalidade, axialidade e simetria, recebem um tratamento ornamental onde se mesclam duas ou mais tendências de estilo e decoração (Costa; Pessoa, 2003, p. 53).

O principal deles é o Pavilhão Mourisco, também chamado de Castelo Mourisco, construído de forma a ser observado a longas distâncias, até mesmo por aqueles que chegavam por meio marítimo ao Rio de Janeiro. Sua localização perante os outros pavilhões e ao terreno confere uma imponência que se soma a usa arquitetura que Benchimol (2020, p. 160) define como um “exemplo do ecletismo brasileiro em suas vestes orientais”

Figura 25-Pavilhão Mourisco.



Fonte: Instituto Oswaldo Cruz/Brasiliana Fotográfica, 1914.

Antes de abordarmos mais profundamente sobre o pavilhão Mourisco e sua arquitetura neoárabe, devemos falar sobre os outros pavilhões abordados anteriormente, que se diferem visualmente, mas ainda assim apresentando semelhanças arquitetônicas. Apesar do neomourisco ser destaque no antigo conjunto arquitetônico de Manguinhos, é possível encontrar também, uma forte influência inglesa na construção dos prédios da Cavalariça, do Quinino etc. Costa e Pessoa (2003) ao abordar sobre o assunto, explicam que o pavilhão da Peste, por exemplo, foi inspirado nos edifícios ferroviários da Inglaterra e complementam que:

> O estilo inglês está muito presente tanto na arquitetura do Pavilhão da Cavalariça como nos elementos em ferro das escadas, baias, grades, grelhas, luminárias etc.; também nos equipamentos, como balanças e monta-cargas, e ainda no uso do material de composição e revestimento, como o granito e o tijolo maciço (Costa; Pessoa, 2003, p. 53).

Ao se tratar do Pavilhão Mourisco, o edifício ganha muito destaque pela sua monumentalidade, e complexidade arquitetônica, sendo atribuído a ele a maior das influências para o pavilhão do Instituto Parreiras Horta. Para Costa e Pessoa (2003) a arquitetura portuguesa, inglesa e mourisca fazem parte do cerne do projeto desse edifício mesclando-se “com maestria”. A inglesa se apresenta a partir da disposição de sua planta e volumetria em forma de “H”, junto à sua escadaria central. Ao mesmo tempo os autores citados neste parágrafo também indicam que a arquitetura portuguesa também seria influência na disposição “planimétrica” com um pátio aberto que comporia a edificação em forma de “U”. A arquitetura neomourisca, no entanto, é a que se sobressai visualmente ao se observar a construção, com sua extensa ornamentação e elementos que remontam à influência árabe e revival da arquitetura medieval no continente europeu durante o século XIX. Para Benchimol (2020, p.181): “A ornamentação mourisca foi utilizada para recobrir, como um véu, a estrutura do edifício que, por sua vez, nos reporta à arquitetura elisabetana, um estilo de transição de traços góticos e detalhes renascentistas que floresceu na Inglaterra do Século XVII”

Na construção do Complexo de Manguinhos, Benchimol (2020) explica que materiais como pedras, madeiras, areias e saibros eram coletadas no próprio terreno da fazendo ou de localidades vizinhas. No entanto, a maioria dos materiais construtivos que representavam, na época, a alta tecnologia da engenharia, foram importados da Europa e dos Estados Unidos. O autor, ao buscar os registros de Luiz Morais Junior, apresenta que a fundação do Castelo Mourisco foi feita a partir do sistema corrido, que percorria todo o desenho perimetral do edifício, contando com um metro de largura. Seus blocos de pedra foram sobrepostos com argamassa de traço 1:3, equivalendo respectivamente a cimento e areia.

> Da Inglaterra vieram as barricas de cimento, de Marselha os tijolos utilizados nas fachadas, da Alemanha os perfis metálicos para a superestrutura. No

> caso do castelo, especificamente, procederam da manufatura portuguesa Bordallo Pinheiro os azulejos coloridos para o revestimento das paredes das varandas e a composição dos mosaicos que recobrem os pisos das áreas nobres de circulação. [...] A biblioteca de aço à prova de fogo e insetos foi fabricada e instalada pelo Library Bureau de New York (Benchimol, 2020, p.173).

Em seu livro “Quadro da Arquitetura no Brasil”, Reis Filho (2006) explica que o fim do século XIX representou um avanço das técnicas construtivas no país. A elite e os construtores da época começariam a importar não só o modo de fazer, mas também os materiais quase prontos para sua montagem, como estruturas e peças de acabamento, que traziam consigo um manual de como tratá-las. Esse modo construtivo fez com que as elites locais pudessem adotar novas formas de construir, adotando em alguns casos, tendências arquitetônicas europeias que não eram feitas no Brasil.

> Os novos recursos disponíveis, em máquinas e ferramentas, na Europa e mesmo no Brasil, tornaram quase obrigatórias algumas soluções rebuscadas, como afirmação e mesmo ostentação daquelas possibilidades. [...] De modo geral, é necessário reconhecer, a arquitetura de fins do século XIX já alcançava um nível elevado de realizações técnicas, dentro dos padrões acadêmicos. Os arquitetos e engenheiros dessa época orgulhavam-se de imitar com perfeição, até nos detalhes os estilos de todas as épocas (Reis Filho, 2006, pág. 159).

As elites locais, portanto, representariam nessa época, o grupo da sociedade que abraçaria o uso de peças e materiais importados e o fazer arquitetônico considerado rebuscado, que carregava consigo um símbolo de sua posição econômica e social. Reis Filho (2006, p. 180) argumenta que em muitos desses casos, o rigor na adoção desses partidos e formas construtivas era superficial, seguindo uma ordem “qualquer”. A posição do Brasil frente às tendências europeias era em sua maioria passiva, ou seja, esperando o que viria para o continente em forma de estilo ou estética a ser adotada.

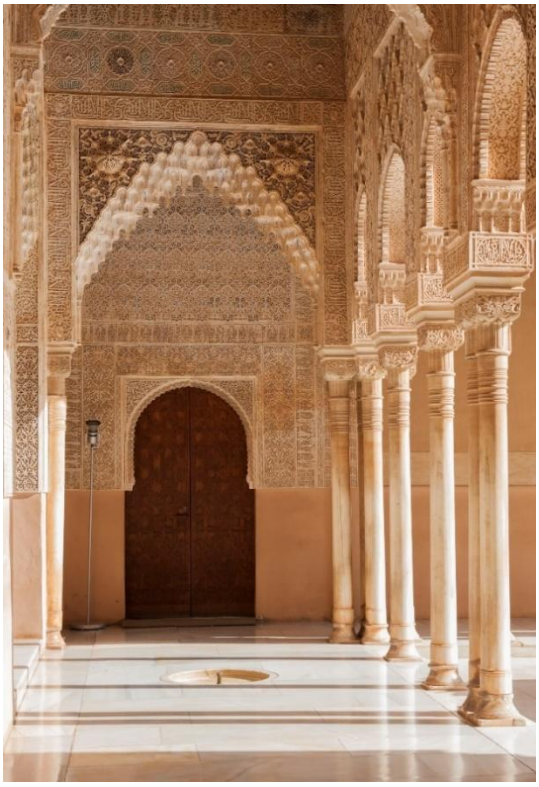
Segundo Domingo (1988) *apud* Costa (2003) esse momento seria marcado pela burguesia europeia utilizando-se de influências árabes na arquitetura, principalmente dos palácios de Alhambra, por isso, é também chamado de Alhambrismo.

> A fidelidade formal à linguagem usada em Alhambra se faz sentir nos azulejos policromados de motivos geométricos (industrializados e de origem Bordallo Pinheiro, de Portugal), com paginação ao infinito; os mosaicos cerâmicos – imitando tapeçaria; os arcos em ferradura, tribolados ou dentados, em pares ou sozinhos; e, finalmente, na decoração das paredes, que utiliza motivos geométricos com profusão de estrelas, polígonos, quadrados sobrepostos, compondo estrelas de oito pontas, motivos vegetais, epigrafia, escrita cursiva e inscrições de laçaria (Costa, 2003, p. 04).

Ao discutir acerca do correto nome a se empregar a esse estilo arquitetônico abordado, Costa (2003) afirma que existem diversas nomenclaturas possíveis, havendo, portanto, uma série de discussões acerca de qual seria mais adequada a depender do objeto que se está falando. Segundo o autor, alguns nomes são utilizados, como Arquitetura Mourisca, Mudéjar, medieval islâmico, muçulmana e tantas outras.

Benchimol (2020) explica que o estilo Mourisco se desenvolveu num contexto entre os Séculos XI e o século XV, tendo como palco uma península ibérica que, no momento, agregava diferentes culturas como a islâmica e a berbero-muçulmana. Isto pode ser visualizado nas diferentes formas de arquitetura na Espanha, principalmente em Granada, onde é possível encontrar um dos maiores exemplos desse estilo mourisco, que é o castelo Alhambra (Figura 26).

Figura 26 – Castelo Alhambra em Granada-Espanha



Fonte: Reyes Martínez/WordPress Photo Directory, 2022.

Segundo Costa (2003) a arquitetura Neomourisca começou a ser implementada no Brasil a partir do desenvolvimento de uma arquitetura eclética nacional em meados do século XIX. O autor apresenta três arquitetos que no Rio de Janeiro implementaram essa arquitetura que hoje se apresenta tão incomum diante dos paradigmas do patrimônio brasileiro comum, sendo eles Adolfo Morales de los Rios, Alfredo Burnier e Luiz Moraes Jr. Como apresentado anteriormente, Moraes Junior, o arquiteto de Manguinhos, é português de Algarve, já Morales era de Sevilha na Espanha, trazendo ambos, suas origens culturais ao Brasil. Origens estas que remontam à cultura árabe, já que a península ibérica apresenta uma riqueza arquitetônica mourisca e Mudéjar.

Dentre os projetos cariocas de Adolfo Morales que ainda estão de pé, estão o edifício do Cinema Palácio de 1902 (Figura 27) e a Igreja do Sagrado Coração de Maria (Figura 28). De Alfredo Burnier pode-se apresentar o que Costa (2003) considera o mais fidedigno à linguagem árabe na cidade, que foi o Pavilhão Mourisco no bairro carioca de Botafogo (Figura 29). Este não deve ser confundido com o

Pavilhão Mourisco de Manguinhos, que seria finalizado apenas 10 anos após a construção do agora demolido *music hall* botafoguense.

Figura 27 - Cinema Palácio no Rio de Janeiro (à esquerda)

Figura 28 - Igreja do Sagrado Coração de Maria (à direita)

Fonte: Google Street view, 2022

Fonte: Sanctuaria.art, s.d.

Figura 29 - Pavilhão Mourisco de Botafogo

Fonte: Luiz Musso/Acervo Instituto Moreira Salles

Em texto comemorativo dos 100 anos de inauguração do Castelo Mourisco da Fiocruz, Costa (2018) apresenta que duas grandes construções europeias que serviriam de inspiração para o Arquiteto de Manguinhos, Luiz Moraes Jr. Estas são o Palácio de Montsouris (Figura 30) e a Sinagoga de Berlim (Figura 31) em Paris

> Erguido como representante da Tunísia na Exposição Universal de 1867, em Paris, o observatório parisiense teria sido visitado algumas vezes por Oswaldo Cruz, durante sua estada no Instituto Pasteur. A configuração final do projeto, de 1908, com cinco pavimentos, teria sido apresentada após, acreditamos, viagens do cientista e do arquiteto à Alemanha. Oswaldo Cruz esteve por duas vezes nesse país na companhia de Moraes para participar das Exposições Internacionais de Higiene: em 1907, em Berlim, ocasião em que o instituto receberia a Medalha de Ouro; e em 1911, em Dresden (Costa, 2018, s/p).

Benchimol (2020) acredita que os motivos para a escolha do estilo Mourisco para o mais importante edifício do complexo de Manguinhos são incertos. No entanto, é possível observar que Oswaldo Cruz e Luiz Morais Junior viram na Europa alguns dos exemplos construtivos que possivelmente serviram de base para tal feito monumental.

Figura 30 - Palais du Bardo ou Observatório de Montsourris

Fonte: Costa, 2018

Figura 31 - Sinagoga de Berlim

Fonte: Site da Bundeszentrale Für Politische Bildung

Em maio de 1924, a Revista Fon Fon apresenta aos leitores uma publicação acerca do “estylo mourisco” presente em diversos itens consumidos pela sociedade da época, inclusive na arquitetura (Figura 32).

Figura 32 - Matéria da Revista Fon Fon sobre o estilo mourisco

Appareilho para chá de estylo mourisco.

O estylo mourisco está invadindo os campos. Assim, na architectura, como na moda feminina, nas joias e até na louça, elle se faz representar de uma maneira, aliás honrosa, porque é lindo e de linhas delicadas e sóbrias. Como gostamos de trazer nossas leitoras ao par da evolução da elegancia no que diz respeito ao adorno do lar, damos, hoje, uns modelos de chicara, pires e bule para chá, os quaes estão em vóga nas casas

Fonte: Revista Fon Fon, 1924

É interessante apontar que não somente o Rio de Janeiro foi expoente dessa arquitetura no início do século. Como bem aponta Cristofi (2018) em sua tese “O Orientalismo Arquitetônico em São Paulo – 1895 – 1937”, o estado de São Paulo apresenta vastos exemplos, principalmente de residências da burguesia local, que se passou a adotar esse eclético mourisco em seus lares. Segundo o autor, apesar desse início ainda no século XIX, a arquitetura com motivos orientais seria mais difundida na década de 1920 em São Paulo, alcançando um novo patamar de criação que representaria a ascensão social e econômica de imigrantes que na cidade começariam a se destacar na elite local.

> Diferente do Rio de Janeiro, onde as principais ocorrências orientalistas estão relacionadas direta ou indiretamente às iniciativas de modernização da capital da República, aos gostos e modelos europeus e ao uso em edifícios públicos, na terra paulistana essa vertente da arquitetura manifestou-se sobretudo em espaços privados, mais especificamente em palacetes de alto luxo. (Cristofi, 2016, p. 23).

Um dos nomes que podem ser destacados na produção neoárabe em São Paulo é o arquiteto Francisco de Paula Ramos de Azevedo, grande construtor de obras ecléticas e sendo provavelmente quem introduziu o estilo na cidade. Suas obras que remontam a uma outra época e outra sociedade, ganham um rápido destaque na cidade, afinal, não um modo de ornamentação comum no momento, o que atrairia

interesse das grandes famílias de elite local, afinal, estariam em posição de destaque entre os demais palacetes de influência italiana, francesa, inglesa, etc. Foi por meio de Ramos de Azevedo que o chamado “orientalismo arquitetônico” se popularizou localmente, estando presente não somente nas fachadas, como também nos interiores das construções (Cristofi, 2016).

Um de seus primeiros exemplos paulistanos de residências seguindo esse padrão é o projeto do Palacete Aguiar de Barros, em 1897 (Figura 33). Hoje demolido, se localizava na Avenida Brigadeiro Luís Antônio no bairro de Bela Vista em São Paulo.

Figura 33 - Palacete Aguiar de Barros

Fonte: Cristofi, 2016, p. 53

Segundo análise de Cristofi (2016), a sua fachada:

> [...] apresenta formas orientalistas detalhadas. Incluem mesmo indicações precisas de coloração para os elementos decorativos, o que era condizente com outras ocorrências orientalistas europeias. Ramos de Azevedo opta pela presença das faixas bicolores alternadas para recobrimento do edifício, muito utilizadas, por exemplo, em sinagogas orientalista europeias inspiradas na Espanha moura. (Cristofi, 2016, p. 53).

Um dos tópicos que deve ser abordado ao se tratar da arquitetura neomourisca no Brasil, é a sua ligação com a arquitetura eclética e a dissolução de seu uso pela sociedade da época. Ou seja, até que ponto o arquiteto à sua época está criando um projeto com verdadeiras inspirações e formas fidedignas aos exemplos que possa ter visto no exterior, e por outro lado, está somente arranjando um aglutinado de estilos arquitetônicos já vigentes e acrescentando notas de orientalismo em sua criação, representando talvez, o poder aquisitivo de seu cliente. Para Cristofi (2016) Ramos de Azevedo realizava uma arquitetura que conversava com suas influências árabes da Andaluzia, por exemplo, mas observa que a partir dos 1920, a forma de pensar o estilo se alteraria entre outros arquitetos, o que não necessariamente, faria perder seu valor:

> Essa característica de conjunção de diversos repertórios decorativos (formais, temporais e espaciais diferentes no que toca ao imenso Islã) é uma das marcas fundamentais do orientalismo em São Paulo, em espacial a partir da década de 1920, período de maior produção orientalista pela cidade. A fidelidade aparente que Ramos de Azevedo conservava do mauresque andaluz nas pioneiras produções de arquitetura orientalista não estava mais colocada no plano das necessidades ou demandas de produção, do momento em que o orientalismo se tornaria mais do que uma simples novidade possível, um estilo entre outros a ser escolhido; ele se torna uma escolha para a representação de alteridades de indivíduos, um sinal evidente de sua afirmação e de sua convicção em aceitar a síntese de vários “Orientes” na sua inscrição no Ocidente (Cristofi, 2016, p. 78).

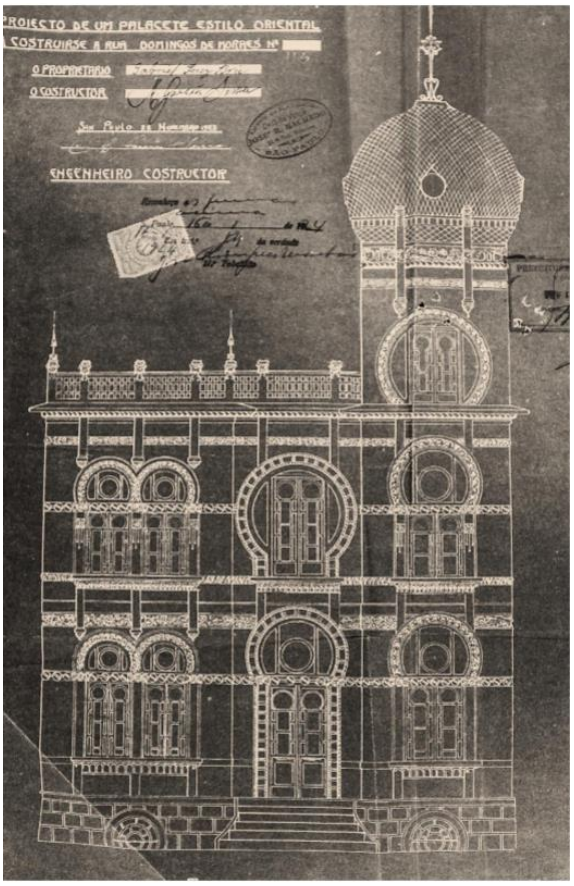
A partir da tese de Cristofi (2016) foi possível descobrir a existência de um sobrado paulistano dos anos 1920 com características arquitetônicas muito semelhantes às do Instituto Parreiras Horta. Essa edificação se trata da chamada Villa Aurora (Figura 34), projetada para o casal espanhol Gabriel Perez Brú e Aurora Navas Figueiredo, e que se encontra na Rua Domingos de Moraes, no bairro de Vila Mariana em São Paulo. Ao caracterizar sua fachada, o autor realça que esta seria “inusitada”, por trazer uma composição de uma série de elementos mouriscos, junto a um repertório de outros estilos, como uma volumetria que remete ao neorrenascentismo e elementos do Art Nouveau. Cristofi (2016) se refere à Villa Aurora como uma

edificação: “com grande liberdade compositiva, tanto na flexão de elementos orientalistas, quanto na agregação de outros a eles alheios estilísticamente” (Cristofi, 2016, p. 84).

Figura 34 - Villa Aurora atualmente (à esquerda)

Figura 35 - Projeto de Fachada da Villa Aurora (à direita)

Fonte: Google street view, 2023



Fonte: Cristofi, 2016, p. 85

A residência da Villa Aurora foi um projeto do arquiteto espanhol Manoel Garcia Senra, cuja elevação de projeto pode ser observada na figura 31. A primeira observação sobre sua composição pode ser feita acerca de sua torre com cúpula abaulada, cuja versão de projeto se apresentava mais arredondada, em forma de globo (Figura 35). A cúpula, no papel, se parecia mais com as cúpulas observadas no Castelo Mourisco de Manguinhos, ou mesmo de sinagogas europeias que também bebiam da influência orientalista. Por algum motivo, a cúpula acabou por ser executada de forma diferente, com a base quadrada igualmente ao IPH e a um topo achatado (Cristofi, 2016).

> Do que foi construído na Vila Aurora, o que se têm é um uso muito fragmentário de elementos orientalizantes, dispostos numa volumetria avessa a eles, tanto na origem histórica da forma, quanto na escala, pois as janelas e portas se adensam de forma inusitada. Os elementos provêm, em especial, da Ibéria-moura, dado o uso predominante do arco em ferradura nas aberturas da fachada principal. Isto é feito, entretanto, em proporções que se afastam de replicações dos modelos. Trata-se, assim, de um projeto orientalista nitidamente concebido na soltura da apropriação e adaptação da sobre as formas do "outro" naquilo que poderia coadunar com o intento de representação "oriental" daquele palacete (Cristofi, 2016, p. 84).

Ainda sobre suas cúpulas, a do projeto e a que se concretizou, Cristofi (2016) questiona em sua tese quais seriam os motivos para sua alteração. O primeiro motivo perpassa pela mão de obra necessária para se executar uma cúpula perfeitamente redonda como a que era quista, passando ainda por questões econômicas que possam ter se aventado. É interessante pensar que o Instituto Oswaldo Cruz dotava de grandes profissionais, o governo do estado e grandes fundos econômicos para construção, enquanto o exemplo paulistano se tratava de uma residência particular de imigrantes. Outro motivo aventado pelo autor é de que o arquiteto Garcia Senra estaria ausente durante o processo de construção de seu projeto, por conta de ter participado de revoltas contra o então governador de São Paulo Carlos Campos, que levaram o espanhol à prisão por alguns anos, até seu julgamento em 1927 e anistia em 1930. (Cristofi, 2016).

Cristofi (2016) cita o prédio do Parreiras Horta e o Solar dos Rollemberg (ambos em Aracaju) como duas construções que apresentam semelhanças à residência Villa Aurora. Nesse momento de construção da tese, o prédio que hoje abriga a OAB não será analisado, cabendo essa ação para um segundo momento de investigação mais aprofundada.

Tendo como centro de discussão as semelhanças com o IPH, podemos primeiro apontar diferenças à primeira vista, como a presença de um pavimento a mais no exemplo paulista, que também conta com diferentes proporções ornamentais e nas esquadrias. No entanto, a semelhança compositiva impressiona a um primeiro momento, com a presença de uma fachada em formato de "U", duas levas de

esquadrinhas no bloco da esquerda, entrada no centro e uma leva de esquadrinhas à direita, finalizando com um torreão com cúpula. Ambas as cúpulas tem a mesma base quadrilátera, se unindo em arco; no entanto, a do IPH se eleva acentuadamente, enquanto a da Villa Romana se apresenta de forma achatada ou abaulada.

Acima de qualquer comparação, é necessário se atentar para as datas de projetos e construções. O Solar dos Rollemberg teve sua obra finalizada antes mesmo dos anos 1920, nesse caso, a proximidade é observada entre os outros dois edifícios. Como visto nas referências históricas do IPH, sua pedra fundamental é lançada no dia 23 de julho de 1923 e obra finalizada em maio de 1924; já no caso de Garcia Senra, seu projeto para a Villa Aurora é datado de 23 de novembro de 1923, com finalização em 1926, ou seja, brevemente depois do exemplar sergipano (Cristofi, 2016).

Cristofi (2016) portanto, traça algumas deduções sobre o caso, sendo a primeira delas a de que o arquiteto espanhol de fato pode ter tido algum contato com a obra em andamento ou projetos do Instituto Parreiras Horta. Nesse caso, convém lembrar que o IPH, como é sabido, se inspirou no Instituto Oswaldo Cruz, que por sua vez se inspirou arquitetonicamente em outros exemplos apresentando. Ou seja, nessa cadeia de produção do século XX é possível observar uma sucessão de inspirações e metamorfoses e adaptações, junto ao fato da arquitetura com elementos mouriscos em geral, ter um momento bastante popular culturalmente, não sendo reservado no Brasil ao Castelo de Manguinhos. Para o autor:”[...] mais provável, é que ambas tenham por referências alguma terceira produção anterior que possa ter circulado em alguma revista de arquitetura acessível a esses imigrantes no Brasil” (Cristofi, 2016, p. 148).

> Esse “sincretismo” de motivos vindos de sociedades históricas e distintas do mundo islâmico – resultando na criação de uma imagem de um “outro” que jamais existira entre as arquiteturas a que fazia referência –, manifestava o orientalismo arquitetônico naquilo que é sua mais intrínseca característica, a de ser uma apropriação de visões ocidentais sobre as artes do “outro”, e não uma reprodução destas (Cristofi, 2016, p. 32).

Essas tendências viriam ao encontro de diferentes potencializadores, que as embasavam nesse final de Século XIX. Reis Filho (2006) afirma que a corrente Positivista da época buscava ampliar o desenvolvimento industrial do país e sua economia, ampliando, portanto, o uso de novas tecnologias no modo de vida. De outro modo, o ecletismo, nascido na França no início do século XIX, permitia que as inovações fossem assimiladas e sintetizadas de forma a conciliar diferentes formas de produção arquitetônica.

Ao explicar as influências de Alhambra na formulação e construção do Castelo Mourisco. Benchimol (2020) complementa a explicação dada sobre a forma de arquitetura do eclético brasileiro. Para o autor, muitas das características visuais, ou seja, decorativas islâmicas de Alhambra foram impressas em Manguinhos, mas estas semelhanças eram de certa forma superficiais. Apesar do fazer complexo desses ornamentos, coisa que não se repetiu no Instituto Parreiras Horta, Luiz Morais Junior não teria implementado as minucias culturais islâmicas e outros detalhes religiosos comuns em Alhambra e outros exemplares de séculos anteriores:

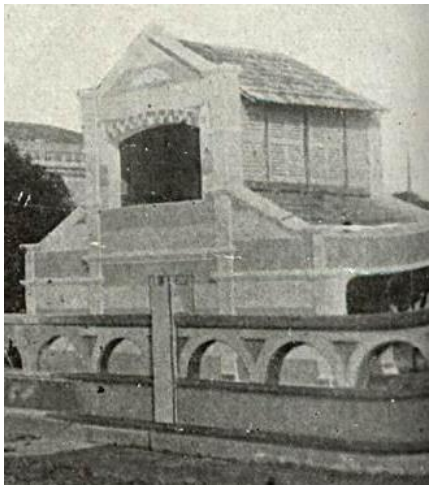
> A convicção mulçumana da presença permanente do Divino está presente em todo o complexo de Alhambra. Suas paredes estão repletas de inscrições que substituem as imagens figurativas e indicam os propósitos dos edifícios os significados que lhe eram atribuídos “[...] Em Manguinhos inexistem essas inscrições e as mensagens que veiculam, mesmo quando a disposição dos elementos decorativos segue fielmente a de Granada (Benchimol, 2020, p. 182).

No caso do Instituto Parreiras Horta, é possível primeiramente relacionar o formato de seu pavilhão anexo (Figura 36) com um exemplar construtivo de Manguinhos, o pavilhão Cavalariça (Figura 37). É interessante ver como as formas listradas e retilíneas se repetem na pintura e nos arcos achatados, também presente no exemplar sergipano. Além disso, suas platibandas se assemelham no formato ligeiramente triangular. Não é possível afirmar com precisão que a arquitetura da Cavalariça inspirou o projeto feito em Aracaju, mas é inevitável perceber uma certa semelhança entre ambos.

Figura 36 - Pavilhão Cavalariça de Manguinhos (à esquerda)

Figura 37 - Pavilhão anexo do IPH (à direita)

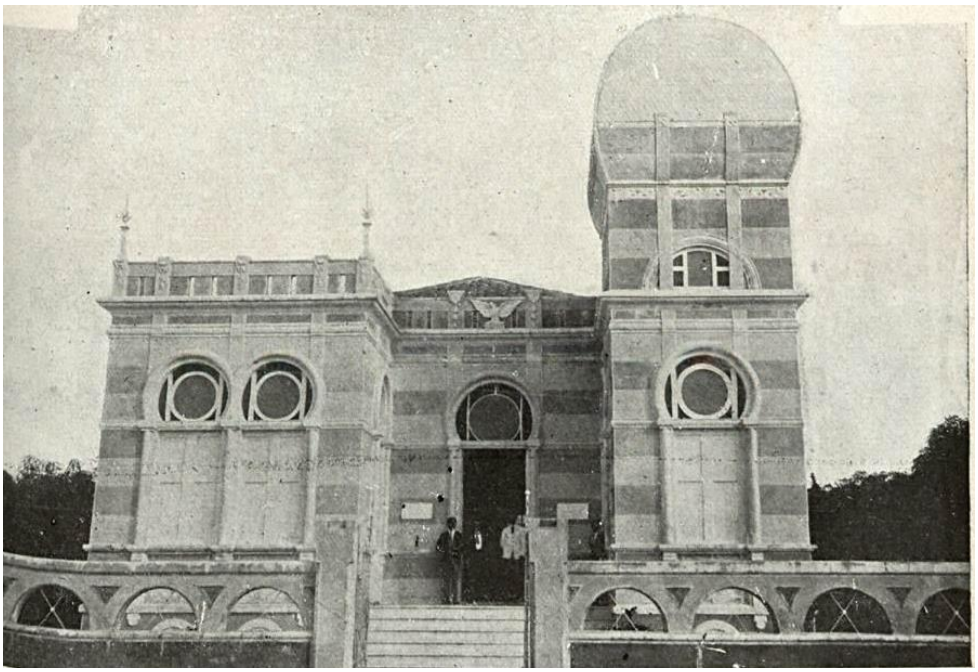
Fonte: Instituto Oswaldo Cruz (IOC), Sem data



Fonte: Revista Fon Fon, 1925.

Para o pavilhão central do Instituto Parreiras Horta (Figura 38), é possível concluir que de fato o castelo Mourisco pode ter servido de inspiração em sua construção, mas pelo que fora observado anteriormente neste capítulo, Manguinhos não seria a única fonte arquitetônica para tal projeto.

Figura 38 - Pavilhão principal do Instituto Parreiras Horta



Fonte: Revista Fon Fon, 1925.

Vemos, nesse sentido, que o resgate árabe em terras brasileiras não foi algo exclusivo de Oswaldo Cruz, podendo ser encontrado em vários outros exemplos no Rio de Janeiro e São Paulo. Têm-se, portanto, que afirmar que Manguinhos fora unicamente uma inspiração arquitetônica para o IPH, seria formar uma meia verdade, já que não existem arquivos comprovando tal motivação. É possível encontrar uma série de diferenças entre este e o Castelo Mourisco, desde sua simplicidade ornamental do exemplar sergipano ao pensar nos estuques do Rio, até a diferença de formato da cúpula, cuja motivação para tal foi teorizada por Cristofi como uma consequência de uma economia e falta de mão de obra qualificada. No entanto, a antiga sede do Instituto Parreiras Horta conseguiu sintetizar alguns dos elementos como esquadrias, formas volumétricas e o conhecimento científico como forma de transportar a importância de Oswaldo Cruz à Aracaju.

INSTITUTO
PARREIRAS HORTA

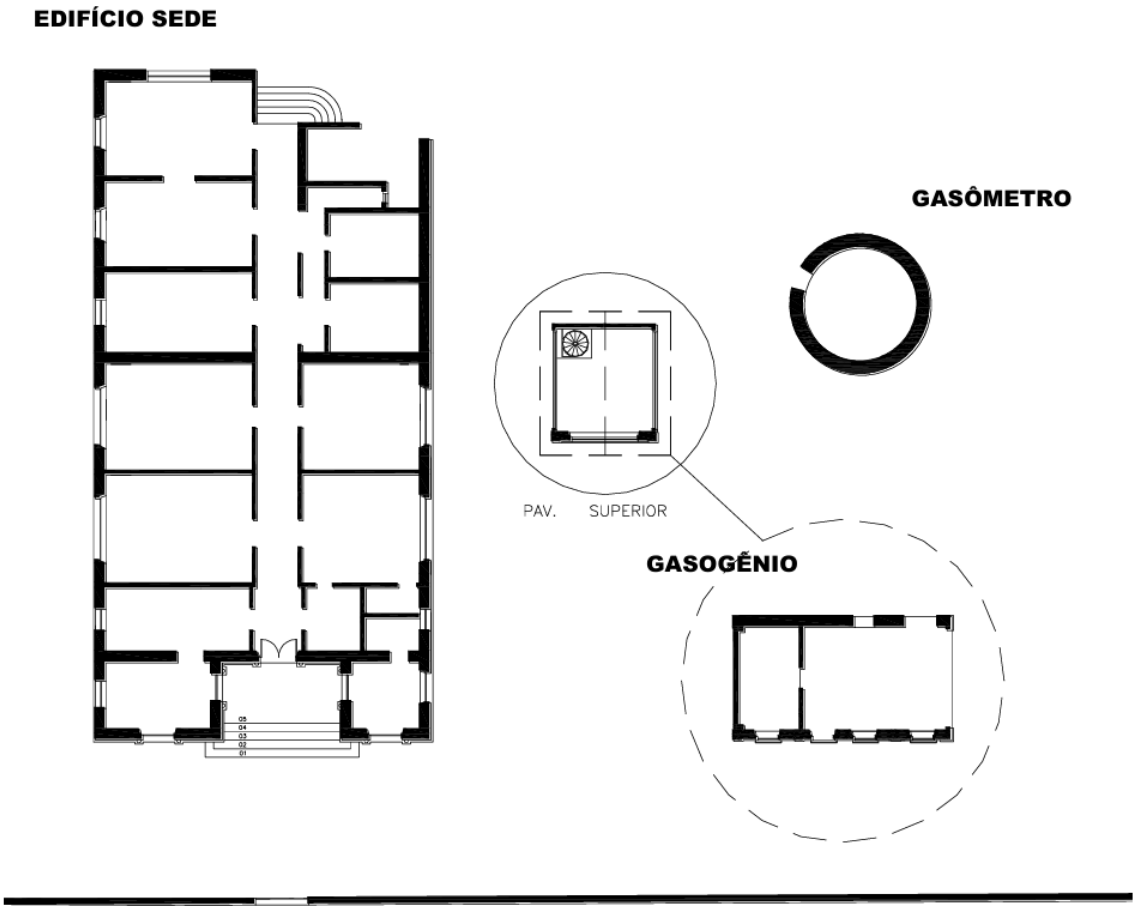
3. EVOLUÇÃO E CARACTERÍSTICAS ARQUITETÔNICAS

Após o levantamento de informações acerca de seu aspecto histórico e influências arquitetônicas, é necessário voltar as atenções para o elemento concreto do objeto de estudo, observando sua evolução arquitetônica e como se encontra atualmente. Para a realização do projeto de restauro, vê-se a necessidade de saber o que é antigo e o que é novo na edificação, afinal, em 100 anos de existência alterações foram feitas com o intuito de tentar adequar o lugar às necessidades de uso e espaço. Esse processo de reconhecimento é importante, pois a atual Fundação de Saúde, Parreiras Horta ocupa um grande espaço no terreno, onde originalmente foram construídos os edifícios do antigo IPH. Com o passar dos anos, a Instituição se expandiu, tanto em prédios separados no mesmo terreno, tanto em anexos juntos ao pavilhão original, como poderá ser visto mais adiante.

3.1. EVOLUÇÃO DA CONSTRUÇÃO

Durante o tempo dedicado a esse trabalho, não foi possível localizar os arquivos originais de projeto de IPH. O registro em desenho técnico mais antigo localizado pelo autor está na Companhia Estadual de Habitação de Obras Públicas – CEHOP, se tratando de uma planta baixa datada do ano de 1940, indicando que fora reformado no governo de Eronides de Carvalho, com autoria de Dr. Laerte de Andrade. No entanto, apesar da possível inexistência de um registro original de como era a disposição de ambientes da construção, o escritório Oficina de Projetos formulou em 2012 uma hipótese de tal desenho (Figura 39).

Figura 39 - Hipótese de planta baixa original



Fonte: Oficina de Projetos, 2012.

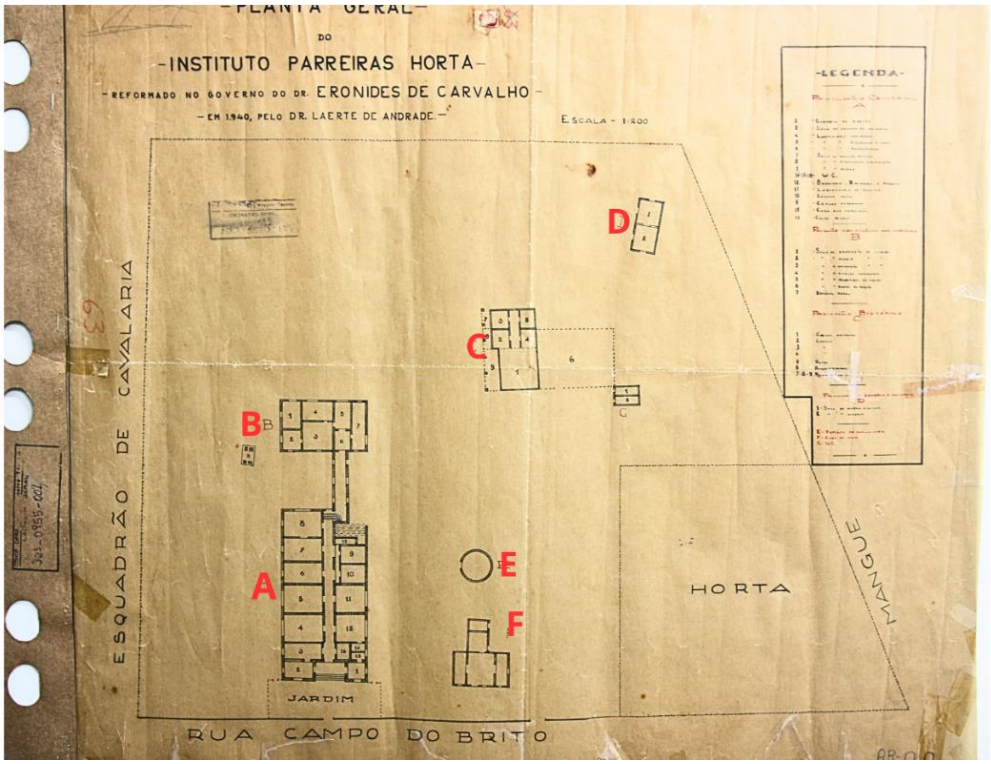
O pavilhão principal, hoje chamado de João Firpo Filho, teria em seu início uma volumetria mais reduzida ao que se apresenta atualmente depois das expansões. Como poderá ser observada, esta disposição de ambientes não se manteve a mesma durante os anos, havendo a substituição de algumas paredes para a realocação de salas e abertura de corredores e esquadrias. É interessante ver que as estruturas que estavam presentes no ano de inauguração do instituto são as mesmas que continuam de pé até hoje, tendo passado, claro, por algumas mudanças físicas. Têm-se, por exemplo, o gasômetro, cuja construção foi registrada em fotografias apresentadas anteriormente, além do aqui apresentado como Gasogênio, estrutura anexa que passou por inúmeras modificações e diversos usos.

A reforma de 1940 foi certamente responsável pela ampliação do instituto, mas apesar disso, não se tem informação sobre possíveis alterações mais minuciosas

realizadas. Vê-se que, apesar de não ser uma planta da época de sua inauguração, pode-se extrair uma série de informações e consequentes comparações com a disposição atual da FSPH. (Figura 40)

Analisando ponto a ponto do que a planta baixa apresenta, tem-se primeiro o chamado Pavilhão Central (A), uma das construções originais do Instituto. Nele consta o Gabinete do Diretor, Sala coleta de materiais, laboratório antirrábico, laboratório de sorologia, laboratório bacteriológico, sala de cultura, sala de esterilização e destilação, sala de espera, banheiros, sala de secretaria, biblioteca e arquivos, laboratório de química, Estufa, Câmara frigorífica, Casa de máquinas e Caixa d'água. Um fato interessante desta planta é a existência do bloco indicado como "B", equivalente ao Pavilhão Vacinogênico Antivariólico, que atualmente não existe mais, sendo substituído posteriormente por um Auditório, como poderá ser visto adiante. As construções indicadas como "E" e "F", podem ser observadas em fotos antigas como existentes desde a fundação do Instituto. A primeira está como indicação de uso para depósito de inflamáveis, enquanto a segunda se refere a um ambiente para a vigia do local.

Figura 40 - Planta Baixa de reforma realizada no IPH na década de 1940

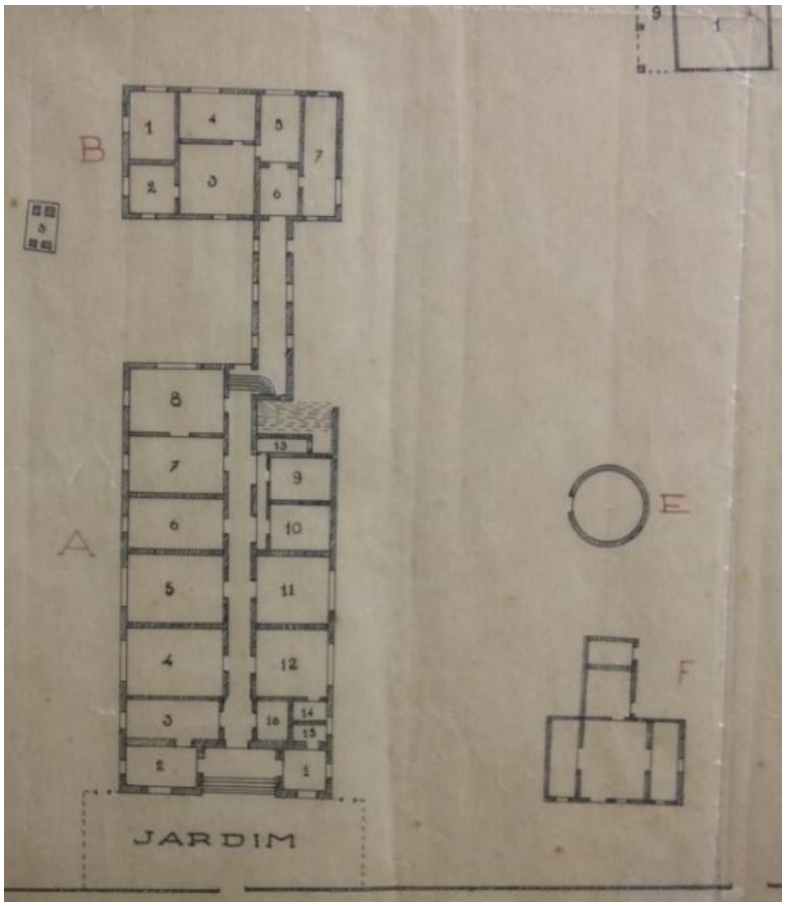


Fonte: CEHOP, 2024

Algumas outras estruturas indicadas não existem mais ou foram completamente modificadas com a expansão do Instituto. Estas são o bloco “C” que se referia ao Pavilhão Biotérico e o bloco “D”, que se tratava de um Pavilhão de Sangria e Autópsia.

Na imagem a seguir (Figura 41) temos a ampliação de tal documento, dando foco para os blocos que ainda existem como o A, E e F, assim como o bloco B que foi demolido em datação não encontrada por esta pesquisa.

Figura 41 - Amplificação da Planta Baixa de 1940



Fonte: CEHOP, 2024.

Dentro das dependências do instituto foram encontradas três placas de reforma e/ou ampliação, a mais antiga não possui data, mas observando o nome do Governador da época e do diretor do IPH, é possível dizer que seria de uma data entre 1975 e 1979 (Figura 42). Outras duas placas estão na fachada do pavilhão central,

uma de 1977, indicando reforma da edificação e outra de 1994, também indicando reforma do pavilhão (Figura 43).

Figura 42 - Placa de reforma e ampliação no governo José Rollemberg Leite

Fonte: Autoria própria, 2024

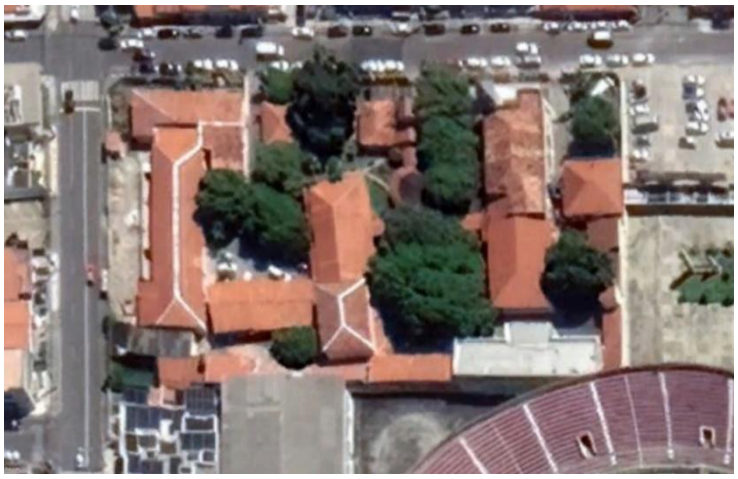
Figura 43 - Placa de reforma de 1994 (acima) e placa de reforma de 1977 (abaixo)

Fonte: Autoria própria, 2024

No presente, a instituição ocupa um espaço que vai muito além do pequeno terreno do início do século XX. Isto se dá pela diversificação dos serviços prestados e

pelas várias transformações institucionais que com um aumento de demanda populacional, requereu a construção de novos blocos para fins administrativos, de exames, coletas e análises. Abaixo é possível visualizar todo o terreno que hoje é ocupado pelos serviços da Fundação de Saúde Parreiras Horta, situado no cruzamento entre as ruas Cedro e Campo do Brito. (Figura 44)

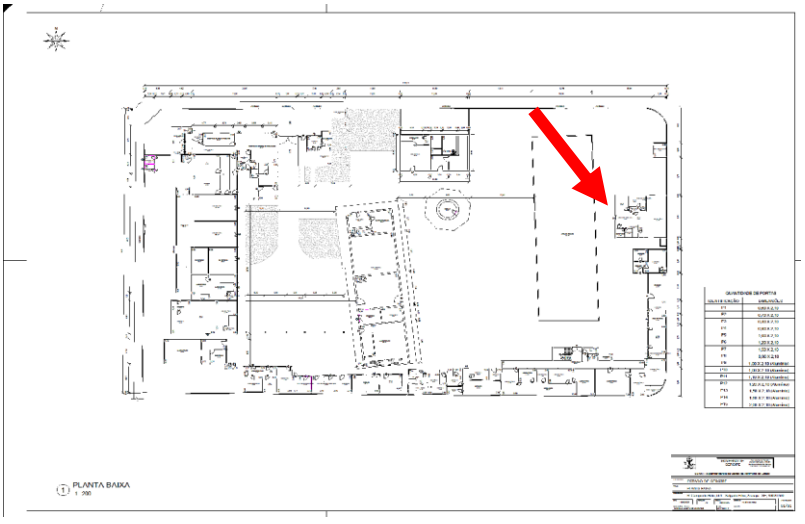
Figura 44 - Área ocupada pela FSPH.



Fonte: Google Earth, 2024

Junto à Superintendência de Gestão do Patrimônio do Estado – SUPAT, foi possível ter acesso à planta baixa de todo o complexo de saúde apresentado acima, sendo a única parte faltante a do antigo prédio principal, representada pelo órgão como um retângulo em branco (Figura 45).

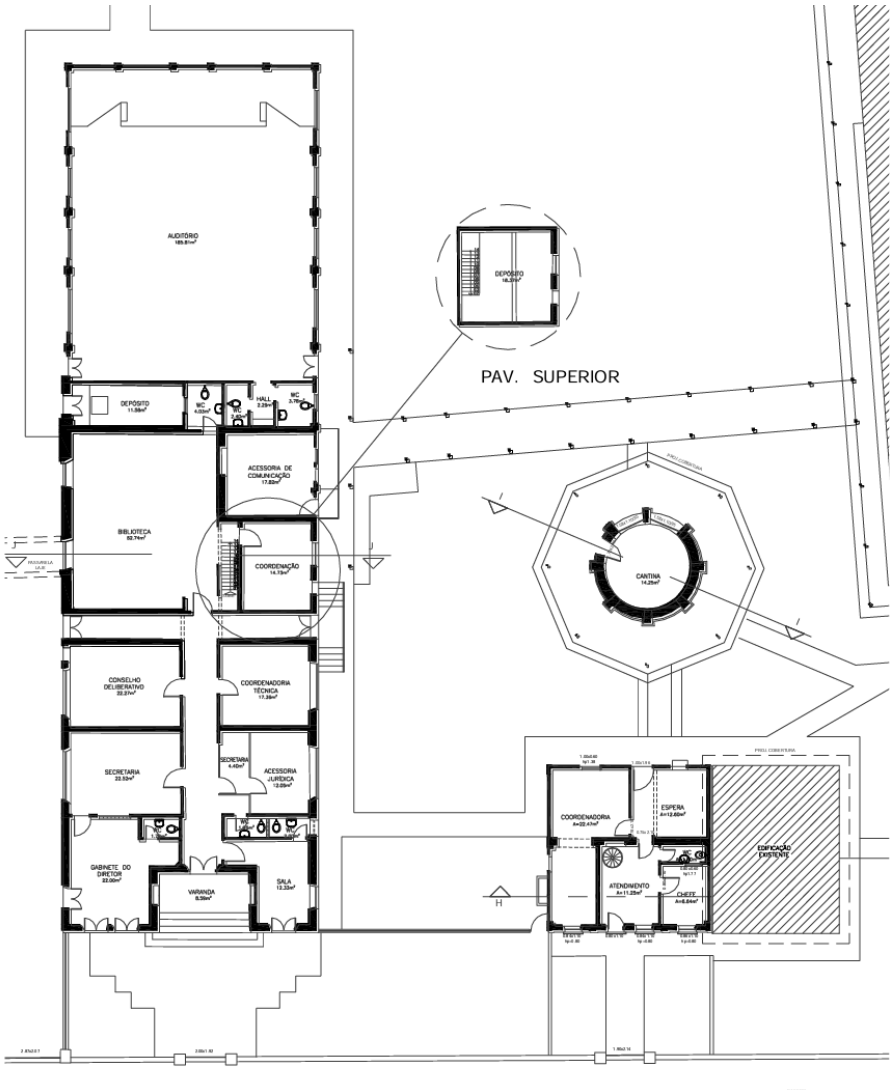
Figura 45 - Planta Baixa do complexo da FSPH



Fonte: SUPAT, 2023

Após sucessivas reformas e décadas de uso, o prédio do instituto Parreiras Horta chegou a sua atual configuração espacial e volumétrica como pode ser observado na figura 46. Segundo o estudo realizado em 2012 pela Oficina de Projeto e como ser observado em visitas à construção, seu piso de ladrilho hidráulico foi trocado por um cerâmico convencional, seu forro de madeira substituído por PVC, materiais construtivos contemporâneos foram utilizados nos ambientes remodelados.

Figura 46 - Planta baixa atual da edificação



Fonte: Oficina de Projetos, 2012.

Acréscimos e anexos às construções originais podem ser percebidas a partir do cruzamento da antiga planta disponível, fotos de diferentes períodos e a situação atual do edifício. No entanto, muitas das alterações puderam ser cronologicamente

identificadas, devido a uma dificuldade para encontrar memoriais de construção e variadas plantas de construção. Uma dessas modificações com ano de construção não identificado é o bloco referente ao auditório, que foi feito diretamente na antiga fachada dos fundos do pavilhão principal, fazendo assim um alongamento da construção mas em outra aparência e pé direito menor (Figuras 47 e 48).

Figura 47 - À direita o prédio original do IPH e à esquerda o acréscimo de um auditório.

Fonte: Autoria própria, 2024

Figura 48 - À esquerda o prédio original do IPH e à direita o acréscimo de um auditório.

Fonte: Autoria própria, 2024

Pode-se teorizar que esse acréscimo tenha sido feito ou no ano de 1977 ou em 1994, devido às placas de reforma apresentadas anteriormente. Sobre sua forma arquitetônica, fica clara uma transição entre o bloco antigo e o mais recente, devido a uma volumetria diferente, mas ao mesmo tempo tentando criar uma unidade cromática entre ambos. No entanto, a maneira como o auditório foi construído, colado à estrutura antiga, ocasionou uma terrível perda da fachada posterior do Instituto, já que esta

cobre por inteiro o que antes era uma esquadria de entrada e saída, criando assim, uma nova fachada posterior, agora representada pelo auditório (Figura 49).

Figura 49 - Auditório visto por fora

Fonte: Autoria própria, 2024

Outro exemplo pode ser observado nos acréscimos feitos em volta da construção que já foi gasogênio e torre de vigia. Nesse caso foi possível observar um acréscimo de volumes em volta do módulo original, além de modificações em sua fachada que serão abordadas mais à frente (Figura 50).

Figura 50 - À esquerda a construção original, à direita um acréscimo posterior

Fonte: Autoria própria, 2024

Já a estrutura a qual estava instalada o gasômetro teve sua função completamente alterada, assim como sua estrutura e aparência. Desse modo, ganhou uma cobertura de telhas cerâmicas com grandes beirais e seu espaço interno modificado para acomodar uma cantina de apoio para toda a Fundação de Saúde Parreiras Horta (Figura 51).

Figura 51 - Antigo gasômetro, hoje cantiga

Fonte: Autoria própria, 2024.

3.2. CARACTERIZAÇÃO ARQUITETÔNICA

As características arquitetônicas e elementos ornamentais no pavilhão principal do Instituto Parreiras Horta são pontos importantes neste trabalho, pois representam as influências apresentadas anteriormente e a produção que era feita na época de sua construção. A edificação tem o formato de planta baixa retangular com entrada em formato de “U” na fachada principal, onde está localizada a porta principal. As janelas da fachada principal possuem o formato característico inspirado no neomourisco com base retangular e topo circular. Nas laterais, as esquadrias têm o formato retangular simples.

Todo o bloco antigo é coroado com platibanda composta por elementos na cor branca e bege e cornija simples em sua base. Ainda na platibanda é possível ver

a águia característica das construções de Graccho Cardoso logo acima da abertura principal (figura 52).

Figura 52 - Águia posicionada na platibanda

Fonte: Autoria própria, 2024

Nas platibandas estão presentes elementos posicionados em formas retangulares brancas e mais elevadas que todo o conjunto. Na face da porta de entrada, ao lado da escultura de águia estão os ornamentos representados pela figura 53.

Figura 53 - Ornamento de platibanda

Fonte: Autoria própria, 2024

Já nas faces das janelas em forma de ferradura estão posicionados outro modelo de ornamentos mais volumosos, representado aqui pela figura 54. Ambos denotam um caráter ligado à natureza, com motivos florais que remetem a pétalas de flores.

Figura 54 - Ornamento de platibanda

Fonte: Autoria própria, 2024

Margeando a edificação é possível encontrar duas formas de filetes, a primeira (Figura 55) tem a aparência de escamas, porém modelados em forma de folhas, confirmando ainda mais os elementos ligados à natureza na edificação

Figura 55 - Friso com elementos em folheados

Fonte: Autoria própria, 2024

Já outro modelo de friso encontrado na edificação é mais instigante, visto que à primeira vista não demonstra uma mensagem mais direta como as outras (Figura 56) No entanto, ao observar outras construções da época e compararmos seus elementos ornamentais, é possível encontrar frisos semelhantes a este no exemplar arquitetônico do grupo escolar Manuel Luiz, construído durante o governo Graccho Cardoso.

Figura 56 - Friso com elementos arredondados

Fonte: Autoria própria, 2024

O ornamento encontrado na escola Manuel Luiz é chamado de “ovo e dardo” ou *“egg and dart”* em inglês, tendo como origem a arquitetura clássica desempenhada na Grécia e em Roma (Figura 57). O neoclássico adotado posteriormente deu continuidade a seu uso, se tornando muito popular nas construções então erguidas. O caráter eclético da arquitetura aracajuana se utilizaria, então, de todos esses elementos encontrados nas diversas formas de se pensar o estilo arquitetônico, por isso não seria errôneo relacionar ornamentos de origem clássica a uma construção com influências árabes como o Instituto Parreiras Horta (Craven, 2019).

Figura 57 - Ornamento "ovo e dardo" na escola estadual Manuel Luiz

Fonte: Autoria própria, 2024

Outra ornamentação presente na edificação está localizada na base da cúpula, sendo esta talvez a mais delicada de todas essas feitas sob o método de estuque. É possível perceber com clareza imagens tridimensionais de flores e árvores em todas as quatro faces que sustentam essa estrutura da cúpula (Figura 58).

Figura 58 - Base da cúpula com elementos florais

Fonte: Autoria própria, 2024

Logo acima está estruturada a cúpula da construção (Figura 59), composta por uma base quadrilátera e quatro faces que se encontram no topo de forma curvada. Nas suas faces estão modeladas escravas por meio da técnica de estuque, que podem remeter às folhagens encontradas em outros elementos da construção. É interessante nesse momento pensar mais profundamente sobre sua forma e volumetria, afinal, como já visto anteriormente, sua maior influência arquitetônica, o castelo mourisco de Manguinhos, não tem a mesma cúpula em semelhança, sendo essa em formato esférico.

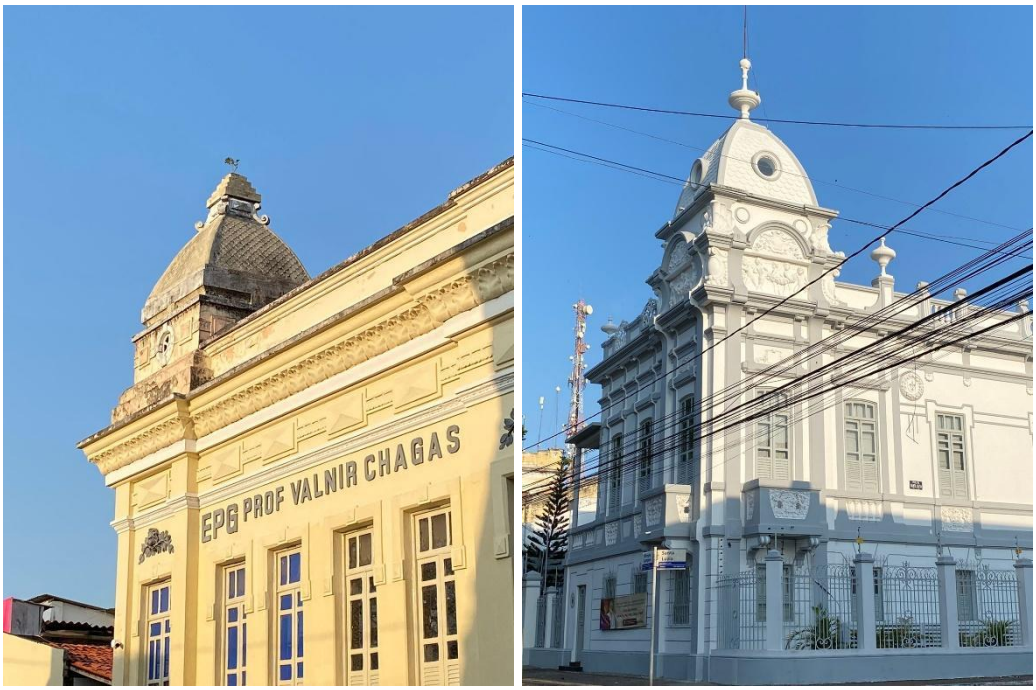
Figura 59 - Estuque da cúpula em composição escamada

Fonte: Autoria própria, 2024

No entanto, é interessante pensar em outros exemplares aracajuanos que tem o mesmo elemento de cúpula. Entre estes podem ser citados exemplos como a Escola Estadual Prof. Valnir Chagas (Figura 60) é o edifício onde hoje está localizada a Cúria Metropolitana de Aracaju (Figura 61). Ambas têm a cúpula com base quadrilátera e escamas folheadas em suas extremidades, porém, apresentam uma dimensão menor em comparação ao resto da construção, além de uma base mais volumetricamente trabalhada e complexa.

Figura 60 - Escola Valnir Chagas (à esquerda).

Figura 61 - Cúria Metropolitana (à direita).



Fonte: Autoria própria, 2024

Outro exemplar é o prédio o qual hoje funciona o IPHAN em Aracaju, na Avenida Barão de Maruim (Figura 62) Sua cúpula se assemelha mais a do Instituto Parreiras Horta em sua forma, com base e arestas semelhantes, além dos mesmos elementos em estuques. No entanto, mais uma vez vê-se que em comparação ao resto da construção essa mostra-se comparativamente menor à do IPH. Nesse caso, é possível questionar a proporcionalidade da cúpula do Instituto Parreiras Horta, ou neste caso, uma falta dela, já que fora construída com uma dimensão muito maior se comparado a outros exemplos. Além disso, no objeto central deste trabalho também não temos uma volumetria de base pronunciada.

Figura 62 - Sede do IPHAN na avenida Barão de Maruim

Fonte: Autoria própria, 2024

Por fim, enfatiza-se um detalhe extremamente minucioso encontrado nas peças de vidro acima das janelas em formato de ferradura. De longe se percebe apenas as diferentes colorações do material, mas ao aproximar-se logo encontramos desenhos impressos no vidro, mais uma vez entoando os motivos florais (Figura 63).

Figura 63 - Detalhes florais na esquadria da fachada

Fonte: Autoria própria, 2024

4. ANÁLISE E MAPEAMENTO DE DANOS

Uma etapa importante de um projeto tanto de conservação, quanto de restauro, passa pelo diagnóstico dos danos que atingem a edificação. É nesse momento que é feita a investigação em fachadas, ambientes internos, ornamentos, coberturas e outros meios os quais estão expostos à ação da natureza e a consequente aparição de patologias de diversas formas de origem e causa para a edificação.

4.1. BASES PARA UM MAPA DE DANOS

A Ficha de Identificação de Danos – FID, é um instrumento utilizado no processo de conservação ou restauro de um edifício que apresenta a necessidade de reparos advindos de danos aparentes à estrutura. Nas FIDs são catalogadas as diversas patologias encontradas, que devem se somar a informações como sua localização na construção, sua aparência, causas, consequências etc, qualquer informação que possa ajudar na sistematização destas. Tinoco (2019) através de material realizado para o Centro de Estudos Avançados da Conservação Integrada – CECI, apresenta uma série de recomendações para o desenvolvimento das fichas de danos, indicando quais informações devem ser nelas inseridas e como organizá-las.

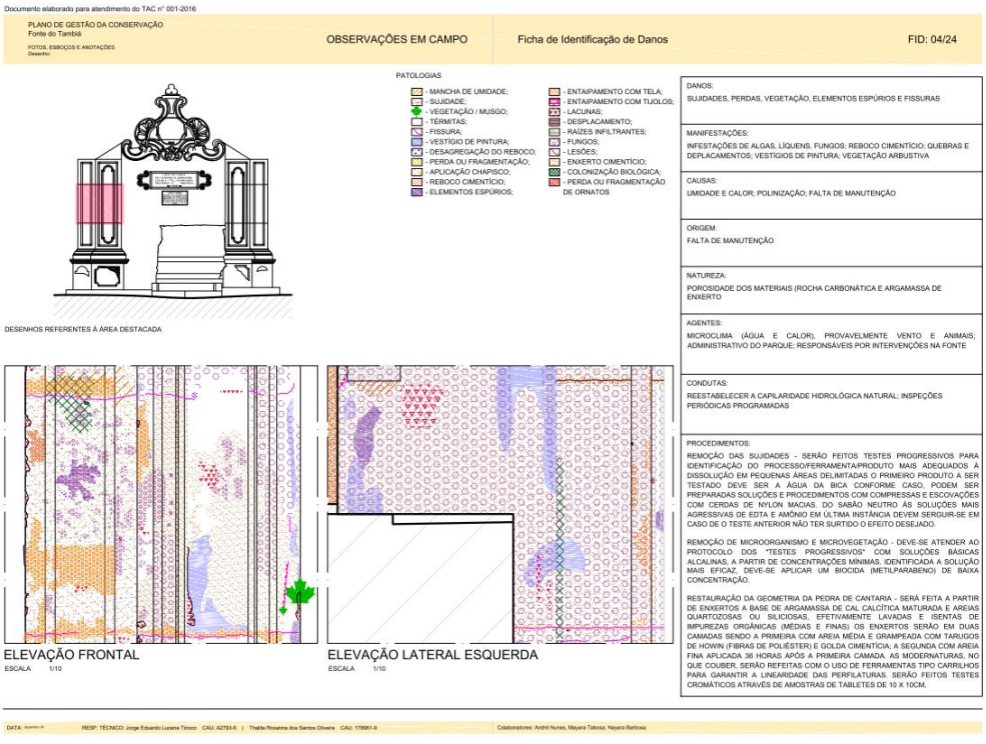
A FID (Figuras 64 e 65) captura um momento preciso da história da construção, criando assim um documento essencial no processo de conservação e manutenção predial. Através desse mecanismo pode-se observar a evolução das degradações, através da comparação do registro de danos em diferentes etapas de um longo projeto de restauro ou mesmo de um edifício em pleno uso. Além disso, as fichas servem como base para o planejamento e tomada de decisões acerca dos métodos que irão ser aplicados para solucionar os problemas encontrados, que ao serem corretamente catalogados, podem ser consultados a qualquer momento que necessário (Tinoco, 2019).

Para Achiamé (2017):

> As patologias deverão ser corretamente identificadas no mapa de danos a fim de serem eficazmente tratadas durante o processo de restauro. Identificar incorretamente uma patologia significa gerar problemas seja na planilha orçamentária, seja no canteiro de obra, e, consequentemente, no resultado do tratamento (Achiamé, 2017, pag. 8).

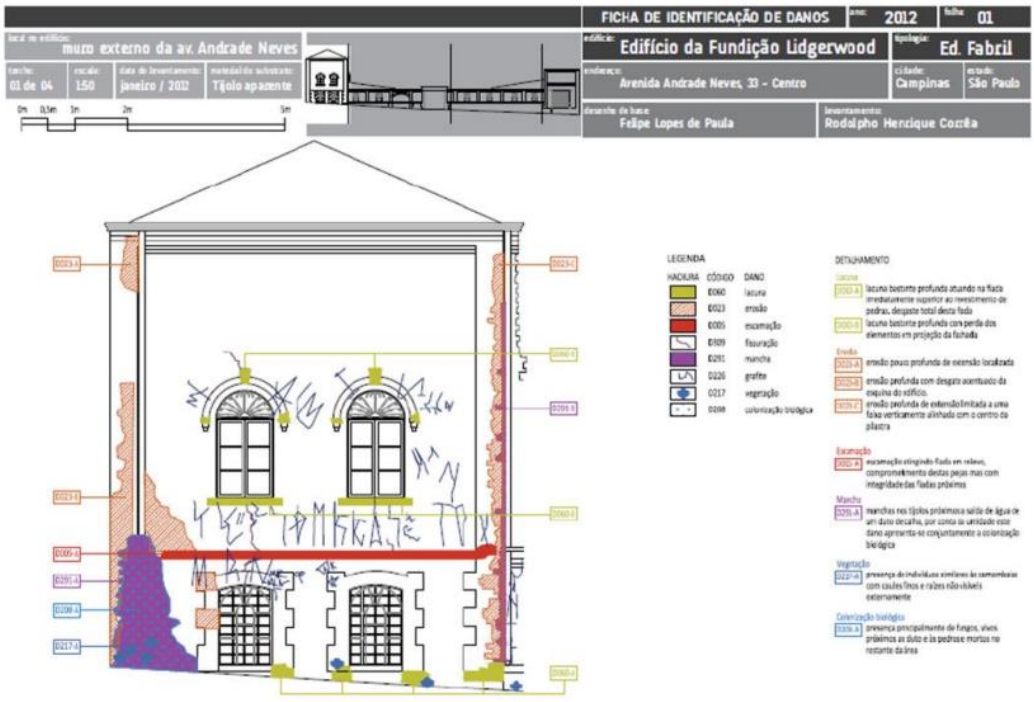
Tinoco (2019), apresenta que o tamanho de folha ideal para uma FID é o tamanho A3, cabendo assim uma maior quantidade de informação numa mesma página, mantendo uma facilidade de armazenamento. No mapa de danos devem ser reunidas estas informações levantadas, mas dessa vez sendo desenhadas numa base, ou seja, numa elevação arquitetônica em branco, para que receba as diferentes silhuetas que correspondem a cada patologia. Este processo é essencial para entender como estão dispostos os danos que atingem a edificação.

Figura 64 - Exemplo de FID 1



Fonte: Tinoco, 2019.

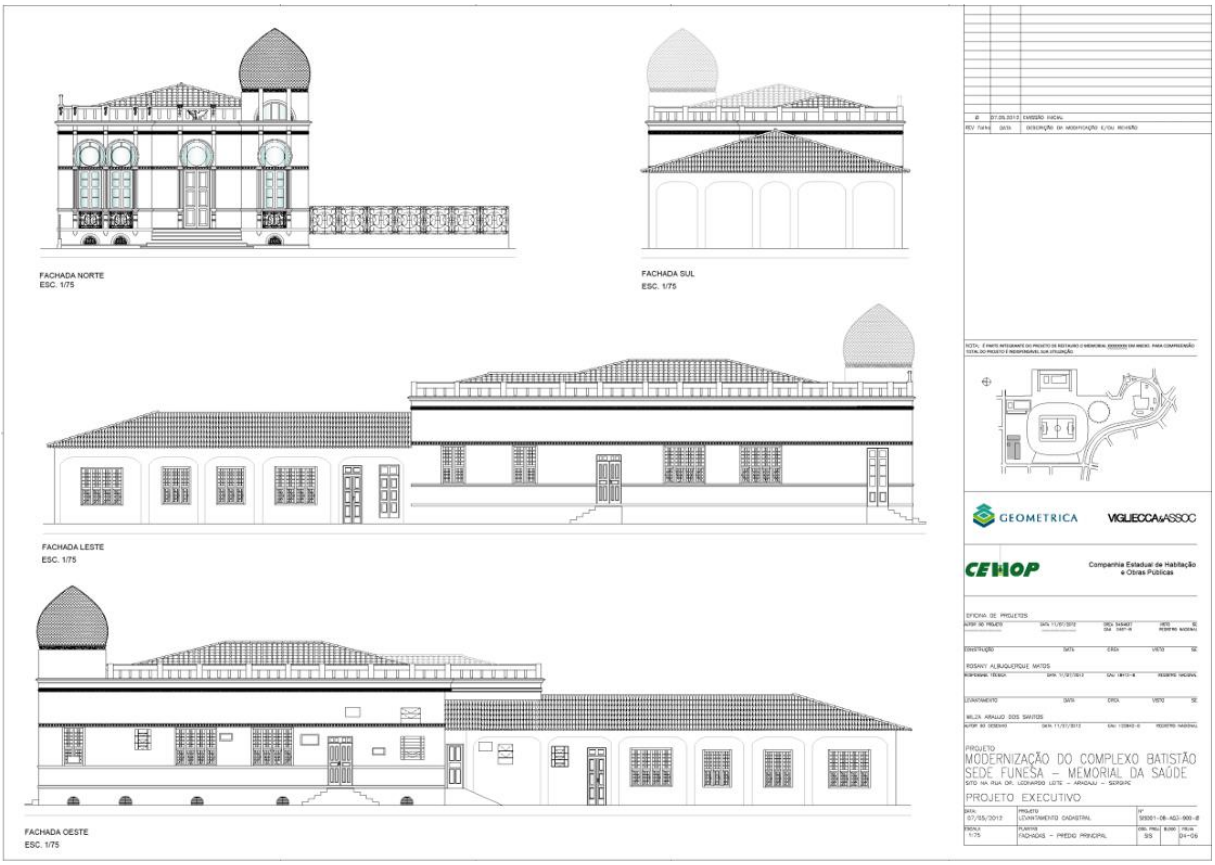
Figura 65 - Exemplo de FID 2.



Fonte: Tirello e Correa, 2012

Para o desenvolvimento, tanto desta etapa de mapeamento de danos, quanto para as bases do projeto de restauro, serão utilizados os materiais técnicos de levantamento cadastral do IPH, desenvolvidos em 2012 pelo escritório Oficina de Projetos, que contou com a responsabilidade técnica da arquiteta Rosany Albuquerque Matos e autoria de desenho de Wilsa Araújo dos Santos. Abaixo é possível ver uma das pranchas contendo as fachadas do antigo pavilhão, que serão utilizadas como base para o desenvolvimento dos mapas de danos. Ainda foi possível ter acesso a outras pranchas como de planta baixa, cortes, cobertura etc (Figura 66).

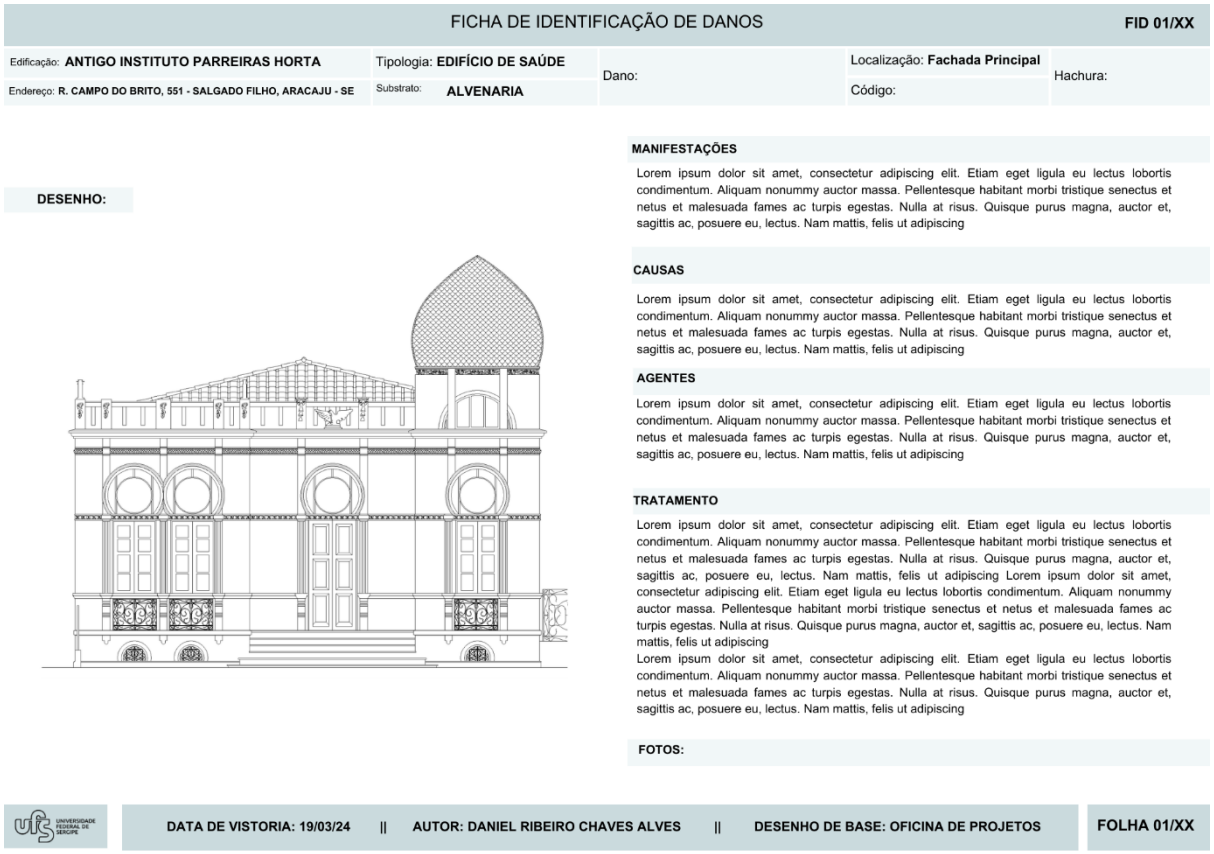
Figura 66 - Prancha com levantamento de Fachadas do IPH



Fonte: Oficina de Projetos, 2012

Para este trabalho de conclusão de curso um modelo de ficha foi desenvolvido para servir como base, nele constam informações básicas de identificação, junto aos espaços para explicação do que está sendo analisado. Dessa forma, baseando-se no trabalho de Tinoco (2019), Tirello e Correa (2012) e Achiamé (2017), a ficha deve conter o desenho técnico da área analisada, seu substrato e localização, juntamente com a indicação de qualidade será analisado na FID, discorrendo então sobre sua manifestação, causas, agentes e tratamento recomendado para recuperação (Figura 67).

Figura 67 - Modelo de FID desenvolvido para este trabalho



Fonte: Autoria própria, 2024

No início dos anos 2000, o processo de tombamento do IPH já identificava problemas de patologias em estado inicial, que na época foram sinalizadas para que houvesse um devido reparo destas. Na sua estrutura já era apontada a necessidade de manutenção, bem como de elementos ornamentais. Outro ponto abordado seria da instalação elétrica, que já era apontada como frágil, necessitando de revisão geral, já que se deixada abandonada, representa um grande risco para quem utiliza a construção.

Em 2012, a Defesa Civil do estado de Sergipe efetuou um estudo para a realização de relatório técnico acerca da situação estrutural e segurança do edifício, sob o número Nº. 017/2012 de 13/06/2012. Em relatório disponibilizado ao aluno, é possível ver que há 12 anos a edificação já apresentava problemas sérios como uma grande quantidade de rachaduras e fendas, principalmente nas estruturas acima de esquadrias e na estrutura da cúpula, cuja estrutura já se apresentava muito frágil. A

decisão foi pela interdição parcial do edifício, com foco nas salas que estavam abaixo da cúpula, que de acordo com o órgão, poderia ruir a qualquer momento.

Sobre a composição estrutural do edifício, a Defesa Civil a caracteriza como sendo feita de alvenaria de tijolos maciços e argamassa de cal e areia. Sobre seu telhado o relatório constata que este é de madeira lavrada e serrada, com cobertura de telha cerâmica.

Em 2019, outra vistoria técnica de inspeção foi feita, dessa vez pela Defesa Civil Municipal. O relatório Nº. 208/2019, feito quando o edifício já estava em desuso, analisou de forma mais detalhada os itens construtivos e condições de segurança, tanto do pavilhão principal, quanto do pavilhão anexo. As paredes foram consideradas estando num grau médio de deterioração, com inúmeros pontos de infiltração, desplacamento de reboco e trincas.

Talvez o pior ponto observado pela Defesa Civil seja o sistema de cobertura da edificação, considerada pelo órgão como Grau Crítico, o mais grave de todos, segundo metodologia aplicada. O relatório apontou como cobertura os seguintes itens: cúpula, telhado em madeiramento e forro de PVC. Na época, o forro estava em processo de colapso em diversos pontos, já o telhado apresentava aparições de cupim e telhas deslocadas, o que acelera o processo de infiltração da estrutura. A cúpula já apresentava um pedaço em arruinamento, havendo a consequente constatação de que o restante da estrutura poderia colapsar.

A estrutura anexa original foi constatada com boas condições estruturais, sendo atestado apenas alguns focos de cupim e fragilidade no sistema elétrico.

Dois anos após análise da Defesa Civil Municipal, em 2021, o Iphan realizou outra vistoria a pedido do Ministério Público de Sergipe. O mesmo estado de abandono pode ser observado pelos técnicos do órgão, que além de uma edificação sem uso, encontraram o antigo IPH sendo utilizado como depósito de uma grande quantidade de arquivos, móveis e inclusive lixo acumulado, sendo então constatada um alto nível de insalubridade na parte interna.

Sobre a estrutura da construção, o relatório do IPHAN apenas confirma o que já tinha sido observado pela Defesa Civil em 2019, havendo, portanto, o alerta para seu péssimo estado de conservação de sua cobertura, com telhas quebradas ou ausentes, estrutura comprometida por ataques de cupim e uma grande abertura em uma das faces da cúpula que acaba somando a sua péssima condição estrutural. O órgão patrimonial enfatiza a necessidade de escoramento e proteção emergencial da cobertura, tanto para prevenir seu colapso, quanto para proteger a edificação das chuvas.

Para a realização deste trabalho de conclusão de curso foram feitas duas visitas ao local, uma em março e outra em agosto de 2024. O acesso às dependências da Fundação de Saúde Parreiras Horta não é fácil, sendo necessária autorização para tal, já que em volta do antigo IPH ainda funcionam outros dois órgãos, o SVO e o Lacen, com laboratórios ativos e áreas delicadas à saúde. A primeira visita foi essencial para conhecer de perto não só a edificação antiga, mas também todas as outras construções do local que foram feitas ao longo das décadas. Mesmo com uma grande expansão, ainda é possível ver uma grande área aberta com árvores de grande porte (Figura 68).

Figura 68 - Espaço interno da FSPH

Fonte: Autoria própria, 2024.

Essa primeira visita foi essencial para esse trabalho, não só por seu caráter de reconhecimento, mas também pela presença do professor Henrique Batista e Silva, presidente da Academia Sergipana de Medicina e autor biográfico de Paulo Parreiras Horta. Na ocasião foi realizado um levantamento fotográfico das fachadas do antigo IPH, etapa importante para posterior avaliação de suas degradações, que no momento são muitas.

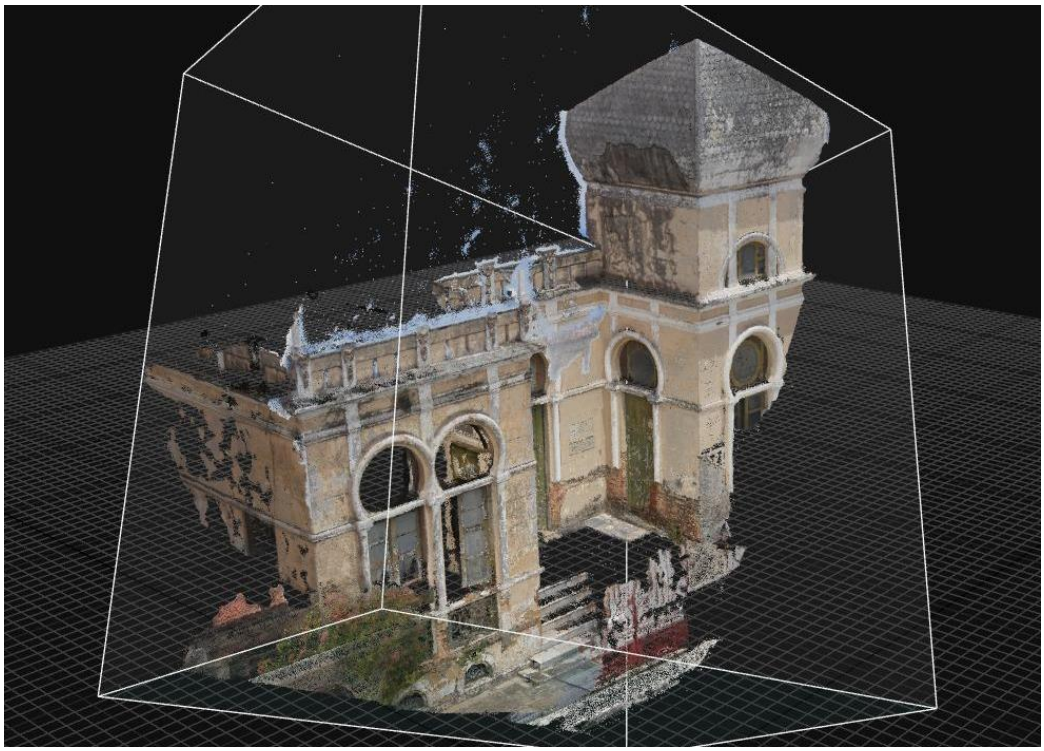
Depois de uma grande análise das fotografias feitas até então, outra visita foi feita para que desta vez fosse feito um grande mapeamento fotográfico de suas quatro fachadas. A partir dessa grande quantidade de fotos, mais de oitocentas ao total, foi possível construir fotogrametrias de cada uma das faces do Parreiras Horta. Esse método de registro foi de grande importância para esse trabalho, já que nas suas laterais mais compridas não seria possível fazer uma foto que as registrasse em toda a sua dimensão, não apenas pelo tamanho, mas também pela grande quantidade de árvores e plantas ornamentais que rodeiam a edificação (Figura 69).

Figura 69 - Fachada Oeste da edificação, rodeada por plantas e copas de árvores

Fonte: Autoria própria, 2024.

A produção de fotogrametria é um método bastante utilizado no estudo das edificações patrimoniais, devido a sua possibilidade de registro da construção em níveis que vão além do que é possível fazer com uma simples fotografia. Para isso, foram utilizados os *softwares* 3DF Zephyr e Reality Capture que reconstroem de forma tridimensional uma cena registrada a partir de uma série de fotografias, podendo ser um simples objeto, uma construção, ou imagens de mapeamento aéreo. Para um maior detalhamento, drones que capturam imagens são normalmente utilizados para este fim, no entanto, para este trabalho, foram utilizadas imagens capturadas por um Smartphone e uma câmera fotográfica profissional (Figura 70).

Figura 70 - Registro da fotogrametria da fachada do antigo IPH



Fonte: Autoria própria, 2024.

A partir da geração de uma nuvem de pontos e da construção de uma única textura, foi possível extrair uma única imagem para cada uma das quatro faces externas que são analisadas neste trabalho. No entanto para a fachada principal (Figura 71) o método acabou não suprindo completamente os entraves encontrados para se representar por meio de imagem toda a sua face, isto se dá pela proximidade de uma planta arbustiva que bloqueia parcialmente sua visão, além de um container

do SVO que foi posicionado a poucos centímetros de distância da edificação, dificultando o registro de fotografias, mesmo em grande angulação de captação.

Figura 71 - Fotogrametria da fachada principal

Fonte: Autoria própria, 2024.

O produto da fachada leste foi satisfatório por conseguir unir toda a extensão da construção, no entanto, acabou por deixar algumas lacunas devido a uma estrutura de divisão física entre a porção mais antiga à mais recente (Figura 72).

Figura 72 - Fotogrametria da fachada leste.

Fonte: Autoria própria, 2024.

As fachadas Oeste e Sul foram as que se foi possível conseguir os melhores produtos fotogramétricos A produção dessas imagens foi importante, não só para visualizar de uma só vez toda a extensão da face da edificação, mas também serviu

como auxílio para a construção dos Mapas de Danos, sendo assim possível registrar de formas as patologias que atingem cada uma destas (Figura 73 e 74).

Figura 73 - Fotogrametria da fachada sul

Fonte: Autoria própria, 2024.

Figura 74 - Fotogrametria da fachada oeste.

Fonte: Autoria própria, 2024.

4.2. PATOLOGIA DAS CONSTRUÇÕES

O estudo dos danos presentes numa construção, mais especificamente nas de interesse patrimonial são de extrema necessidade, não apenas para guiar as ações de conservação e restauro, mas também mapear o que mais atinge a edificação e programar futuras medidas de precaução. Esses danos também são chamados de patologias “Entende-se por patologia todas as manifestações, que ao longo da vida útil de determinado edifício, prejudicam o seu desempenho” (Chaves, 2009, p).

> Do grego phátos (doença) + logos (tratado, estudo), o termo *Patologia* refere-se à parte da Medicina que estuda doenças, seus sintomas e a natureza das modificações que elas provocam no organismo. De uma forma análoga, as edificações em geral também podem apresentar

> modificações ou alterações(sintomas) em seus componentes devido a defeitos (ou doenças); por extensão, o uso do termo Patologia pode ser utilizado para o estudo sistemático das anomalias, dos seus sintomas e da natureza das modificações que estas provocam no edifício (Magalhães, 2002, p. 02).

Para Chaves (2009), as patologias podem ser caracterizadas como congênitas, construtivas, adquiridas e acidentais. As congênitas estão ligadas à fase de construção, ou seja, preeminentes de erros técnicos e não conformação com as normas de materiais de construção, que se somam a falhas projetuais ou concepções inapropriadas de tal obra. As construtivas estão ligadas à fase execução de obra, seja por uma mão de obra não qualificada para tal forma de construção, cálculo de materiais feito de forma errada, seja pelo traço ou qualidade de material, ou mesmo pela não conformidade dos materiais com o substrato em que será aplicado. As patologias adquiridas são aquelas que se manifestam durante o tempo de exposição da edificação com o meio externo natural, sejam elas acarretadas involuntariamente pela natureza, ou pela ação humana. Já as acidentais são aquelas causadas por fenômenos que fogem ao comum do cotidiano, como cheias de rios que provocam alagamentos, ou chuvas e ventos em maior intensidade do que se observa como normal.

Carasek (2007) apresenta uma definição de diferentes tipos de agentes causadores das degradações. Segundo a autora, estes são os agentes mecânicos, os físicos, os químicos e os biológicos. Os agentes mecânicos e físicos representam as ações que atingem a construção de forma direta, como ações humanas a partir do uso da força ou simplesmente de desgaste por uso. Já os agentes químicos interferem na composição do material como oxidações e ataques de sais. Por fim, existem também os processos biológicos que abrangem a ação de fungos e outros micro-organismos, além do crescimento de plantas de maior porte, que podem nascer nas mais variadas localidades da construção.

Grande parte das degradações que atingem não apenas o Parreiras Horta, mas qualquer outra edificação semelhante, tem como substrato a camada de reboco feita sobre a estrutura, seja qual for sua origem. Isto se dá pela camada de reboco ser

a mais externa de uma fachada por exemplo, deixando-a altamente suscetível à ação degradante da natureza. Devido a essa característica, Souza (2005) a classifica como camada de sacrifício das edificações, por exercer esse papel de proteção. Segundo o autor, a água é material da natureza que mais acarreta nos danos presentes nas construções, seja essa em qualquer estado físico em que se encontre. Entende-se, então, que a água em contato com as camadas de revestimento ajuda a desenvolver outras patologias.

> Isoladamente, a humidade em excesso nos revestimentos é responsável por anomalias estéticas (aparecimento de manchas e formação de gotas à superfície) e a sua presença nos poros da estrutura do revestimento pode resultar em destruições, se o material estiver submetido a ciclos de molhagem/secagem ou gelo/degelo. No entanto, a sua acção assume maior relevância quando dissolve e transporta substâncias, como alguns poluentes atmosféricos, sais solúveis e higroscópicos, que vão intensificar o efeito destrutivo da água (Souza, 2005, p.06).

Magalhães (2002) afirma que a água pode entrar em contato pelos fenômenos pluviométricos, o que ela caracteriza como umidade de precipitação. A forma como uma construção sofrerá a partir das chuvas vai depender de como ela está preparada para enfrentá-la, ou seja, se as estruturas de cobertura e impermeabilidade estão em bom estado de conservação. No caso do objeto construtivo desse trabalho, a chuva praticamente encontra um caminho livre para sua entrada, já que muitas das suas telhas ou estão mal posicionadas ou faltantes, além de lacunas por toda a estrutura. Para a autora, a chuva também pode ser um problema quando não há uma boa manutenção de calhas e tubos de passagem de água, causando assim um acúmulo de folhas, por exemplo, capaz de infiltrar essa água na estrutura da construção.

Além da água advinda de precipitações, o vento também pode ser um meio transportador de matéria orgânica para a estrutura. Souza (2005) argumenta que os ventos podem ser capazes de fazer a introdução também de poluentes, como sais e materiais resultantes de queimadas, além de transportar esporos ou sementes. A depender da localidade da construção, o vento pode ser responsável pela erosão a partir da ação mecânica causada por grãos de areia que vão ao encontro da estrutura, mais especificamente da camada de reboco.

Está relacionado a umidade ou aparecimento de manchas escurecidas nas camadas externas da edificação, podendo surgir tanto no comprimento das paredes, quanto em sua base ou platibanda, por exemplo. No Parreiras Horta, elas podem ser percebidas nestas três formas apresentadas. Quando a mancha tem como origem a base da construção, em movimento vertical, esta recebe o nome de umidade ascendente (Figura 75), exatamente pela sua característica de propagação. Esse tipo de patologia pode estar relacionado ao grau de umidade do solo, a depender de onde a construção está estabelecida, sua estrutura de fundação, seu entorno próximo e a qualidade de escoamento das águas de chuva. Por causa da porosidade de material utilizada da edificação, esta adquire uma característica de capilaridade, carregando a água verticalmente. Sua forma de tratamento depende do contato que essa estrutura tem com a água em sua base, sendo necessário primeiramente, analisar se há um acúmulo de líquido no local e se positivo, providenciar a implantação de um sistema de escoamento dessa água. Se o problema estiver relacionado à fundação e ao solo, um sistema de drenagem deve ser estudado, junto com a impermeabilização da estrutura de fundação através de um corte na sua estrutura para aplicação do material correto (Achiamé, 2017).

Figura 75 - Umidade ascendente na fachada Oeste do IPH.

Fonte: Autoria própria, 2024.

Assim como essas manchas podem estar relacionadas à parte inferior da edificação, elas também podem surgir em sua porção superior (Figura 76). Para Achiamé (2017) as manchas de umidade descendente estão mais ligadas ao impacto direto das chuvas e ventos a partir da queda de água em estruturas de coberturas e platibandas, no entanto, também podem se relacionar com os problemas de manutenção de escoamento antes abordados.

Figura 76 - Presença de manchas na parte superior da construção.

Fonte: Autoria própria, 2024.

As crostas negras ou sujidade, como define Achiamé (2017) são também manchas escuras relacionadas a umidade, que transfere ao substrato pequenas partículas de poluição ou poeira que podem acarretar em reações químicas que evoluem para outros danos que serão comentados a frente.

> Como consequência da actividade humana, industrial e urbana, (trafego), é liberada na atmosfera diariamente uma grande quantidade de poluentes como por exemplo, o óxido de enxofre, de nitrogênio, derivados do petróleo, etc. Estes poluentes, quando em presença de humidade, podem favorecer o crescimento e a proliferação de diversos microorganismos sobre as superfícies dos revestimentos de fachadas dos edifícios, contribuindo significativamente para sua deterioração (Magalhães, 2002, p. 9).

Para o autor, sua limpeza pode ser feita com a utilização de água e sabão neutro, sendo utilizado escovas de cerdas duras. Essa limpeza, claro, irá variar de acordo com a gravidade dessas manchas e o grau de manutenção que se dá na construção. Em muitos casos são utilizados jato de água sob pressão, mas a técnica deve ser vista com cautela, para não fragilizar o que já está sendo atingido. Achiamé (2017) afirma que em alguns casos mais graves há a necessidade da recomposição dessa argamassa afetada por uma nova.

Figura 77 - Presença de Manchas de umidade na fachada Oeste da construção

Fonte: Autoria própria, 2024

Externamente, o pavilhão central aparenta estar em um nível de degradação avançado em inúmeras partes. Uma grande quantidade de formações biológicas como limo e plantas de pequeno e médio porte crescem em pequenas lacunas presentes na edificação. Por estar em maior contato com o meio externo, a camada de reboco acaba se tornando um meio para o desenvolvimento dessas anomalias (Figura 78).

Figura 78 - Proliferação de plantas de pequeno porte na fachada oeste.

Fonte: Autoria própria, 2024

O acúmulo de umidade junto à porosidade do material acarreta na proliferação de degradações causadas por seres vivos como os fungos, líquens e bactérias. Nesse sentido de colonização, as plantas de pequeno porte também podem se instalar na estrutura dessas construções, por encontrarem um ambiente propício para tal. Sua presença, além de um dano estético, pode ser perigosa pelo crescimento de raízes que causam que causam stress mecânico no substrato, levando a outras degradações como fissuras e destacamentos. Além disso, os animais podem ser considerados como meios causadores desses danos, através do acúmulo de fezes e outros materiais orgânicos (Souza, 2005). A situação presente do prédio principal do IPH é extremamente propícia para tal, já que além da umidade cotidiana, é possível encontrar inúmeros pontos de entrada de água, seja por meio da perda de argamassa, lacunas na estrutura da cobertura, ou mesmo na cúpula em ruínas, onde atualmente está instalada uma planta de porte considerável.

> Com origem variada, proveniente do solo ou do ar e transportados por meio da acção do vento, insectos, aves etc, os microorganismos depositam-se nas superfícies dos revestimentos, bem como nas fendas, fissuras e vazios aí existentes, e multiplicam-se conforme seu metabolismo, conforme a disponibilidade dos nutrientes e ainda em função das condições climáticas da zona do edifício. Para que a adesão dos microorganismos seja favorecida, é

> necessário que se verifiquem algumas condicionantes físico-químicas e ambientais as quais se destacam: pH do suporte, humidade, temperatura, iluminação, oxigênio, etc. (Magalhães, 2002, p. 9).

Achiamé (2017) afirma que o surgimento de plantas de pequeno a grande porte na edificação podem estar relacionadas não apenas ao transporte de matéria orgânica pela água, mas também pela semeadura de pássaros e morcegos. Isso pode explicar, por exemplo, a presença do que aparenta ser um mamoeiro já em porte considerado presente na estrutura da cúpula. (Figuras 79 e 80)

Figura 79 - Cúpula do IPH vista da rua Campo do Brito (à esquerda)
Figura 80 - Planta instalada em uma das lacunas da cúpula (à direita)

Fonte: Autoria própria, 2024

Mouga (2002) apresenta modos de lidar com ataques biológicos, principalmente as plantas. Assim como outros métodos dentro da bibliografia das patologias, a autora se divide em método biológico, físico, mecânico e químico. O biológico consiste em colocar a planta em contato com outros seres vivos que dentro da cadeia alimentar, a consomem. Já no método físico, o ambiente é exposto a uma alteração que traz consigo a eliminação da planta desejada. O mecânico, de forma simples, consiste na retirada manual das plantas, mas feita de forma cuidadosa, a fim

de que se retire todo o material da construção. Por fim, nos métodos químicos são utilizados herbicidas e outros produtos.

O desprendimento da camada de revestimento é uma das degradações mais encontradas nas edificações, também se relacionando com fatores de umidade do ambiente. Podem ser caracterizar pelo destacamento de placas das argamassas, havendo parcial ou total descolamento A perda de aderência da camada mais externa da construção é um dos danos mais presentes no Parreiras Horta, seja esta da camada de reboco, expondo a estrutura da construção, quanto da camada mais superficial de tinta. Magalhães (2002) define três fases da perda de aderência dessa camada mais externa, sendo a primeira delas é o descolamento, quando há uma separação entre o reboco e seu substrato, mas ainda com sua permanência física; a autora afirma que essa fase pode ser percebida através do som oco ressoado ao tocar na superfície. Em seguida, o abaulamento pode ser percebido na transformação de formato desse pedaço que se separou do substrato, adquirindo uma forma convexa. Por fim, o destacamento pode ser percebido quando há uma separação definitiva do material, provocando então sua queda

Observando a antiga sede do Instituto Parreiras Horta, é possível observar diferentes formas de perda de aderência, representadas em diferentes níveis de degradação. A mais superficial se apresenta na forma de descascamento da camada de tinta, dano presente em todas as quatro fachadas, em mais quantidade na principal (Norte) (Figura 81) e na oeste (Figura 82).

Figura 81 - Desgaste da camada exterior de tinta na fachada principal (à esquerda).

Figura 82 - Desgaste da camada de tinta na fachada oeste (à direita).

Fonte: Autoria própria, 2024.

Mais profundamente também se percebe uma perda na camada de reboco, expondo assim o material construtivo da edificação. Este tipo de dano pode ser mais prejudicial para a intensificação das patologias, pois há a falta de uma camada de sacrifício, sujeitando o bloco da estrutura à umidade (Figura 83).

Figura 83 – Foco de perda de elementos de argamassa

Fonte: Autoria própria, 2024

Outra forma de perda de aderência são os chamados empolamentos ou vesículas, que se caracterizam pela formação de bolhas ou formas convexas no reboco ou na camada de tinta. O empolamento é certamente um dos danos mais presentes na edificação central deste trabalho, tendo mais ocorrência na fachada oeste. (Figura 84). De acordo com Achiamé (2017), se o interior da vesícula apresentar uma coloração preta, isto pode indicar a presença de matéria orgânica na areia utilizada na sua composição. Além disso, a sua aparição pode também estar ligada a infiltração de umidade ou o uso de uma tinta incompatível com o substrato.

Figura 84 - Empolamento da camada de tinta na fachada oeste.

Fonte: Autoria própria, 2024.

A umidade certamente está entre os causadores dessas anomalias de perda de aderência, através do arrasto de sais para o interior do material e de mudanças físicas através da dilatação e contração deste. A perda de aderência pode estar ligada também à sua má aplicação, ou mesmo má qualidade da matéria prima (Magalhães, 2002). Para Achiamé (2017), também pode estar ligada a uma argamassa muito rica em cimento, a uma aplicação exagerada gerando uma camada grossa que dificilmente se sustentará, a um substrato despreparado para receber o material ou mesmo a ausência de uma camada de chapisco. Para a autora, sua recuperação está condicionada à remoção e aplicação de uma nova camada mais compatível com a edificação.

No edifício do IPH, a perda de aderência também está relacionada com a ausência de itens ornamentais, verdadeiras lacunas no desenho arquitetônico das fachadas. Sua maior predominância pode ser observada na face principal (norte) onde muitos dos elementos que rodeiam as esquadrias não estão mais presentes (Figuras 85 e 86). Sua reconstituição ou não devem ser discutidas e definidas mais à frente no capítulo de diretrizes

Figura 85 - Ornamentos faltantes na fachada principal.

Figura 86 - Ornamentos faltantes na fachada principal.

Fonte: Autoria própria, 2024.

Assim como abordado anteriormente acerca da fragilidade estrutural da cúpula da edificação, nota-se o registro de grande desplacamento durante o período de produção desse trabalho. A área que era composta de uma volumetria escamada feita de estuque se desprendeu, expondo assim o substrato argiloso com presença de pequenas raízes impregnadas em sua estrutura (Figura 87).

Figura 87- Área da cúpula que se desprendeu.

Fonte: Autoria própria, 2024.

Além disso, destaca-se a presença de vários focos de fissuras, sendo uma delas a que se apresenta de forma central, que vai desde a platibanda com o ornamento da águia, até o elemento acima da esquadria de entrada do edifício (Figura 88)

Figura 88 - Fissura em destaque na fachada principal.

Fonte: Autoria própria, 2024.

Outra degradação a ser pensada neste trabalho é o surgimento de manchas mais claras em algumas partes da edificação, em sua maioria na fachada Leste (Figura 89). No IPH, essa degradação se caracteriza pela perda de cor da tinta, sem que essa camada se destaque do reboco, como acontece em outros casos já apresentados anteriormente. Para Chaves (2017) A descoloração está ligada em parte ao processo de envelhecimento da tinta, mas também se apresenta de forma acelerada se exposto continuamente a agentes químicos que encontram um material de pouca qualidade, ou com fraca resistência ao sol. O fator da exposição solar se faz interessante nesse caso, pois a fachada a qual este dano mais aparece é exatamente a que mais recebe incidência solar, mesmo que seja o sol mais brando pela parte da manhã. A fachada oposta (oeste) não apresenta esse abrandamento da cor, muito possivelmente por estar rodeada de árvores com copa robusta, que acabam por sombrear quase que completamente essa parte da edificação.

Figura 89 - Alteração cromática na camada de tinta - Fachada Leste

Fonte: Autoria própria, 2024

Para este trabalho, foi feita uma visita à parte interna da edificação, junto ao professor Henrique Batista e Silva, citado anteriormente. Internamente, vê-se um estado de abandono igualmente ao externo, havendo uma dúvida, por parte do autor desse trabalho, se houvera ali a ação de preparação para alguma obra ou estudo preliminar de projeto. Destacam-se nesse momento, a visão de entrada no pavilhão

principal (Figura 90), onde é possível ver algumas mesmas anomalias encontradas externamente, como a perda de aderência da camada de argamassa.

Figura 90 - Visão ao entrar na edificação.

Fonte: Autoria própria, 2024.

Ao adentrar nos ambientes foi possível ver por dentro a estrutura comprometida da cúpula, visualizando sua estrutura em ferro e volumetria em argamassa, que agora se apresenta em boa parte comprometida (Figura 91).

Figura 91 - Estrutura interna da cúpula

Fonte: Autoria própria, 2024

Foi possível ver também uma grande lacuna acarretada pela falta de telhas em alguns espaços, permitindo, assim, a entrada de uma grande quantidade de água na

edificação (Figura 92). Em alguns ambientes vê-se uma grande proliferação de contaminação biológica, devido a umidade presente no local, que pode também estar ligada a abertura parcial de muitas de suas esquadrias (Figura 93).

Figura 92 - Parte da cobertura destelhada (à esquerda).

Figura 93 - Parede interna tomada por colonizações biológicas (à direita).

Fonte: Autoria própria, 2024.

Um dos ambientes adentrados apresenta uma modificação mais recente e como estavam as paredes antes do abandono da edificação. Uma abertura com tijolo de vidro foi adicionada em algumas das reformas registradas, além de texturas nas paredes (Figura 94).

Figura 94 - Parede com tijolos de vidro em um dos ambientes

Fonte: Autoria própria, 2024

Nos ambientes, além do piso cerâmico provavelmente diferente do original, foi possível encontrar muitas sujidades, como restos de papéis, peças de madeira e muita poeira acumulada. Por estar aberta e com fácil acesso, também foi possível encontrar gatos rodeando a edificação e um na parte interna (Figura 95).

Figura 95 - Sujidade presente em todos os ambientes e a presença de gatos.

Fonte: Autoria própria, 2024.

Em anexo ao final deste trabalho consta uma produção inicial dos desenhos feitos a partir das patologias encontradas. Estas passarão por um refinamento com a apresentação de fotografias e sintetização de suas características.

5. CAMINHOS PARA A RESTAURAÇÃO

Um fator importante a ser pontuado nessa pesquisa é o caráter avançado da degradação do edifício do IPH, não sendo possível agir apenas com medidas conservativas. Infelizmente o momento para pequenas medidas reparatórias já passou, estas deveriam ser realizadas ainda quando estava em pleno uso, sendo necessário agora atitudes mais aprofundadas para sua recuperação. É urgente a necessidade de ações consolidativas em sua estrutura, quase como uma operação ou uma cirurgia médica. A decisão agora é definir quais diretrizes seguir para um menor impacto em sua preexistência

Ao iniciar o pensamento do que pode ser feito como método de restauração na edificação do Instituto Parreiras Horta, surgem nessa etapa alguns questionamentos e possibilidades. É sabido que a cúpula do IPH apresenta uma estrutura frágil há anos, situação essa que tende a piorar progressivamente no estado de abandono atual do edifício. Sua recuperação não será fácil, ou seja, medidas de restauro devem ser tomadas para sua manutenção, afinal, seu nível de degradação é alto o suficiente para que os atos de conservação não sejam o bastante. É preciso de uma cirurgia, como afirma Boito (2008).

Além disso, muitos de seus ornamentos estão ausentes ou com partes faltantes, caso que necessita ser analisado para da melhor forma recompô-los ou não. De qualquer forma, deve ser seguida a linha de raciocínio que preza pela clareza de um restauro, a partir do entendimento do que foi conservado durante todos esses anos e o que foi refeito.

Outra observação feita durante a pesquisa para este trabalho, é sobre a aparência original do edifício, que baseado em fotos antigas, era ornado de listras escuras e claras por toda sua extensão. Hoje, essa característica não está mais presente, pois em algumas de suas reformas, as paredes foram inteiramente pintadas numa cor bege clara. Nota-se, no entanto, que essas listras são uma característica da arquitetura que se almejava alcançar na época, pois muitos dos exemplos apresentados neste trabalho, apresentam essas mesmas listras claras e escuras. É

necessário pensar quais atitudes tomar em relação a sua preservação, tendo em vista algumas possibilidades: retornar sua aparência original, com as listras, ou continuar com uma cor unitária? O que fazer com os acréscimos arquitetônicos feitos durante os cem anos de funcionamento do IPH? No pavilhão principal, a parte interna foi em grande parte modificada e modernizada ao longo dos anos, além do anexo para auditório construído há algumas décadas. No pavilhão menor, observa-se que foram feitas adições de espaço em seu entorno, encobrindo assim sua forma original.

5.1. PENSANDO O VALOR PATRIMONIAL

Quando o tema de preservação do patrimônio é evocado, seja ele material ou imaterial, a palavra “valor” muitas vezes é evocada para enfatizar a necessidade de resgate ou conservação de uma produção cultural. O nível de valorização empregado num objeto é, de certa forma, crucial para sua preservação, seja por quaisquer motivos. Como visto anteriormente, há mais de dez anos o antigo edifício do Instituto Parreiras Horta encontra-se em estado de abandono, mesmo sendo considerado um patrimônio estadual de Sergipe. Independente dos trâmites políticos e econômicos para sua recuperação, é necessário pensar acerca do valor atribuído a essa construção. Afinal, por que seria tão importante assim a sua restauração? Um projeto de recuperação, mesmo o objeto em questão é apresentando uma dimensão tão imponente como outros exemplos no estado, seria custoso ou para um investimento privado ou para o erário.

> Infelizmente, tem-se tornado um fato recorrente que antigas construções, imagens e altares, que poderiam ainda ser desfrutados por várias gerações, sejam precocemente perdidos devido a uma indiferença grosseira que não promove medidas básicas para protegê-los a tempo da influência destruidora de determinados agentes ou para recuperá-los de danos incipientes. Quantas igrejas encontramos onde as águas subterrâneas penetram por baixo e a chuva por cima, através do telhado danificado; onde as vigas do teto caem; onde fungos crescem por toda parte, devido à má circulação do ar [...] (Dvorak, pag. 72, 2008).

O objeto central deste trabalho de conclusão de curso foi erguido como prédio governamental e, assim se manteve, durante toda sua história, não havendo em

nenhum momento uma passagem pela esfera privada. Como serviço público, o IPH serviu à sociedade como espaço de fomento à ciência e amparo laboratorial à saúde. Nesse sentido, é fato que a construção em si, sua massa construída serviu apenas como um local para que toda essa atividade de atendimento da população em Sergipe fosse realizada. Mas agora, numa realidade em que não há um uso definido para a edificação, qual seria então sua importância?

Muito abordadas no estudo histórico das edificações e sua conservação, as cartas patrimoniais exercem um poder de influência no modo de encarar o patrimônio e de se praticar a restauração. A Carta de Atenas (1933) assim como a Carta de Veneza (1964), apresentam uma sistematização da preocupação em manter os edifícios antigos. Esta última, cita a recuperação patrimonial de forma breve, apenas inserindo-a num contexto de progresso da cidade moderna, que deveria manter o passado dentre o moderno. Já aquela, se debruça detalhadamente sobre o assunto, já que seu contexto se cruza com o pós guerras mundiais e a destruição de boa parte de grandes cidades europeias (Silva, F, 2012).

A Carta de Veneza, de forma inicial, aborda a noção de “monumento”. Por monumento pode-se entender algo grandioso, em grande escala etc. No entanto, o próprio documento apresenta que seus escritos também recaem às “obras modestas” com algum significado cultural que possam ter acumulado durante décadas.

De acordo com Azevedo (2003), a Carta de Veneza tem um grande impacto no Brasil, pois seria responsável por uma abertura do país às outras formas de se pensar a restauração. Muitos países europeus, por exemplo, estavam energizados nessa forma de se pensar a arquitetura, muito em parte à destruição deixada pela segunda guerra mundial. A década de 1940 levou esses países a voltarem sua atenção para os exemplares históricos que foram dizimados e para os que resistiram

A Conferência de Nara, realizada em 1994, com a participação da Unesco e do Icomos, salienta para o tópico da autenticidade do patrimônio e as possíveis alterações nele realizadas. Primeiramente vê-se a problemática do valor que se dá a uma construção e sua necessidade para a salvaguarda deste:

> A conservação do patrimônio cultural em suas diversas formas e períodos históricos é fundamentada nos valores atribuídos a esse patrimônio. Nossa capacidade de aceitar estes valores depende, em parte, do grau de confiabilidade conferido ao trabalho de levantamento de fontes e informações a respeito destes bens (Conferência de Nara, 1994).

De fato, quanto mais valor se atribui a um produto cultural, mais vigor de sobrevivência ganhará, ou seja, será muito bem quisto pela sociedade ou pelo poder público. O problema que se pode pensar é quando os valores de uma sociedade num tempo estabelecido não estão de acordo com os bens culturais.

De acordo com Ito (1995) apud Zancheti et al (2008), a Conferência de Nara trouxe um contraponto ao ideal de autenticidade material, que segundo o autor, imperava no pensamento ocidental. A grande diferença cultural observada, então, era a prática japonesa de efetuar a troca de peças de madeira a determinado período de tempo, para que assim mantivessem os templos em boas condições. A problemática observada pelos órgãos europeus, por exemplo, seria de que a construção em destaque não possuiria mais autenticidade, perdendo, portanto, seu valor perante as demais no mundo.

Definiu-se então que:

> Dependendo da natureza do patrimônio cultural, seu contexto cultural e sua evolução através do tempo, os julgamentos quanto a autenticidade devem estar relacionados à valorização de uma grande variedade de pesquisas e fontes de informação. [...] Estas pesquisas e levantamentos devem incluir aspectos de forma e desenho, materiais e substância, uso e função, tradições e técnicas, localização e espaço, espírito e sentimento, e outros fatores internos e externos [...] (Conferência de Nara, 1994).

A presença da comunidade e de seu contexto social na preservação de um bem histórico é lembrada no documento. É a importância que se dá à mensagem “original” da edificação que poderá definir a conservação ou não dela frente ao poder público. Esta definição por si só não se sustenta como definidora de práticas de

preservação, mas engrandece, como no caso apresentado, uma sustentação teórica.

No ano seguinte à Nara, elabora-se no Brasil a Carta de Brasília, que tem como tema central a autenticidade do patrimônio. O documento tenta aproximar o que foi abordado no Japão para uma realidade sul-americana, afirmando a influência multicultural desde a formação social como latino americanos. Todas essas contribuições seriam, portanto, válidas e autênticas como nossas, não existindo, no entanto, uma mais legítima ou maior que a outra (Ribeiro, C e Lira, 2012). A Carta de Brasília salienta a questão cultural e quase que sentimental do bem patrimonial, argumentando que a memória que o objeto carrega deve ser levada em conta da mesma forma que outras questões tangíveis, por exemplo.

> Os edifícios e lugares são objetos materiais, portadores de uma mensagem ou de um argumento cuja validade, no quadro de um contexto social e cultural determinado e de sua compreensão e aceitação pela comunidade, os converte em um patrimônio. Poderíamos dizer, com base neste princípio, que nos encontramos diante de um bem autêntico quando há correspondência entre o objeto material e seu significado (Carta de Brasília, 1995).

Em seu texto *Projeto de Intervenção: Definições e Posturas* Rosina Ribeiro argumenta: “Considero o projeto de arquitetura como um patrimônio imaterial, o saber fazer de uma época. Representa um *modus vivendi* de uma sociedade do passado que precisa ser preservado como um documento de um estilo de vida (Ribeiro R, 2018, pág 23). A Carta de Brasília estabelece sobre a necessidade de conservação da “mensagem original do bem”, tendo esta, por conseguinte, sobrevivido ao tempo ou incorporada a outras conjecturas culturais ao longo dos anos.

Pode-se empregar no seu valor físico um passado que já não existe mais, um passado relacionado às pessoas que por ali passaram e que se beneficiaram com a sua existência. Como visto anteriormente, o antigo prédio do IPH está totalmente relacionado com a vinda de um dos grandes nomes da ciência brasileira para a capital sergipana. Nesse sentido, mesmo não estando em nome de Manguinhos, Paulo

Parreiras Horta representou em Aracaju um pedaço da importância de Oswaldo Cruz para o Rio de Janeiro e para o país como um todo.

Seu valor, portanto, pode ser medido de forma histórica, por representar fisicamente uma Aracaju do início da década de 1920 e suas transformações. É um objeto configurado como peça importante na implementação do sistema de saúde local, sendo registrado como um elemento visual de um século atrás. Vê-se então um grau local de sua importância histórica, afinal, não é possível encontrar a presença do IPH em materiais históricos educativos de cunho nacional ou no senso comum histórico brasileiro. Na verdade, tampouco localmente sua história é conhecida, sendo assim resguardada apenas como registro quase intocado ou relembrado em datas específicas e comemorativas.

A fator de idade do edifício como configuração de seu valor se aplica de forma interessante ao Parreiras Horta, pois nesse caso seria necessário pensar nos contextos empregados para tal análise. Se pensarmos num contexto de preservação mundial, comparando-o com outros monumentos antigos, podemos ter a conclusão de uma certa jovialidade do exemplo aracajuano, já que este completou cem anos em 2024, enquanto muitos outros exemplares sobrevivem ao tempo por milhares de anos. Num contexto nacional, podemos observar ainda preservados vários exemplos da arquitetura governamental e religiosa dos séculos XVII e XVIII, bem como exemplares do século XVIII na própria capital sergipana.

É interessante pensar que muitos dos materiais produzidos sobre restauração, vindos dos grandes escritores clássicos do tema, foram feitos antes mesmo de 1924. Um desses exemplos é a *Lâmpada da Memória* do teórico inglês John Ruskin, lançado em 1849 num contexto socioeconômico e cultural muito diferente ao exemplo atual. O autor, no entanto, é intensamente estudado devido a sua importância para o pensamento do patrimônio arquitetônico, devido a suas tendências mais conservativas do que restauradoras. Isto se traduz em trechos em que o autor defende a manutenção das edificações a partir de toda a sua história e sobrevivência ao decorrer dos anos. Para Ruskin (2008), a restauração:

> significa a mais total destruição que um edifício público pode sofrer: uma destruição da qual não se salva nenhum vestígio: uma destruição acompanhada pela falsa descrição da coisa destruída [...] é impossível, tão impossível quanto ressuscitar os mortos, restaurar qualquer coisa que já tenha sido grandiosa ou bela em arquitetura (Ruskin, 2008, p. 79).

Nesse sentido, a ideia de conservação se encaixaria melhor com os ideais de Ruskin, tendo em vista que desse modo não se utilizam artifícios para transformar por completo uma edificação. Essa valorização da preservação de uma bem patrimonial conversa com a valorização de sua história e do seu tempo de existência, tem-se então que quanto mais antigo é, mais valor este adquire.

> Pois, de fato, a maior glória de um edifício não está em suas pedras, ou em seu ouro. Sua glória está em sua idade [...] Está no seu testemunho duradouro diante dos homens, no seu sereno contraste com o caráter transitório de todas as coisas [...] conecta períodos esquecidos e sucessivos uns aos outros, e constitui em parte a identidade, por concentrar a afinidade, das nações (Ruskin, 2008, p. 68).

Podemos complementar esse pensamento com o que aborda Riegl (2014) em “O culto moderno dos monumentos” ao concordar na existência de um valor empregado a partir da ação do tempo na construção. No entanto, o autor é claro em diferenciar a degradação que acontece de forma gradual, com a realização de práticas conservativas, da degradação que acontece de forma mais abrupta. Visto a percepção de valor frente a degradação contínua da edificação, podemos então pensar na dualidade desse pensamento apresentada por Riegl. Afinal, quanto mais antiga tiver a aparência de uma construção, pior seria sua condição física, o que a levaria, nesse caso hipotético, a um arruinamento total, havendo assim a perda de qualquer reconhecimento arquitetônico.

Ao observar o objeto central deste trabalho, temos uma edificação em péssimo estado de conservação, ou melhor, desprovida de qualquer tentativa de preservação. No entanto, apesar de uma restauração ser desejada por muitos grupos sociais, outras obras de reparo e reforma foram feitas na edificação no passado. Ater-se sobre as modificações feitas durante este século de existência é essencial para se

estimar seu valor perante o pensamento patrimonial e sua importância de recuperação. Afinal, a construção que estamos estudando e ansiando por um restauro, detém o valor suficiente para tal? Este questionamento pode ser válido se diante das diversas intervenções realizadas por quinze direções do IPH que existiram depois de seu fundador Paulo Parreiras Horta.

Fato é que a construção que chegou até o presente não é a mesma que Graccho Cardoso inaugurou em maio de 1924. Modificações arquitetônicas podem ser percebidas, algumas mais simples, outras maiores, feitas em diferentes épocas cujas especificidades projetuais e cronológicas não puderam ser encontradas para este trabalho. No primeiro capítulo foi possível ver que duas reformas foram registradas em forma de placa na fachada do prédio principal, uma ocorrida em 1977 e outra em 1994.

Ao observar uma fotografia da época de sua inauguração, foi possível ver que o prédio principal do antigo Instituto Parreiras Horta, continha um padrão de pintura diferente do observado atualmente. A pintura listrada pode ser vista em outros exemplos arquitetônicos estudados, não só da mesma época de sua criação, como também em exemplos do neomourisco fora do país ou mesmo nacionalmente nas construções de Manguinhos. As listras, apesar de uma característica simples, faziam parte de sua composição arquitetônica e de estilo, fato que foi apagado em algumas de suas obras reparadoras, escolhendo-se então uma cor creme para quase toda a construção (Figura 96).

Figura 96 - Parreiras Horta em 1931

Fonte: Álbum photographico de Aracaju/Casa Amador, 1931

Na área da cúpula vê-se duas faixas verticais que se iniciam na janela abaixo e envolver sua estrutura mais acima, essa característica também não está mais presente. Sua cor, aparentemente mais escura na foto, foi substituída pelo branco, também presente em todas as composições ornamentais. É incerto quais seriam suas cores originais, no entanto, é possível afirmar que suas características mouriscas foram suavizadas pelas decisões projetuais durante suas décadas de existência, sendo ainda possível ver as divisões das listras que antes existiam (Figura 97).

Figura 97 - Riscos na parede que serviam como base para as listras

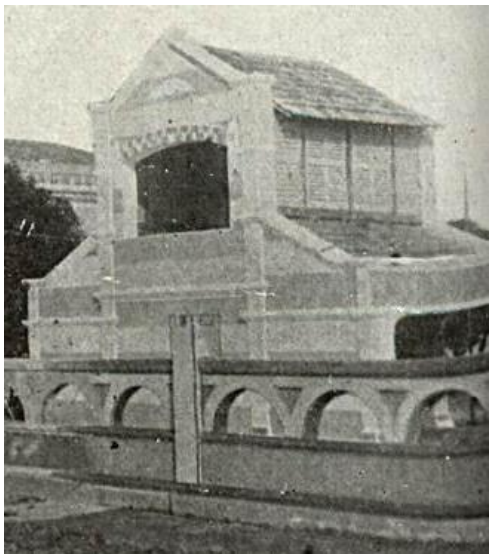
Fonte: Autoria própria, 2024.

O pavilhão anexo, apesar de não ser objeto central deste trabalho, também é datado de 1924, fazendo parte do complexo original do Instituto Parreiras Horta. Sua transformação se deu de forma mais acentuada e a forma o qual é encarado no presente se faz diferente do prédio principal. Hoje, o anexo tem uma aparência renovada, com acabamentos em ótimo estado de conservação e estrutura aparentemente em boas condições. Isto se dá pelo uso continuado atribuído à atual fundação que o transformou em sala administrativa e depósito de materiais. No entanto, apesar de sua forma rejuvenescida, ele sofreu uma grande quantidade de modificações ao longo do tempo, que transformaram muitas de suas características arquitetônicas originais.

Na fachada principal, vê-se que as mesmas listras que compunham o prédio principal também faziam parte do anexo, agregando a uma unidade de estilo que acabou sendo apagada. Na imagem de 1925 (Figura 98) também é possível ver uma grande abertura na seção superior da construção, muito provavelmente relacionado a seu uso original de posto de vigilância. Este vão foi fechado para a adição de uma pequena esquadria quadriculada em vidro. Acima, tem-se um detalhe em arco com

uma intercalação de cores, que remetem a uma característica presente nas construções de Manguinhos, também removido, sendo encontrado no lugar um elemento, também em formato arqueado na cor branca. Nas laterais, estavam grandes janelas verticais de madeira, que posteriormente foram fechadas, restando apenas algumas aberturas em cobogó junto a vãos de ar condicionado (Figura 99).

Figura 98 - Pavilhão Anexo em 1925 (à esquerda)
Figura 99 - Pavilhão Anexo em 2024 (à direita)



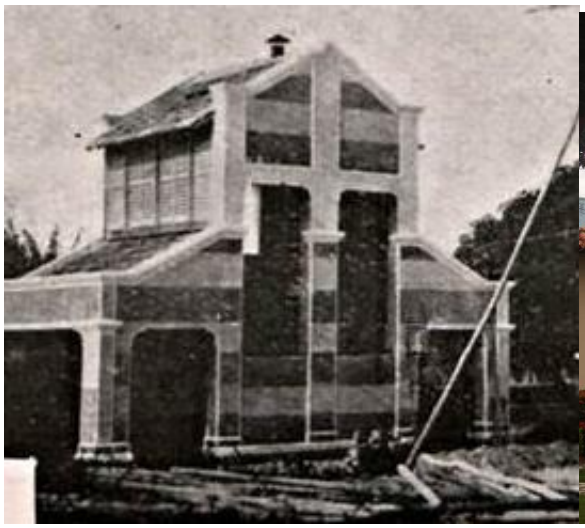
Fonte: Revista Fon Fon, 1925

Fonte: Autoria própria, 2024.

Assim como no prédio principal, o anexo também recebeu adições construtivas, já que é possível vê-lo na Figura 100 completamente solto, sem qualquer forma objeto em sua volta. No presente, anexos foram feitos em sua fachada oeste e sul, em arquitetura simples e diferentes da original, mas não completamente destoantes. Ao implementar os novos espaços em sua volta, duas fachadas se perderam quase que em totalidade, sobrando da fachada sul, voltada para a área do instituto, apenas sua seção superior que ganhou as mesmas características cromáticas do outro pavilhão (Figura 101).

Figura 100 - Fachada interna do pavilhão anexo em 1925 (à esquerda)

Figura 101 - Fachada interna do pavilhão anexo em 2024. (à direita)



Fonte: Revista Fon Fon, 1925

Fonte: Autoria própria, 2024.

Muito mais do que o prédio principal, o antigo anexo não é mais o mesmo que foi registrado em 1925, com suas características originais. Mas esse fator o faz ter menos valor? De um lado, as marcas que comprovam sua longevidade foram basicamente diminuídas as suas formas arquitetônicas que se diferem da produção contemporânea. Pela sua aparência ele pode transmitir a ideia de uma edificação de outro tempo, de outra Aracaju, mas boa parte de suas características foram retiradas, parte de sua história material foi retirada.

Para Riegl (2014), o valor de antiguidade está diretamente ligado à manutenção da forma original de um monumento, não havendo acréscimos em diferentes anos, demolições parciais e outras alterações significativas. Podemos concordar que de fato, a chegada de uma construção secular aos tempos atuais de forma inalterada é algo a ser valorizado e louvado, no entanto, o autor acrescenta que a própria ação de diferentes gerações num mesmo monumento também está ligada ao de antiguidade, não havendo recomendação de sua retirada.

No entanto sua história escrita e sua idade permanecem, esse acaba por ser um valor quase que imutável, salvo exceções de transformações no pensamento social, tudo o que foi vivido e feito nessa edificação não pode ser apagado e isto fortalece o valor material perdido.

Nessa toada, uma outra forma de analisar o antigo prédio do Instituto Parreira Horta é se debruçando sobre seu potencial valor pessoal na população, ou seja, uma forma mais sentimental ou individual de se encarar sua importância e participação na sociedade. Pode-se pensar, primeiramente, no contingente de pessoas que passaram pelo local como funcionários e prestadores de serviço, sejam esses médicos, farmacêuticos, administradores, secretários etc. Quem usufruía dos serviços do IPH ainda quando eram realizados na antiga edificação podem ou não ter algum tipo de afeto atualmente com o que ainda resta da construção. Estes seriam valores mais difíceis de serem avaliados e computados, afinal, estão restritos a um certo grupo de pessoas que esteve em seu momento de vivacidade há décadas.

O valor pessoal dado a um objeto ou, como nesse caso, a um patrimônio arquitetônico é muito subjetivo, podem ter os motivos diretos apresentados no parágrafo anterior, ou podem estar relacionados a vivências indiretas, como um habitante de décadas do Bairro São José, que tem na memória os tempos áureos do IPH. Pode ser também um habitante mais recente, que apenas viu a construção já sem uso, como é o meu caso, mas acaba por valorar sua existência a partir da proximidade de bairro, ou mesmo pela importância dada por parentes. O valor nesse caso vem através de momentos de conversa com Iara, minha avó, ao relembrar o breve tempo em que trabalhou no Instituto Parreiras Horta como atendente, ao lado de sua irmã Maria, que foi funcionária de carreira por décadas na instituição.

Por não mais produzir uma história contemporânea há mais de dez anos, o objeto estudado se ampara em memórias do passado para continuar tendo um valor individual. Nesse sentido, aproveito do ensejo pessoal deste momento para complementar seu valor com outro fator sentimental. Ao conversar com familiares que cresceram no bairro São José, alguns bem próximos do Parreiras Horta, foi possível ouvir que uma das lembranças evocadas com o local se deu pela presença de abelhas no entorno da construção e o medo que estas transmitiam. O que ocorreu de fato é que em julho de 1975, como apresenta a edição de 04/07/75 do Jornal da Cidade, um enxame de abelhas atacou os funcionários do IPH, possivelmente desencadeado pelo corte de uma árvore (Figura 102). Tal acontecimento foi fatal, ocasionando na morte

de uma médica que exercia sua profissão no local, a Dra. Eglantina Portugal, que anos depois seria homenageada pelo instituto, dando seu nome para a biblioteca da instituição, que hoje não indica mais existir.

Figura 102 - Manchete do Jornal da Cidade noticiando a morte da Dra. Eglantina.

AGRONOMOS

A Associação dos Engenheiros Agrônomos de Sergipe, festejando o Dia do Agrônomo e o seu Jubileu de Prata, às 16,30 horas de amanhã, realiza missa em ação de graças, na Catedral Metropolitana, celebrada por D. Edvaldo Gonçalves Amaral, Bispo Auxiliar de Aracaju. Dando continuidade às comemorações, a AEASE realizará às 20 horas, em sua sede, sessão de homenagem aos sócios fundadores da entidade e aos 50 anos de atividades profissionais de Alberto Oliveira Freire, seguindo-se um coquetel.

JORNAL da cidade

ARACAJU (SE), 04 DE JULHO DE 1975 — ANO IV — No. 981 — CR$ 1,50
SEXTA FEIRA

ABELHAS AFRICANAS ATACAM: MORTE E FERIMENTOS

A professora Eglantina de Menezes Portugal perdeu a vida: foi atacada pelas abelhas.

Enxame de abelhas africanas atacou a médica Eglantina Portugal, que faleceu, e mais dez funcionários do Instituto Parreiras Horta, quando chegaram ao prédio, às 14hs. As vítimas foram medicadas no Hospital Cirurgia, onde um servidor está internado inspirando sérios cuidados médicos.

Cemitério Santa Isabel.

ADVERTÊNCIA

A presença de abelhas africanas em plena cidade de Aracaju, na sua área urbana, não foi identificada por nenhuma autoridade

Fonte: Jornal da Cidade 04/07/1975

Até aqui vê-se o entrosamento entre um bem patrimonial e sua sociedade, afinal, é esta que determinará sua existência para futuras gerações: [...] estas sociedades são cruciais para tentar determinar para quem um objeto se torna um bem cultural: os bens culturais não existem independentemente dos humanos; seja em sua substância, seja também em seu significado (atribuído), o qual é produzido pelas pessoas (Muller, 1998 Apud Viñas, pág.52, 2021).

Nesse sentido, se um grupo social é responsável pelo valor dado a um bem cultural, e esse valor é diretamente associado à própria sobrevivência do patrimônio, é possível pensar que os critérios de salvaguarda desses bens podem variar conforme os ideais predominantes nessa sociedade. Partindo do princípio da enorme dificuldade que um grupo contemporâneo teria em conservar em toda plenitude, o que receberam do passado, escolhas de prioridades teriam que ser feitas, nesse caso levando-se em conta o que mais valeria apenas o que mais geraria identificação com esse grupo. Vê-se então que:

> Os objetos culturais têm o efeito de geração de identidade. Nos dizem algo sobre a história, seja nacional ou internacional, e representam a capacidade cultural da humanidade em geral [...]alguns objetos são mais importantes (isto é, geradores de identidade) para um grupo do que para um outro (Muller, 1998 Apud Muñoz Viñas, pág.52, 2021).

Muñoz Viñas (2021) enfatiza o valor simbólico e o valor histórico como grandes quocientes no estudo do patrimônio e da restauração, explicando conceitualmente através do pensamento de Michalski (1994) que destrincha esses valores em três diferentes tópicos que valem a pena ser abordados. Este apresenta que os objetos culturais, podem se dividir em valor científico, valor impessoal e valor pessoal. Muñoz Vinãs (2021) exemplifica essas três categorias com diferentes artefatos: A última carta de um ente querido teria valor pessoal, ligando-se diretamente ao sentimento e a importância que este parente possuía em sua vida, já o quadro da Monalisa de Leonardo da Vinci teria valor impessoal ou social, sendo uma obra amplamente aclamada por vários países e motivo de visitas de milhões de pessoas anualmente para vê-la pessoalmente. Por último, uma lasca ou um artefato do período neolítico teria um valor científico ou histórico, por representar um momento de nossa evolução como espécie humana.

> O patrimônio está determinado não pelas provas sobre suas origens, mas por suas conquistas atuais. Ninguém no século XIV teria pensado em comprovar a data do Santo Sudário, o suposto sudário de Cristo, o que importava era sua eficácia milagrosa. Igualmente, o valor do patrimônio não se mede por suas provas rigorosas, mas por sua potência atual (Lowenthal, 1996 apud Viñas, pág. 153, 2021).

Para Ribeiro, R (2016) o valor cultural do bem não é o único fator para a sua preservação, sendo necessária sua adequação aos tempos atuais, junto a uma adoção da sociedade em relação a sua conservação, sem que se prejudique sua relação com o passado.

5.2. POSSÍVEIS SOLUÇÕES E DIRETRIZES PROJETUAIS

Para a realização do projeto de restauro, é necessário primeiro pensar nas bases teóricas que envolvem o tema, já que estamos lidando com um projeto que será em tempos atuais, mas aplicado numa edificação já existente, que foi feita num pensamento e de uma forma diferente da nossa. É necessário pensar as melhores formas de se preservar o que chegou até nós e colocar na balança até que ponto podemos seguir numa tentativa de retorno do edifício ao que ele era antigamente.

> Habituamo-nos, equivocadamente, em dizer “resgate” de memória, como se fossemos capazes de retornar a um estado de origem e de verdade, ou mesmo de supor um “olhar, um “pensar” como o do passado (Zonno, 2016, p. 37).

Uma das grandes fontes da metodologia do restauro é a série de cadernos feitos pelo IPHAN acerca de várias etapas necessárias para a realização de um projeto desse calibre. O “Manual de elaboração de projetos de preservação do patrimônio cultural”, elaborado dentro do Programa Monumenta em 2005,

> Os projetos deverão ser elaborados respeitando os valores estéticos e culturais do Bem, com o mínimo de interferência na autenticidade do mesmo, seja autenticidade estética, histórica, dos materiais, dos processos construtivos, do espaço envolvente ou outras (Gomide et al, 2005, p.15).

Nesse sentido é necessário diferenciar conceitos amplamente utilizados não apenas na área da restauração, mas também no cotidiano, podendo haver certa confusão entre estes. Primeiramente, a conservação é definida por Gomide et al (2005) como um aglomerado de medidas com o objetivo de prolongar o tempo útil de um bem arquitetônico. O termo, por vezes, pode soar generalista, afinal, ações conservativas podem ser todas aquelas que têm o mesmo objetivo de manutenção. Para o autor, a manutenção tem como cerne o caráter preventivo, ou seja, a ação para que o problema não ocorra. Este pode ser feito por meio da limpeza constante, manutenção de calhas, reposição de telhas etc.

O restauro como conceito vai muito além da aplicação de uma nova camada de tinta forte ou um processo de limpeza, por exemplo. A restauração está relacionada ao restabelecimento da construção a uma forma melhor a que estava anteriormente, desse modo, uma construção patrimonial que esteja em pleno funcionamento e necessitando de pequenos reparos não precisaria de um restauro, seria apenas feitas medidas conservativas para sua perpetuação. No caso do antigo edifício do Instituto Parreiras Horta, a restauração é inevitável, afinal, seu uso foi descontinuado há mais de uma década, degradando-se a ponto de uma simples conservação não ser suficiente. Nesse caso, são necessárias medidas mais invasivas e um grande planejamento e estudo para que a construção retorne a um ponto de uso ideal. (Gomide et al, 2005)

É interessante observar que Gomide et al (2005) aponta, no caderno do IPHAN para boas práticas de restauro, que devem ser evitadas falsificações, sendo necessária ponderação para reconstrução de itens arquitetônicos, para que se necessários, sejam esses feitos de um material diferente e distinguível do original e reversíveis. Além disso, é preciso se atentar para garantir a utilização de materiais construtivos compatíveis com os utilizados originalmente.

> Compreende-se por Projeto de Intervenção no Patrimônio Edificado, doravante denominado Projeto, o conjunto de elementos necessários e suficientes para execução das ações destinadas a prolongar o tempo de vida de uma determinada edificação ou conjunto de edificações, englobando os conceitos de restauração, manutenção, estabilização, reabilitação ou outras. Cada um destes conceitos corresponde a um tipo de intervenção, que depende, principalmente, do estado de conservação do bem (Gomide et al, pág. 19).

O manual do Iphan estabelece, portanto, que um projeto de intervenção patrimonial deve ser dividido em três etapas:

1ª Identificação e Conhecimento do Bem;
2ª Diagnóstico;
3ª Proposta de Intervenção

Boito (2008) em “Os Restauradores”, afirma que: “Para bem restaurar é necessário amar e entender o monumento, seja estátua, quadro ou edifício” (Boito, 2008, p. 31). É interessante pensar nessa frase como uma forma de expressar o interesse que deve haver de várias instâncias da sociedade para a manutenção de uma edificação. Afinal, se não há laço afetivo, ou melhor, admiração, curiosidade, apego histórico, o objeto em questão é esquecido dentre as rápidas dinâmicas urbanas que presenciamos atualmente. Somado a isso, se sua história e composição não são compreendidas, ações de restauro podem ser realizadas arbitrariamente, sem levar em conta o contexto em que estava inserida em sua originalidade.

> É obrigação de todo governo civil, de toda província, de toda comuna, de toda sociedade, de todo homem não ignorante e não vil, providenciar que as velhas e belas obras do engenho humano sejam longamente conservadas para a admiração do mundo. Mas, uma coisa é conservar, outra é restaurar [...] (Boito, 2008, p.37).

Nesse sentido, ao passo que o ato de conservar se refere às ações de manutenção de uma edificação, no caso de restauração, Boito (2008) joga luz à necessidade de restauro do patrimônio. Assim, a restauração seria comparada, pelo autor, ao trabalho de um cirurgião.

> 1º É necessário fazer o impossível, é necessário fazer milagres para conservar no monumento o seu velho aspecto artístico e pitoresco. 2º É necessário que os complementos, se indispensáveis, e as adições, se não podem ser evitadas, demonstrem não ser obras antigas, mas obras de hoje (Boito, 2008, p.37).

Segundo Ribeiro, R (2016), o IPHAN adota a carta de Veneza como grande fonte para a intervenções realizadas aqui no Brasil. No entanto, Kuhl (2010) atenta que as cartas patrimoniais não têm força de lei no país, ou seja, nem todos os projetos de restauros irão seguir à risca 100% de suas atribuições, afinal, os projetos têm contextos diferenciados.

5.2.1. Restauro Estilístico

Na bibliografia da restauração, ao se abordar o chamado restauro estilístico, o nome do arquiteto Eugene Emmanuel Viollet-le-Duc é diretamente associado ao tema. Parisiense, o arquiteto e também escritor foi contemporâneo ao inglês John Ruskin, citado anteriormente, no entanto, os dois são tradicionalmente postos de forma antagônica do pensar patrimonial. Sabemos que Ruskin (2008) preza por uma demasiada valorização da conservação numa edificação, rejeitando a ideia de um restauro, ou seja, a ideia de transformar de forma mais expressiva o objeto central. Já Viollet-le-Duc (2006) acreditava numa maior intervenção do arquiteto na edificação histórica, levando em conta o contexto em que foi construído e as características de estilo desse objeto.

Para Viollet-le-Duc (2006), era inaceitável que ao recompor um elemento arruinado de uma construção, que isto se fizesse num estilo contemporâneo e consequentemente divergente ao original. Para o autor, o estilo pretendido por quem primeiro construiu a edificação deve ser respeitado, sendo papel do arquiteto buscar formas para que isso aconteça. No entanto, é necessário abordar algumas situações ensejadas em seu livro Restauração, para que possamos compará-las com as possibilidades de ação no antigo edifício do Instituto Parreiras Horta.

Viollet-le-Duc reconhece que não existe uma única forma de se direcionar o restauro, devendo-se pensar as particularidades de cada ocasião, como por exemplo, na existência de patrimônios que apresentam estruturas originais e estruturas executadas posteriormente em outra forma estilística, porém igualmente antigas. O autor traz o seguinte exemplo:

> As abobodas de uma nave do século XII, por consequência de um acidente qualquer foram parcialmente destruídas e refeitas mais tarde, não com sua forma primeira, mas de acordo com o modo então admitido. Essas últimas abóbadas, por sua vez, ameaçam ruir; é preciso reconstruí-las. É preciso reestabelecê-las em sua forma posterior, ou restabelecer as abóbadas primitivas? (Viollet-le-Duc, 2006, p. 50).

Não existe uma resposta direta para o questionamento, afinal, tudo dependerá do contexto histórico dessa construção e qual o caráter arquitetônico do que foi feito. Viollet-le-Duc, nesse sentido, se apresenta favorável à ideia de retorno ao que a construção foi um dia e que seus antepassados modificaram, mas essa crença não poderia ser absoluta, visto que ele mesmo acreditava numa manutenção dessas alterações caso houvesse um contexto favorável para tal. Para o autor, em caso de necessidade de um acréscimo reconstrutivo de uma parte da construção já arruinada, o arquiteto deve de certa forma incorporar o estilo original pensado por quem a idealizou primeiro:

> Mas, se for o caso de refazer em estado novo porções do monumento das quais não resta traço algum, seja por necessidades de construção, seja para completar uma obra mutilada, então o arquiteto encarregado de uma restauração deve imbuir-se bem do estilo próprio ao monumento cuja restauração lhe é confiada (Viollet-le-Duc, 2006, p. 53).

Assim como abordado anteriormente, o período de mais de uma década de abandono do Parreiras Horta é de fato um dos maiores motivos de seu gradativo arruinamento, a falta de conservação em todos esses anos o levou à necessidade de se realizar um processo de restauro. Viollet-le-Duc (2006) corrobora esse fato assertivamente ao relacionar esse abandono do patrimônio com a perda de sua força, nesse caso estrutural, mas como já vimos anteriormente, também perde-se um grande valor histórico e afetivo. Para o autor, todos o meios empreendidos para o restauro devem ser feitos de modo a fortalecer a edificação de uma forma mais elevada do que fora um dia, ou seja, utilizar-se de materiais mais tecnológicos ou por meios de construção mais desenvolvidos, pretensamente assim, aumentando sua qualidade de enfrentamento nas décadas seguintes.

É interessante ver como o restauro nesse caso, ganha uma certa dualidade entre prezar pelo estilo antigo e original, mas utilizando-se de materiais dos mais tecnológicos, ou seja, trazer essa forma de construir para um estado em que nunca esteve. Hoje é senso comum na área da conservação que não se deve utilizar certos materiais de construção numa edificação antiga de forma indiscriminada apenas por seu caráter tecnológico, deve ser conhecer a construção que se está restaurando e

consequentemente saber o que foi originalmente empregado na época em que foi erguida. No entanto, essa dualidade de materiais permanece, afinal, sabemos que deve-se evitar o uso de cimento contemporâneo comum num substrato que não foi feito para isso, mas ao mesmo tempo é bem vindo o uso de sistemas metálicos para sustentação de estruturas comprometidas.

Viollet-le-Duc (2006), apesar de prezar por uma valorização do que fora primeiro feito numa edificação, não é contrário a novos meios de se prover a modernidade para que se encaixe em novos usos. Este, no entanto, deve ser feito pelo arquiteto de forma coesa, ao pensar o que melhor seria feito para a sociedade contemporânea, mesmo que isso vá de encontro com que se fazia num período anterior. Ele é, nesse caso, a favor da inserção de sistemas de ferro para substituição de estruturas de madeiras de uma cobertura, por exemplo, mas esse processo deveria ser feito de forma a se aproximar do original, com um peso e volumetria semelhantes, ou seja, utilizar um material mais tecnológico, que é mais resistente à incêndios, mas sem desviar-se por completo do objetivo original.

Ao pensar no antigo edifício do Instituto Parreiras Horta, é possível relacionar de certa forma a prática de Viollet-le-Duc com as possibilidades de restauro dessa edificação e os desafios que o arquiteto teria perante esta. Temos no objeto central deste trabalho uma construção que sofreu pequenas modificações estéticas e acréscimos volumétricos durante os anos de sua utilização. Primeiramente podemos abordar sobre o bloco do auditório construído provavelmente na década de 1970, que em pé direito e estética se destoa da construção original, mas não de forma abrupta, apenas se apresentando de forma simplificada. Durante o tempo de pesquisa não foi possível localizar informações sobre sua construção, mas é certo pensar que quem o idealizou não o fez pensando numa extensão estilística do pavilhão central do Parreiras Horta. Se tivesse essa pretensão, o teria feito de forma a dar continuidade a suas dimensões e ornamentações, bem como esquadrias e outros elementos, utilizam-se apenas de uma mesma cobertura e coloração.

Pensando no que Viollet-le-Duc (2006) teorizou antes mesmo do IPH ser construído, é possível pensar se esse anexo do auditório deveria ser posto como

parte da edificação e parte da restauração. A sua presença na volumetria do conjunto anulou por completo a fachada sul da edificação original, que originalmente possuía uma esquadria de entrada e saída, além de uma complexidade arquitetônica maior do que a que se tem com a instalação do auditório (Figura 103).

Figura 103 Transição entre o prédio antigo e o auditório.

Fonte: Autoria própria, 2024

Nesse caso, uma possibilidade de ação seria suprimir parcialmente ou inteiramente o volume do auditório, para que o bloco principal volte a ter a configuração que tinha em 1924, ou seja, liberar a construção de adições feitas anteriormente. Por consequência, haveriam de ser feitas algumas reconstruções para que a fachada sul volte a ser como era antes, mas aí esbarramos na problemática de não se ter acesso ao projeto idealizado há um século, como então reproduzi-lo? Ao adentrar no ambiente cuja porta de entrada está representada na figura 103, é possível ver as cornijas que antes compunham a edificação de forma externa, mas que hoje foram cercadas pelas alvenarias do auditório (Figura 104).

Figura 104 - Elementos ornamentais externos em ambiente interno da edificação.

Fonte: Autoria própria, 2024.

Claro que primeiro deveríamos pensar no uso a ser empreendido pela edificação, já que a depender das necessidades de um conteúdo programático estabelecido, diferentes formas de restauro serão empregadas. Para isso têm-se que

> [...] O melhor a fazer é colocar-se no lugar do arquiteto primitivo e supor aquilo que ele faria se, voltando ao mundo, fossem a ele colocados os programas que nos são propostos. Mas compreendendo-se que, então, que é preciso deter todos os recursos que possuíam esses mestres antigos, que é preciso proceder como eles mesmos procediam (Viollet-le-Duc, 2006, p. 65).

Essa última frase do trecho do autor é essencial para entender como poderia ser feito esse processo de restauro no Parreiras Hortas, afinal, se pensássemos indiscriminadamente o que fariam os construtores em 1923, ano da pedra fundamental, iríamos para um caminho que ignoraria por completo as limitações econômicas, materiais e de mão de obra da época. Pensando no que foi apresentado por Cristofi (2016) em relação à construção paulistana da Villa Aurora (Figura 34), temos que o projeto inicial desta construção constava com uma cúpula esférica com clara inspiração nas torres do Castelo Mourisco em Manguinhos (Figura 105). No entanto, por motivos econômicos ou de mão de obra, não foi possível realizá-la, optando assim por um formato com base quadrilátera semelhante a do Instituto Parreiras Horta. Se seguirmos indiscriminadamente o que escreve Viollet-le-Duc e

nos colocarmos na mente de quem projetou o IPH, podemos pensar que o objetivo final seria fazer uma torre semelhante à Fiocruz.

Figura 105 - Torre e cúpula esférica do Castelo Mourisco

Fonte: Acervo casa de oswaldo cruz/Fiocruz.

Por isso criar hipóteses indiscriminadamente é algo perigoso quando se trata de um processo de restauro. Ao pensar nos limites que existiam no início da década de 1920 em Aracaju, tanto em motivos econômicos, mão de obra e também pela urgência de se criar uma casa de saúde como o Instituto Parreiras Horta, podemos entender porque não houve na época a iniciativa de se copiar com exatidão alguns dos elementos do Castelo Mourisco. Santana (2001) afirma que o IPH foi construído em oito meses, tempo recorde se comparado a outras edificações, o que pode justificar sua simplicidade em algumas características ornamentais.

Ter a noção dos limites da época coloca alguns freios no que considera a mais célebre citação de Viollet-le-Duc (2006, p. 30) diz o seguinte: “Restaurar um edifício não é mantê-lo, repará-lo ou refazê-lo, é restabelecê-lo em um estado completo que pode não ter existido nunca em um dado momento”

Nesse sentido, ao comprovarmos no segundo capítulo as influências arquitetônicas que permeiam a edificação, poderíamos então acrescentar, por

exemplo, ornamentos ligados ao neomourisco que não foram feitos na época? Isso, de certa forma, transformaria o Instituto Parreiras Horta em um edifício completamente diferente do que já foi algum dia. Não sabemos o motivo exato para que não exista uma maior complexidade em estuques, esquadrias e outros elementos, mas temos que perceber que ele foi feito da forma como inaugurado em Maio de 1924, e esse deve ser o limite a ser pensado recompor sua unidade estilística.

Voltando à problemática do auditório, tem-se então um questionamento: é correto demolir construção de algumas décadas atrás para que se atinja sua unidade potencial? De algum modo, pode-se pensar que o auditório ja se incorporou ao complexo arquitetônico, além de que estaríamos ignorando o que os próprios proprietários da construção fizeram durante esse tempo de uso. Viollet-le-Duc é enfático ao apontar a responsabilidade do arquiteto nesse processo, não havendo brechas para suposições sem fundamento. Ao reconstruir é necessário ter provas materiais do que se está fazendo, ou pelo contrário estará agindo de forma arbitrária e se afastando do estilo original.

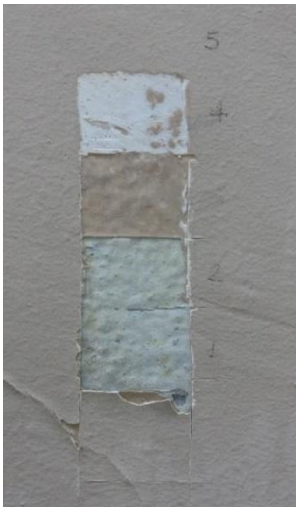
Para então que se retorne, dentro das possibilidades, a uma forma original da construção, poderíamos pensar numa demolição, seja total ou parcial do bloco referente ao auditório. Com esta decisão, estariamos salientando uma fraqueza histórica desse elemento, ou seja, sem importância perante o pavilhão principal. Dessa forma, teríamos a possibilidade de restabelecer a fachada sul, voltada para dentro do terreno, da forma como era em 1924. Ou pelo menos parcialmente, ou seja, volumetricamente, já que não conseguiriamos ter com precisão como seria sua aparência, restando apenas a noção de por onde seguiam suas paredes, graças ao caminho da platibanda e das cornijas.

Outro ponto a ser abordado nesse caso seria o retorno da aparência do objeto central desse trabalho para o que mais se assemelha com o que foi entregue em 1924. Como abordado anteriormente, perceptível em antigas fotografias a presença da intercalação de cores entre os frisos presentes na fachada (Figura 96). O listrado como pudemos perceber é uma característica da arquitetura neomourisca

empregada na edificação, e que em certo momento foi apagado com uma cor bege uniforme. Tendo em vista a necessidade de se refazer toda a camada de tinta da edificação, ou mesmo de sua argamassa, uma nova proposta de pintura poderia ser feita. Por isso, o retorno das listras na edificação seria uma forma bem-vinda para acentuar as influências empregadas no projeto. No entanto, será que isto não causaria um estranhamento no presente?

Essa ação recairia em outra problemática frente a essa pesquisa, não foi possível descobrir com exatidão as cores que estão representadas nas antigas fotos, no entanto, em uma das faces da edificação, é possível encontrar uma prospecção que revela uma coloração mais voltada para o branco em sua última camada.

Figura 106 - Prospecção encontrada no IPH



Fonte: Autoria própria, 2024

Apesar de não termos registros de quando a pintura atual foi feita, é certo que já está há muito tempo da forma que se apresenta atualmente e é esta forma que acaba por virar padrão por quem passa por perto ou quem frequenta a edificação. Alterar significativamente as cores e a disposição delas na edificação carregaria consigo uma nova forma de encarar o Instituto Parreiras Horta, seja positivamente ou negativamente. Por isso a importância de um correto embasamento teórico para que isso seja feito, além de um esforço para que a decisão seja compreendida pela opinião pública.

Além disso, vemos outros dois pontos importantes: Os elementos espúrios nas fachadas e as esquadrias. Nas fachadas das laterais encontram-se alguns elementos que serviram de apoio para elementos prediais durante os anos, mas que não fazem parte de um conjunto original. Estes são os espaços para condensadores de ar condicionado, grades, estruturas de caixa d'água etc. Um bem sucedido processo de recomposição estética da edificação deverá passar pela etapa da eliminação desses elementos. Além disso, esbarramos em outra grande problemática, que são as janelas hoje presentes na edificação, algumas inclusive faltantes ou em péssimo estado de conservação.

Como pudemos ver na figura 15, as esquadrias aparentam ter outra forma diferente das atuais, promovendo, portanto, a dúvida, para a caminhar junto ao que pensa Viollet-le-Duc, deveríamos então retornar esses elementos tal qual registrados nas fotografias de 1925? Podemos então ter duas respostas: a primeira que sim, poderíamos retornar as esquadrias ao que elas eram antes com uma sensação que estaríamos contribuindo para a imagem original da construção, no entanto, como veremos mais à frente, essas não seriam as mesmas janelas, já que as originais não mais existem. As janelas atuais, nesse sentido, teriam um valor de antiguidade maior do que se houvesse a produção de novas esquadrias idênticas às primeiras.

Figura 107 - Elementos espúrios na fachada leste

Fonte: Autoria própria, 2024.

5.2.2. Restauro Filológico

Ao abordar o restauro científico, também chamado de filológico, um dos grandes nomes considerados é o do arquiteto e escritor italiano Camillo Boito. Assim como descreve Kühl (2008), Boito é compreendido na historiografia da restauração como responsável por uma posição moderada frente a teorias utilizadas em sua época, fazendo assim um papel de sintetizador das inúmeras possibilidades perante o patrimônio.

De acordo com Kühl (2008), o papel de Camilo Boito se entendeu não somente à restauração, mas também atuando como crítica, seja de arte como de arquitetura. É interessante pensar que desenvolveu-se academicamente numa época de transformações na forma como se encaravam os antigos edifícios, sendo Boito um grande atuante no contexto europeu da época. São notáveis alguns de seus projetos de restauração, sendo dois exemplos inicialmente apontados por Kühl (2008), são estes o projeto da Porta Ticinese em Milão e da Basílica dos Santos Maria e Donato na cidade de Murano. É interessante ver a descrição da autora acerca da forma de desenvolver o projeto por Camillo Boito:

> Boito fundamentou seu trabalho em análises aprofundadas da obra, procurando apreender seus aspectos formais e técnicos-construtivos, baseando-se em estudos documentais e na observação, bem como em levantamentos métricos do edifício. Fez largo uso de desenhos e também de fotografias, examinando a configuração geral do complexo e seus detalhes construtivos ornamentais (Kühl, 2008, p.13)

Esses projetos são colocados em discussão por terem um viés mais semelhante ao que pregava o francês Viollet-le-Duc. A autora afirma que o caminho de Boito na restauração não é uniforme, pregando inicialmente uma forma de restaurar mais semelhante ao arquiteto parisiense, mas que com o tempo construiria uma teoria mais equilibrada:

> Sua interpretação do monumento e sua postura de projeto, então, levaram-no a propor a preservação da pátina ao mesmo tempo que preconizava a

> demolição de certos elementos acrescentados com o tempo, entre eles a fachada, e a remoção dos acréscimos barrocos no interior. Buscou ainda certa unidade de estilo, propondo a construção de novos elementos [...] Na intervenção feita na Porta Ticinese em Milão, datada de 1861, Boito liberou a construção de edifícios a ela endossados e também fex propostas de intervenções “em estilo” buscando a unidade formal e um suposto estado inicial. (Kühl, 2008, p.14)

Anos a frente em 1884, durante uma conferência em Turim, hoje publicada em livro como “Os Restauradores”, Boito (2008) expressaria o que então pensava sobre a figura de Viollet-le-Duc:

> Existe uma escola, já velha, mas não morta, e uma nova. O grande legislador da velha foi Viollet-le-Duc, que com seus estudos históricos e críticos sobre a arte da Idade Média na França fez progredir a história e a crítica também na Itália. Foi também arquiteto, mas de valor contrastante, e restaurador, até há pouco elevado aos céus por todos, agora afundado no inferno por muitos (Boito, 2008, p. 58).

Boito (2008) complementa fazendo uma crítica ao que aqui neste trabalho já abordamos em relação ao modo de restauro de Viollet-le-Duc. Para o italiano, os dizeres deste são de certa forma perigosos para a teoria e a prática da restauração, como no caso em que pregava a reintegração do edifício a um modo em que nunca fora. Para Boito, incorporar-se do papel do arquiteto original é ceder a um arbítrio personalista do arquiteto, produzindo consequentemente falsificações de um modo de fazer antigo.

Nesse ponto, podemos abordar um tema que acaba por ser um dos mais importantes da obra de Boito, tratando-se da noção de falsificações históricas e como lidar com a necessidade ou não de reconstruções e acréscimos. A presença da pátina, ou seja, nítida passagem do tempo diante dos materiais empregados na construção, tem para Boito (2008) o que ele considera como aspecto artístico e pitoresco. Essa característica que denota a passagem do tempo, teria então seu valor como obra que atravessou as décadas e anulá-la por completo causaria na população uma perda de noção de idade desse patrimônio. Acerca disso, o arquiteto

italiano é incisivo sobre a necessidade de diferenciação de possíveis adições ou reconstruções, para que estas sejam claras em relação a seu contexto temporal.

Em diversos casos, a depender do nível de degradação da construção, é possível observar uma lacuna deixada pela queda ou descolamento de alguma parte do edifício, seja algum adorno ou volumetria construtiva. A carta de Veneza admite a reinserção desses elementos faltantes, seja para garantir uma harmonia volumétrica ou significado do objeto. No entanto, estes novos itens devem se distinguir das que ainda existem, ou seja, é necessário que a sociedade saiba diferenciar o que é novo e o que é antigo num projeto de restauração.

O artigo 11º da Carta trata sobre modificações feitas na edificação durante seu tempo de uso até o momento de uma necessária restauração.

> As contribuições válidas de todas as épocas para a edificação do monumento devem ser respeitadas, visto que a unidade de estilo não é a finalidade a alcançar no curso de uma restauração, a exibição de uma etapa subjacente só se justifica em circunstâncias excepcionais e quando o que se elimina é de pouco interesse e o material revelado é de grande valor histórico, arqueológico, ou estético [...] (CARTA DE VENEZA).

A forma como a população encararia uma reconstrução feita de forma a mimetizar este acréscimo à construção original dependeria da forma como se trataria esta ação. Quanto mais próxima a essa hipótese de restauração, mais são as chances das pessoas se recordarem do que foi realizado pelo restaurador e a forma como foi feito. No entanto, supondo que décadas se passem, cada vez mais difícil seria distinguir o que é novo e o que é antigo nesse exemplo, e se isso não fosse claramente explicado por quem visitasse a construção. Por outro lado, com a adoção de diferentes materiais essa diferenciação seria mais clara, como por exemplo diferentes sistemas estruturais empregados numa mesma construção de forma harmoniosa, mas que ficaria claro para o visitante ou morador, de que época essa se trataria.

Outro autor bastante levado em consideração no estudo da restauração é o italiano Gustavo Giovannoni (1873-1947). O urbanismo, no entanto, foi uma de suas

temáticas centrais durante seu tempo de produção, havendo, no entanto, a relação entre o crescimento populacional e a forma como havia de se lidar com os conflitos entre a nova produção urbana e a antiga. De acordo com Kürl (2013), o pensamento de Giovannoni se assemelhava com o de Camilo Boito, gerando, portanto, uma continuidade no seu pensamento teórico, afirmando, assim, a necessidade de se buscar os contextos documentais das construções e respeitar a passagem de tempo nestas

Giovannoni (2013) escreveu em 1931 o texto “A Restauração dos Monumentos da Itália” evidenciando o que achava por importante de se considerar no restauro da época, além de servir de base para produção da Carta de Atenas. Seu contexto histórico e geográfico está situado numa Itália unificada e governada pelo regime fascista, regime este que seria grande apoiador, corroborando com seus ideais. É comum em seu texto, portanto, a valorização do patrimônio ligado a uma nação pretensamente fortalecida, em busca de um ideal de nação. Mas a valorização do monumento com um grande exemplar arquitetônico não era o foco exclusivo de Giovannoni, visto que também escrevia enfatizando a importância de obras em segundo plano que também poderiam obter esse valor de patrimônio, um valor na sociedade.

Para Giovannoni (2013), são três os pontos de vista a se considerar na teoria da restauração. A primeira delas é o ponto de vista do erudito, que preza intensamente pela manutenção da passagem de tempo numa construção, que nesse caso, ao aplicar num contexto europeu, pensamos numa construção de séculos que ao longo do tempo sofrera alterações e adições consideráveis. Nesse caso, a introdução de falsos históricos seria completamente evitada para que, como abordado anteriormente, não se crie uma divergência no pensamento futuro sobre o que é novo e o que é antigo.

Outro ponto de vista apresentado é o do Arquiteto, que segundo Giovannoni, busca uma “unidade arquitetônica”, e aqui o autor enfatiza uma diferença disso para “unidade de estilo” vista anteriormente com Viollet-le-Duc. Esse fim arquitetônico teria como base o desejo de proporcionar à edificação um meio para que se torne vivo e

ativo novamente, juntamente a sua função artística. Giovannoni (2013) finaliza essa seção com o ponto de vista do simples cidadão, enfatizando na população o valor patrimonial e que se transforma a depender de diversos contextos. O autor exemplifica que a vontade de uma sociedade pode se modificar, tendo-se em vista as necessidades de cada grupo.

Por fim, fica claro que o caráter restaurador de Giovannoni conversa diretamente com o de Boito, visando a conservação dos monumentos como objetivo principal da restauração, dando ênfase principalmente à necessidade de manutenção e consolidação. Não descartando, no entanto, a possibilidade de reconstruções e recomposições, que se somam aos casos em que há a liberação das construções

> Por vezes são oportunos e resultam num efeito feliz quando, sem alterar vestígios importantes do passado, sem introduzir falsos, sem dar corpo e tornar realidade hipóteses insertas, liberam e evidenciam novamente certos elementos e, enfim, dão de novo àquilo que permanece de um edifício, uma unidade monumental (Giovannoni, 2013, p. 184)

Quando se trata dessas reconstruções, é importante abordar acerca dos monumentos já arruinados pelo tempo, que chegaram até nós já em situação crítica, normalmente conhecidos como monumentos de milhares de anos. Estes são para o restauro filológico, construções as quais não há qualquer possibilidade de ação reconstrutora, afinal, se está em ruínas, haveria de desempenhar um processo cujo falseamento seria excessivo. Nesse caso, o prudente seria escolher outros caminhos para a utilização desse patrimônio, havendo consequentemente sua conservação como ruína.

Ao tentar aplicar a teoria no antigo Instituto Parreiras Horta, é preciso primeiro pensar nos elementos que compõem o edifício. Nesse caso, a unidade estilística não está como centro dos objetivos da restauração, então é preciso que se tenha uma grande documentação da edificação, sabendo, como no caso desse trabalho, o que a está afetando. Primeiramente podemos apontar para os elementos ornamentais que estão danificados (Figura 108). Se pensarmos com o viés de ruína podemos pensar que a perda desses elementos representa um claro descaso com a construção,

representam o tempo em que passou abandonada, enfatizando ainda mais a sua noção de idade. Provavelmente os responsáveis, sejam eles do estado ou não, desaprovariam a manutenção de elementos que remetessem a essa época de abandono, afinal, representaria um descaso com o patrimônio local, sem algum motivo para se vangloriar.

Figura 108 - Entrada do edifício com lacunas ornamentais

Fonte: Autoria própria, 2024

Além disso, sem sua reconstituição haveria a perda de uma continuidade dos elementos. Uma das possibilidades a ser feita seria uma simples reconstituição desses elementos, afinal, em geral são de proporção muito pequena em comparação ao resto da edificação, fazendo assim de forma a mimetizá-las com as peças que resistiram ao tempo. Para isso, podem ser adotadas formas de destacar que o que foi perdido durante o tempo de abandono não está reestruturado de forma a confundir, mas sim de lembrar que tal estrutura é contemporânea. Essa forma de lidar com elementos perdidos deve ser idealizada de forma a não causar um contraste que se destoa completamente do contexto da construção, afinal objetiva-se apenas evitar um falseamento histórico.

Somado a essa ação, e o que muitas vezes é feito em construções históricas, uma nova camada de tinta pode ser aplicada, conferindo assim um aspecto de novo para a construção. Conduzir o pavilhão do IPH para uma aparência de recém construída, certamente agradaria uma parte da população, no entanto, ao pensarmos

no que enfatiza o restauro filológico, essa noção de recuperação logo se perderia, confundindo-se à uma ilusão de que o instituto sempre fora dessa forma conservada. No entanto, como vimos no estudo das degradações atuais da edificação, a manutenção da pátina nesse caso seria complexa, devido ao grau avançado das patologias encontradas.

A escolha estética de manter o desgaste físico de uma construção pode ser feita de forma positiva, sem comprometer sua estrutura. No entanto, foi possível chegar à conclusão, principalmente nas fachadas oeste e norte do Parreiras Horta, uma grande quantidade de argamassa se descolando de seu substrato. Essa ação, além de enfraquecer o próprio sistema estrutural, pois perderia sua camada de proteção, também representaria uma alteração nas características estéticas da edificação, transformando-a em algo não condizente com uma estrutura original.

Podemos pensar em outros exemplos, um deles seria a lacuna presente das esquadrias em formato de ferradura na fachada principal (Figura 109). Sua estrutura em madeira pode ser encontrada colapsada em um dos ambientes internos da construção (Figura 110). Uma possibilidade seria utilizá-la, se em bom estado, para a recomposição da mesma, mantendo assim o mesmo material presente. Porém, há casos em que isso não é possível, devendo-se, portanto, buscar uma forma ou semelhante ou diferente para essa recomposição. Esta poderia ser feita com uma peça de madeira contemporânea 150 pintada nos conformes do projeto, no entanto, poderia se escolher uma esquadria em material metálico para substituí-la. Essa decisão, apesar de criar um ponto de discordância entre o objeto e a unidade de estilo da edificação, garantiria que não houvessem dúvidas sobre sua procedência, ficando claro para a população qual elemento seria o antigo e qual seria o novo.

Figura 109 - Lacunas nas esquadrias da fachada

Fonte: Autoria própria, 2024

Figura 110 - Estrutura de madeira da esquadria

Fonte: Autoria própria, 2024

Podemos pensar o mesmo nos ornamentos da fachada principal, visto que alguns se mantém o mais próximo possível da integridade, enquanto outros são apenas lacunas, como é possível ver na figura 111.

Figura 111 - Desplacamento de elementos ornamentais

Fonte: Autoria própria, 2024

Para isso, podem ser adotadas formas de destacar que o que foi perdido durante o tempo de abandono não está reestruturado de forma a confundir, mas sim de lembrar que tal estrutura é contemporânea. Essa forma de lidar com elementos perdidos deve ser idealizada de forma a não causar um contraste que se destoe completamente do contexto da construção, afinal objetiva-se apenas evitar um falseamento histórico.

5.2.3. Restauro Crítico

Podemos abordar o restauro crítico como um uma outra visão exercida ao restauro científico, sendo feito em um contexto social mais adiante cronologicamente a Boito e Giovannoni. Kühl (2010) apresenta essa corrente como uma releitura da anterior, no entanto, fazendo-a num momento de destruição pós Segunda Guerra Mundial, ou seja, num cenário cuja destruição afetava inúmeras cidades europeias, colocando abaixo construções de grande valor histórico, além de residências que sobreviveram aos séculos, mas não a ação de destruição humana. Tendo isso em

vista, vários países europeus encontraram pela frente o desafio de reconstruir boa parte de seu acervo arquitetônico.

Nesse contexto podemos então abordar o nome do teórico italiano Cesare Brandi, que em bibliografia se dedicou em maior parte ao restauro de obras de arte como esculturas e pinturas. No entanto, a restauração arquitetônica também caracteriza suas obras, podendo-se, também, aplicar os preceitos artísticos para o bem patrimonial arquitetônico. Outros personagens também ganharam destaque nessa época e reforçando com a linha de pensamento crítico, como Roberto Pane e Renato Bonelli (Kühl, 2010).

O restauro crítico, no entanto, não se faz antagônico à corrente filológica, absorvendo e desenvolvendo também semelhantes pensamentos em relação ao falseamento histórico e a forma como lidar com acréscimos e demolições. O que se levaria também em conta agora nesse contexto seria a particularidade de cada caso de restauração, pensando novamente nas individualidades artísticas de modo menos sistematizado como no filológico. A individualidade para Kuhl (2006), no entanto, não exclui a possibilidade de uma metodologia e pensamentos pré-concebidos, pois se cada caso fosse estritamente único, não haveria necessidade para tal.

Ao abordar o restauro crítico, Kühl (2006) então exemplifica três conceitos essenciais: o primeiro é o da **distinguibilidade**, que se sucede na tentativa do restaurador em não confundir o observador, de forma em que ele acredite que tal elemento é idealmente histórico, mesmo não sendo. Em seguida a **reversibilidade,** facilitando a inserção de novas estruturas a uma condição pré existente, mas com a garantia de que possa ser desfeito a qualquer momento, deixando o monumento sem qualquer acréscimo permanente ou destrutivo. Por fim, a mínima intervenção, para que não se ultrapassem limites históricos no momento da restauração.

5.2.4. Teorias contemporâneas

Em seu livro “Teoria contemporânea da restauração”, Salvador Muñoz Viñas apresenta uma série de discussões acerca do patrimônio histórico a partir de um olhar contemporâneo, não deixando de lado os clássicos já estabelecidos há mais de um século. Trazer o debate da restauração para os dias atuais, ou seja, transportar o que foi escrito no século XIX para o século XXI, mostra-se de grande valor para o enriquecimento e continuidade da produção intelectual da área. É necessário pensar se os autores clássicos ainda se encaixam ao estilo de vida atual, ou mesmo às diferentes dinâmicas sociais num mundo globalizado.

Muñoz Viñas (2021) disseca a restauração em temas cabíveis de discussão, apresentando não só seu ponto de vista, como também de outros autores contemporâneos. A partir desse espaço de discussão é possível questionar o que se tinha como modus operandi da restauração e o que se faz atualmente, elencando seus pontos negativos e positivos. Se para Ribeiro. R (2018) a profundidade teórica, não abre espaço para que o gosto pessoal do projetista tome a frente de decisões importante no processo de restauro, necessitando-se de vários profissionais para que sejam elaboradas as diretrizes de intervenção no patrimônio edificado, para Cosgrove (1994) Apud Vinãs (2021) o restaurador poderia agir de forma criativa diante de um projeto a ser feito. Para o autor:

> Qualquer decisão de desdobrar determinadas habilidades especiais para devolver um objeto a seu estado “original”, a um estado intermediário ou simplesmente para conservá-lo em seu estado atual é por definição arbitrária e deveria ser reconhecida como tal. A Restauração pode, portanto, ser considerada como uma intervenção criativa [...] Antes de aprisionar o patrimônio com o espartilho da “autenticidade”, por que a Restauração não deve perseguir a liberação da fluidez de significados inerente à ideia de arte como utopia? (Cosgrove, 1994 *Apud* Vinãs, pág, 149, 2021).

Este pensamento torna possível pensar que qualquer método adotado para se restaurar não é perfeito, mas deve ser adotado com ressalvas. Não é por ser imperfeito que qualquer decisão pode ser considerada como “boa prática de restauro”, desse jeito, todas se nivelariam numa mediocridade sem poder de análise. De

qualquer forma, o que Muñoz Viñas (2021) apresenta como Subjetivismo Radical é válido de abordar no meio teórico e posteriormente prático da área, já que as noções de cultura e status quo se alteraram em grandes medidas deste o os anos em que os antigos escritores se consolidaram. É preciso hoje pensar nas diferentes abordagens sociais que permeiam a academia e o fazer cultural de uma realidade cujos grupos hegemônicos se transformaram e outros que não eram ouvidos, conquistam cada vez mais espaço.

> Se reconhecer as diferenças com o passado promoveu sua Restauração, o próprio ato de Restauração fez essa diferença mais aparente. Considerado como uma fonte de identidade grupal, contemplado como um recurso precioso e escasso, o amanhã se faz cada vez mais diferente do hoje. Mas suas relíquias e resíduos estão marcados com as diretrizes atuais. [...] O passado é um lugar estrangeiro [a foreign country] cujos aspectos se formam a partir das predileções contemporâneas, e sua alteridade está domesticadas por nossos próprios atos de Restauração de seus vestígios (Lowenthal, 1985 apud Viñas, pag, 151, 2021).

Para Muñoz Viñas (2021) a função é um dos maiores ativos da restauração contemporânea, que se relaciona com sua finalidade, resultando na melhor eficácia funcional de um objeto cultural. Nesse caso, o correto a se fazer dependeria dos usuários finais que se beneficiariam com o processo de restauro de uma edificação, não cabendo, portanto, essa decisão se basear somente no restaurador, num historiador, num líder político etc. Para o autor, seria preciso calcular o ganho que a sociedade teria baseando-se em diferentes propostas de uso e interpretação deste patrimônio:

> Qualquer indivíduo afetado pela alteração de um símbolo tem não somente direito, mas também motivos e autoridades para fazer ouvir sua opinião a respeito. Isto inclui o historiador especialista no tema ou o erudito especializado, mas também o usuário habitual do símbolo [...] A ética contemporânea da Restauração pretende contemplar o maior número possível de formas de entender equilibradamente a todas as suas funções, não somente as que cumpre para os especialistas, mas também aquelas que cumpre para o resto dos usuários [...] A melhor restauração é a que proporciona maior satisfação a um maior número de pessoas ou aquela que produz uma soma maior de satisfações (Muñoz Viñas, pag, 170, 2021).

O Restaurador, nesse caso, apesar de não ser a figura de maior poder, ainda deve exercer um papel central na sintetização ou não da vontade de uma sociedade. O que aconteceria, por exemplo, se em maioria a população de um município argumentasse que o melhor futuro para seu desenvolvimento seria a destruição de tudo que representa o passado, devendo-se, portanto, forçar todo o investimento em construções contemporâneas ou ditas “modernas”. Para isso, ”A teoria contemporânea da Restauração não é tecnocrata, mas tampouco populista” (Muñoz Viñas, pág, 182, 2021).

É interessante observar que o tema da função social da edificação foi abordado no documento, afinal, a edificação para ser conservada, necessita de reparos constantes e manutenção. E para isso, é necessário que se destine o patrimônio a algum uso que faça parte da sociedade, não isolando-a do sistema em que vivemos. Um dos grandes fatores que esta tese considera definidora para a valorização ou não do patrimônio construído é seu uso social ativo; nesse caso, Azevedo (2003, pág. 20) é categórico em afirmar que “[...] a **conservação** do monumento depende, primordialmente da **função** (grifo nosso). O autor defende que a reintegração social do patrimônio restaurado é parte essencial desse processo, possibilitando que haja vida em seu entorno e dentro de suas instalações recuperadas.

Ribeiro, R (2018) concorda que o uso desse tipo de construção deve ser um fator essencial nessa área de estudo, no entanto, deve-se atentar para qual finalidade este será submetido. A autora defende que um novo uso deve ser compatível com as capacidades físicas da construção, caso contrário, estas tentativas podem levar à prática de “fachadismo”, ou seja, a valorização unicamente da fachada histórica, construindo em seu interior uma edificação completamente contemporânea. Nesse caso são ignoradas as alvenarias internas, as disposições de ambientes, o piso, a cobertura antiga, sobrando apenas uma casca frontal.

Azevedo (2003) apresenta diferentes formas e tendências da restauração onde se há a necessidade recolocação do edifício em um período contemporâneo. A

primeira delas seria a o que o autor chama de caráter museificante, ou seja, que visa adotar práticas de restauro que engessam o edifício histórico de forma a representar exclusivamente um período passado, não inserido-o, consequentemente, no contexto contemporâneo. O autor exemplifica esse restauro relacionando-o com usos chamados passivos, como museus, bibliotecas e memoriais.

Complementando essa linha de raciocínio, ao trazer o que pensa Reis Filho (2006) sobre patrimônio cultural, o acervo construído que chegou até o presente, não pode ser tratado como documento ou amostra de um passado e seus valores inseridos numa contemporaneidade. O autor lembra que o processo de produção cultural do ser humano é inerente às transformações e renovações, sendo importante, que o patrimônio sirva como meio fomentador dessa criação e não apenas como excerto temporal. Desse modo:

> A noção contemporânea de museu – que deixa de ser um local onde se acumulam as criações do passado para se transformar no local onde se estimula o processo de criação – abre um caminho para o relacionamento funcional dos elementos culturais do passado e do presente (Reis Filho, 2006, Pag. 196).

O uso passivo, abordado anteriormente, pode ser destrinchado de diferentes formas, podendo resultar em cenários satisfatórios e insatisfatórios. Claro, a ideia de congelar uma edificação e usá-la como um simples local de armazenamento não parece uma ideia satisfatória. No entanto, é necessário lembrar de boas experiências de museus e memoriais, que conseguem conciliar a salvaguarda do patrimônio e servir como local de aprendizado e proliferação da cultural local e histórica.

Uma segunda forma de restauro apresentada por Reis Filho (2006) é aquela que deseja inserir a edificação histórica no seu contexto atual. Desse modo, ao delegar novas funções e serviços ao patrimônio, este se tornaria mais dinâmico. Um terceiro pensamento consiste na criação de um cenário mais modernizante, onde a história e o valor do edifício são ignorados, mas ainda assim é preservado, pelo menos em parte, para servir de contraponto a uma forma contemporânea. Reis Filho exemplifica esse caso relacionando-o com o fachadismo abordado anteriormente,

apresentando cenários comuns em que uma pequena amostra do que um dia foi uma construção completa, hoje é apenas um adorno *vintage* e “exótico” perante uma estrutura moderna. Um exemplo deste pode ser observado na cidade de Aracaju, como é o caso do imóvel de número 70 na Avenida Rio Branco, onde apenas se preservou sua fachada antiga, utilizando agora do seu interior para estacionamento de carros (Figura 112).

Figura 112 - Construção a qual é apenas utilizada a sua fachada

Fonte: Google Street View, 2024

Azevedo (2003) é categórico ao pontuar três ítens essenciais para a concepção de um projeto de restauro que vise proteger o patrimônio histórico:

> 1° Só o uso social continuado é capaz de preservar o monumento. Para tal, a restauração deve perseguir certa flexibilidade distributiva e de serviços que possibilite usos presentes e futuros, com o mínimo de desgastes do monumento.
> 2º Na medida do possível, tais intervenções devem ser reversíveis, possibilitando a adoção de novas funções, técnicas e equipamentos, quando

> os anteriores se mostrarem ineficientes.
> 3°As intervenções devem manter sua legibilidade, distinguindo o autêntico do novo, mas sem romper a unidade da obra e sem medo de eliminar ruídos que perturbem a comunicação [...] A remoção desses elementos não apaga necessariamente a memória histórica em face da existência atual de muitas memórias paralelas: levantamentos, estatigrafias, fotos, vídeos etc. O que é fundamental, sim, é a socialização dessa decisão e sua difusão através de publicações e outros meios (Azevedo, 2003, p. 23).

Nesse caso, é importante pensar qual seria o melhor uso para o edifício do Parreiras Horta. Primeiro podemos falar sobre o projeto atual de transformá-lo em Memorial da medicina em Sergipe, buscando assim valorizar a história dos personagens por trás dos avanços na saúde, além da possibilidade de um ambiente que fomente o conhecimento na área. Espaços de homenagem e recordação são de extrema importância na sociedade, no entanto, é necessário pensar nos prós e os contras dessa sugestão. Tudo dependeria da forma como a ideia seria executada, afinal, se este fosse apenas um lugar para o depósito de itens importantes para a classe médica, mas sem a busca ativa da população por meio de visitas, a construção não seria plenamente utilizada. É necessário conciliar formas de integrar um museu a atividades sociais que possam servir não apenas como educação patrimonial, mas também nas outras áreas do conhecimento. Tornando assim o Parreiras Hortas como um lugar de livre e constante acesso.

Outra possibilidade seria retornar à construção a um fim semelhante a que tinha, seja este como bloco administrativo mais recentemente, ou mesmo como local de pesquisa. Certamente, para a instalação de laboratórios da edificação, seriam necessárias medidas modernizantes que possibilitassem a instalação das novas demandas que a ciências e a saúde atual precisam. Essa hipótese garantiria um pleno uso da edificação, não engessando-a no tempo, pelo contrário, atualizando seus sistemas elétricos e hidráulicos, além de tantas outras necessárias. No entanto, uma possível perda seria o impedimento de pleno acesso ao prédio pela população, limitando-se apenas a alguns ambientes.

Num contexto atual de restauro, é necessário pensar que não é obrigatório que se leve em consideração unicamente uma corrente teórica ou prática. A possibilidade de mesclar diferentes pensamentos e considerá-los frente ao contexto apresentado é o que exatamente torna esse processo mais rico.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao longo deste trabalho vimos que a conservação de um bem patrimonial está diretamente conectada a sua valorização perante à sociedade. O valor histórico de um monumento pode muitas vezes ser posto em cheque em momentos decisivos, somado a seu valor arquitetônico ou afetivo. Neste trabalho pudemos pensar sobre essa noção de valor de uma edificação, em especial, claro, ao Instituto Parreiras Horta. A forma como interagimos com uma mesma construção vai se demonstrar diferente de pessoa para pessoa, mas alguns pontos como o conhecimento sobre sua história e suas influências arquitetônicas são essenciais para que um bem seja conservado ou restaurado

Ao debruçar sobre a história de uma edificação, estamos sujeitos a perceber como eram os contextos sociais e econômicos da cidade em que está erguida. O Instituto Parreiras Horta nos permite remontar até mesmo a construção de Aracaju como a nova capital do estado, mostrando uma força histórica valiosíssima, servido de grande oportunidade para uma educação não somente patrimonial, mas também cultural. Nesse sentido, vimos que as dificuldades de implantação de uma cidade pretensamente planejada, se fez de forma a contribuir para a criação de um local insalubre, evidenciando as desigualdades econômicas na forma como se habitava e se tinha acesso à saúde.

À vista de um aumento populacional causado pelas transformações econômicas da virada do século e na construção de uma cidade doente o bastante para que se cunhasse o termo “febres do Aracaju” têm-se início no florescer do Século XX, a implantação de um sistema robusto de saneamento básico, com investimento da saúde em diferentes áreas da ciência médica. É nesse contexto que foi possível posicionar o Instituto Parreiras Horta historicamente em Sergipe, mas ainda podemos ir além das fronteiras estaduais, ligando-o ao valioso trabalho da Fundação Oswaldo Cruz. Certamente, a figura de Oswaldo Cruz é ponto central para o desenvolvimento da saúde pública no Brasil, atuando também para a formação de novos pesquisadores que alçaram um status científico à sua altura.

A decisão do então Presidente de Sergipe Maurício Graccho Cardoso de convidar para Aracaju o Dr. Paulo Parreiras Horta com certeza mudou a forma de se fazer ciência no estado, abrindo oportunidade de um progresso na área da saúde. A permanência de seu nome com fundação de saúde, concretiza cem anos depois toda a ação feita de trazer a expertise de Manguinhos para construir uma casa científica no então horto botânico de Aracaju. Vimos que a partir do trabalho do IPH foi possível não apenas realizar uma série de exames necessários na época, produção de vacinas e outros medicamentos, mas também solucionar a origem palúdica das famosas febres do Aracaju.

O estudo histórico efetuado neste trabalho também fez dar luz às diversas relações arquitetônicas que podemos ligar com os antigos prédios do Instituto Parreiras Horta. Pela bibliografia apontada e pelos registros em jornal encontrados, podemos ver a clara relação entre o Castelo Mourisco de Manguinhos, sendo o IPH até mesmo considerado como a versão em miniatura do então Instituto Oswaldo Cruz. Vimos a complexidade da caracterização arquitetônica da edificação, visto que não podemos somente relacionar suas escolhas volumétricas e estéticas a um único exemplar. O complexo de Manguinhos foi uma clara influência para o projeto da nossa casa de ciência em Sergipe, no entanto, vimos que o neomourisco associado ao ecletismo do século XX também era comum em cidades como Rio de Janeiro e São Paulo. Dessa forma, Aracaju tem em seu acervo patrimonial um grande e único exemplar.

Somado aos conhecimentos históricos, a caracterização arquitetônica da edificação contribuiu ainda mais para o conhecimento prévio necessário para se restaurar. Isso acaba por preparar ainda mais as bases para uma investigação acerca das degradações que atingem o Parreiras Horta atualmente. Devido à década de abandono, sabemos que os danos se espalharam de forma mais rápida, já que não houve qualquer iniciativa de conservação ou manutenção preventiva que impedisse o grande acúmulo de umidade em diversos pontos da construção.

A partir do levantamento fotográfico foi possível a construção de imagens fotogramétricas que auxiliaram na criação de mapas de danos e fichas de identificação

de danos. Estas são formas extremamente eficientes de se documentar a atual situação de um monumento, já que em uma etapa de planejamento de ações de tratamento, sabe-se exatamente o que combater e quais materiais serão usados para tal. Através da reunião das mais diversas degradações em todas as quatro fachadas do IPH, vimos que estas as atingem de forma diferente. Isto se dá ao perceber que a fachada Norte e Oeste apresentam um maior grau de manchas de umidade, com uma intensificada proliferação biológica, que vão desde pequenos fungos, até plantas de médio porte. Essa grande quantidade de plantas crescendo num substrato de argamassa e alvenaria é extremamente prejudicial para a integridade física da construção, visto a capacidade das raízes, somada à umidade, de criar fissuras.

Vimos, por outro lado, que a fachada leste, a que recebe mais insolação, não possui tantas manchas escuras de umidade, tampouco proliferação biológica, esta sim está grandemente coberta de manchas claras. Podemos pensar que são alterações cromáticas relacionadas à exposição ao sol, que altera o comportamento da tinta aplicada. Em relação a tinta, vimos que seu descascamento e empolamento representam boa parte das degradações encontradas, assim como o destacamento da argamassa. Isso denota uma grande necessidade de haver uma renovação desse material, mas feito de forma a respeitar as pré-existências, com materiais que sejam compatíveis com a edificação.

Tendo em vista essas informações, temos uma base sólida para pensar o restauro da edificação. Por isso, esse trabalho de conclusão de curso se propôs a traçar diferentes possibilidades de ação, baseando-se nos diferentes teóricos da restauração que foram essenciais para a construção de diferentes correntes de pensamentos e cartas patrimoniais. Vimos os ideais conservativos de John Ruskin, que a partir de sua valorização da antiguidade, permitiu que se valorizasse a passagem do tempo de forma a salientar as décadas de sobrevivência dessa edificação. A partir do restauro estilístico exemplificado com a teoria de Viollet-le-Duc, alguns caminhos foram propostos para que a edificação retornasse à sua imagem original de 1924, visto que ao longo do tempo, algumas de suas características neomouriscas foram anuladas.

Concluiu-se, portanto, a possibilidade do restabelecimento da pintura original listrada da edificação, além da recomposição de seus ornamentos faltantes. Foi abordado também o cenário de liberação da antiga fachada sul do instituto, que hoje é coberta pela transição de início do novo auditório, provavelmente construído nos anos 1970. No entanto, ao abordar o restauro filológico podemos pensar que essa edificação do auditório também possui algum valor perante o complexo, devido a uma idade já considerável, além de fazer parte do cotidiano da fundação por metade de sua existência. Por isso, o que pode ser feito é a eliminação parcial de sua estrutura, separando os dois blocos um do outro, fazendo assim que a antiga fachada seja "redescoberta" e o auditório ainda permaneça como objeto de demonstração da ação feita durante os anos. Da mesma forma, têm-se as possibilidades de recomposição dos elementos faltantes a partir da visão de Camilo Boito e Gustavo Giovannoni, que pregam a distinguibilidade das ações praticadas pelo restaurador. A partir disso têm-se os diversos caminhos para reconstruir essas lacunas com materiais diferentes, mas que conversem com o todo.

A partir das visões contemporâneas foi possível discutir sobre as recentes demandas perante o patrimônio e a importância de se pensar e teorizar de formas até contrastantes. No entanto, o que permeia esse pensamento é a total necessidade de destinação de um uso para essa edificação, já que sem uso podemos perceber que esta fica perdida num espaço tempo que apenas contribui para sua degradação acelerada. Dessa forma, discutimos diferentes formas de se ocupar o prédio do Parreiras Horta, seja pela longeva vontade de se fazer um memorial para a saúde, quanto transformá-la mais uma vez em laboratório.

Tendo isso em vista, extrai-se ao fim a vasta complexidade da área do restauro arquitetônico, que apesar de se agrupar diferentes correntes, não existe hoje a estrita necessidade de se ater a apenas uma. Na verdade, é comum conciliar diferentes pensamentos em um só projeto, afinal cada edificação exige uma particularidade diferente. Ao final podemos nos ater à extrema necessidade de ação perante o antigo prédio do Instituto Parreira Horta, já que vemos pouco a pouco um ícone do estado sumir perante nossos olhos.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AZEVEDO, Paulo Ormindo David de. A restauração arquitetônica entre o passado e o presente. 2003.

ACHIAMÉ, Giovana Gonçalves. Mapa de danos: diretrizes de representação gráfica em projetos de restauro/ Genildo Coelho Hautequestt Filho. – Vitória, ES: Instituto Histórico e Geográfico do Espírito Santo, 2017. Caderno de História n.60.

BENCHIMOL, Jaime Larry. **Retratos do cotidiano em Manguinhos**. História, Ciências, Saúde – Manguinhos, Rio de Janeiro, v.29, n.1, jan.-mar. 2022, p.215-243.

BENCHIMOL, Jaime Larry. Manguinhos do sonho à vida: a ciência na Belle Épooque /Coordenado por Jaime Larry Benchimol. – (Reimpressão atualizada) – Rio de Janeiro: Editora Fiocru

BOITO, Camilo. Os restauradores (Artes e Ofícios). São Paulo: Ateliê Editorial, 2008

CALASANS, José. **Aracaju e outros temas sergipanos** – 2ª edição. São Cristóvão: Editora UFS; Aracaju: IHGSE, 2013. 190p.:il – (Coleção Biblioteca Casa de Sergipe; 14)

CARTA DE VENEZA. Disponível em: http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Carta%20de%20Veneza%201964.pdf . Acesso em: 10 mar. 2024.

CARASEK, H. Patologia das argamassas de revestimento. In: Isaia, G. C. (Org.). Materiais de Construção e Princípios de Ciência e Engenharia de Materiais. São Paulo: IBRACON, 2007, v. 1, p. 1 – 11

CHAVES, Rubens Sabino Ribeiro. Aracaju, pra onde você vai? Aracaju, 2004

CHAVES, Ana Margarida Vaz Alves. Patologia e reabilitação de revestimentos de fachadas. 2009. Tese de Doutorado.

COSTA, R. G. R **Arquitetura Neo-mourisca no Rio de Janeiro**. In: COSTA, Renato da Gama-Rosa. Caminhos da Arquitetura em Manguinhos. FIOCRUZ, Casa Oswaldo Cruz, FAPERJ, Rio de Janeiro. 2003b. 77-87 p.

COSTA. R. G. R. **100 anos do Castelo da Fiocruz: criador e criatura**. 2018 Disponível em: <https://brasilianafotografica.bn.gov.br/?p=11758>. Acesso em: 22 mar. 2024.

COSTA, R. G. R., and PESSOA, A. J. S. **Um lugar para a ciência: a formação do campus de Manguinhos** [online]. Coordinator Benedito Tadeu de Oliveira. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 2003, 264 p. História e saúde collection. ISBN: 978-65-5708-113-6.

CRAVEN, Jackie. Egg-and-Dart Classical Ornamentation ThoughtCo, 2019 https://www.thoughtco.com/what-is-egg-and-dart-design-177272 (acesso em: 12 out 2024).

CRISTOFI, Renato Brancaglione. O orientalismo arquitetônico em São Paulo - 1895 - 1937 / Renato Brancaglione Cristofi. -- São Paulo, 2016. XXX p. : il.

DANTAS, Ibarê. História de Sergipe: República (1889-2000). Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 2004.

_____**Imunização, uma descoberta da ciência que vem salvando vidas desde o século XVIII**. Publicado em: 10/06/2021 Disponível em: <https://butantan.gov.br/noticias/imunizacao-uma-descoberta-da-ciencia-que-vem-salvando-vidas-desde-o-seculo-xviii>. Acesso em: 10 mar. 2024

Fon Fon : Semanario Alegre, Politico, Critico e Espusiante (RJ) - 1907 a 1958- DocReader Web. Disponível em: <https://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=259063&pesq=%22GRACCHO%20CARDOSO%22&hf=memoria.bn.br&pagfis=52835>. Acesso em: 10 mar. 2024c.

GIOVANNONI, Gustavo. Gustavo Giovannoni: Textos Escolhidos. Beatriz Kürl (organização). – Cotia, SP: Ateliê Editorial, 2013.

GOMIDE, José Hailon; SILVA, Patricia Reis da; BRAGA, Sylvia Maria Nelo. **Manual de elaboração de projetos de preservação do patrimônio cultural**. Brasília: Ministério da Cultura, Instituto do Programa Monumenta, 2005.

KÜHL, B. M. Notas sobre a Carta de Veneza. Anais do Museu Paulista, v. 18, n. 2, p. 287–320, 2010.

KÜHL, B. M. Os restauradores e o pensamento de Camilo Boito sobre a restauração. In: BOITO, Camillo. Os restauradores (Artes e Ofícios). São Paulo: Ateliê Editorial, 2008

KÜHL, B. M. (2006). História e ética na conservação e na restauração de monumentos históricos. Revista CPC, 1, 16-40.

KÜHL, B. M. Observações sobre os textos de Gustavo Giovannoni traduzidos nesta edição in GIOVANNONI, Gustavo. Gustavo Giovannoni: Textos Escolhidos. Beatriz Kürl (organização). – Cotia, SP: Ateliê Editorial, 2013.

NOGUEIRA, S. A. . Técnicas tradicionais da construção no trabalho de conservação e restauração arquitetônica: a experiência da Casa de Oswaldo Cruz na preservação do Pavilhão Mourisco., v. 27, p. 607-636, 2020.

NUNES, Maria Thetis**. Sergipe Provincial II (1840/1889)** – Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro; Aracaju, SE: Banco do Estado de Sergipe, 2006.

MOUGA, T., PROENÇA, N. Metodologias de controlo da flora infestante de monumentos – o caso da porta Especiosa da Sé Velha de Coimbra. "Estudos/Património" – Ciências e Técnicas aplicadas ao Património, 2005

MAGALHÃES, A. Cristian – Patologia de rebocos antigos. LNEC, Cadernos de Edifícios, nº 2, outubro de 2002.

PINHEIRO, Maria Lucia Bressan. Origens da noção de preservação do patrimônio cultural no Brasil. Risco Revista de Pesquisa em Arquitetura e Urbanismo (Online), n. 3, p. 4-14, 2006

PORTO, Fernando Figueiredo. A cidade do Aracaju 1855-1865: ensaio de evolução urbana – 2ªEd. Aracaju: Governo de Sergipe/FUNDESC, 1991.

RIBEIRO. Rosina Trevisan. Projeto de Intervenção: Definições e posturas. IN. RIBEIRO. Rosina Trevisan M; NÓBREGA. Claudia C. L. Projeto e Patrimônio; Reflexões e Aplicações. Rio de Janeiro; Rio Book's. 1 edição, 2016

RIBEIRO, Cecilia; LIRA, Flaviana. Autenticidade, integridade e significância cultural. In: Plano de gestão da conservação urbana: conceitos e métodos. Olinda: CECI, p. 32-43, 2012.

RIEGL, Alois. O culto moderno dos monumentos: a sua essência e a sua origem; 1ª Edição, São Paulo: Perspectiva, 2014.

REIS FILHO, Nestor Goulart. Quadro da Arquitetura no Brasil. 11º Edição. São Paulo: Perspectiva, 2006

RUSKIN, John. A lâmpada da memória; Tradução e apresentação Maria Lúcia Bressan Pinheiro; Revisão Beatriz e Gladys Mugayar Kühl. – Cotia-SP: Ateliê Editorial, 2008.

SANTANA, Antônio Samarone. As febres do Aracaju: dos miasmas aos micróbios. Aracaju, SE: O Autor, 2001

SANTOS, M. F. de J. (2014). Aos pés da águia alada: os grupos escolares e a infância sergipana nos tempos de Graccho Cardoso (1922-1926). *Interfaces Científicas - Educação*, *2*(3), 59–70. https://doi.org/10.17564/2316-3828.2014v2n3p59-70

SILVA Clodomir. Álbum de Sergipe: 1534 - 1920 : doação da terra, colonização, conquista, organização da capitania, independência / Clodomir de Souza e Silva. 1. reimpr. ed. fac-símile. Aracaju, SE : Infographics, 2019.

SILVA, E.D; NOGUEIRA, A. D. . ARQUITETURA ARACAJUANA: a imposição do tempo. 1. ed. São Cristóvão: editora UFS, 2018. v. 1. 214p .

SILVA. Fernando Fernandes da. As Cidades Brasileiras e o Patrimônio Cultural da Humanidade. 2 ed. - São Paulo: Peirópolis: Editora da Universidade de São Paulo, 2012

SILVA, Henrique Batista e. **Parreiras Horta: Vida e obra. Pioneiro da medicina científica em Sergipe** – Brasília: CFM, 2023.

SILVA, Henrique Batista e. **História da Medicina em Sergipe**. – Aracaju: Gráfica Editora J. Andrade Ltd, 2007.

SOBRINHO, Sebrão**. Laudas da história do Aracaju**. Prefeitura Municipal, 1955.

SOUSA, Vítor; BRITO, Jorge de – Rebocos tradicionais principais causas de degradação. Engenharia Civil. Lisboa : IST. n.º 23 (2005), p. 1-15.

TAVARES, Marta Lins. A conservação e o restauro de revestimentos exteriores de edifícios antigos: uma metodologia de estudo e reparação. LNEC, 2009.

TINOCO, Jorge Eduardo Lucena. Mapa de danos – recomendações básicas / Textos para discussão – série 2: Gestão de Restauro, Olinda: CECI, 2009

TINOCO, Jorge Eduardo Lucena. Ficha de Identificação de Danos – FID na modelagem de um Mapa de Danos. – Série 2:Gestão de Restauro. Olinda, 2019.

TIRELLO, Regina Andrade; CORREA, Rodolpho Henrique. Sistema normativo para mapa de danos de edifícios históricos aplicado à Lidgerwood Manufacturing Company de Campinas. **VI Colóquio Latinoamericano sobre Recuperação e Preservação do Patrimônio Industrial, São Paulo, Brazil**, 2012.

VIÑAS, Salvador Muñoz. Teoria contemporânea da Restauração. Flávio Calasarde, tradução. – Belo Horizonte: Editora UFMG. 2021.

VIOLLET-LE-DUC, Eugène-Emmanuel. Restauração. Ateliê Editorial, 2006.

ZANON, Maria Cecilia. Fon-Fon! - Um registro da vida mundana do Rio de Janeiro na belle époque. Patrimônio e Memória. UNESP-FCLAs-CEDAP,v.1,n.2. 2005.

ZONNO. F. V. Intervenções Artísticas e Arquitetônicas em Lugares de Memória: Valor artístico e modos de interpretar do lugar, 2016 *IN.* RIBEIRO. Rosina Trevisan M; NÓBREGA. Claudia C. L. Projeto e Patrimônio; Reflexões e Aplicações. Rio de Janeiro; Rio Book’s. 1 edição, 2016

APÊNDICES

APÊNDICE 1

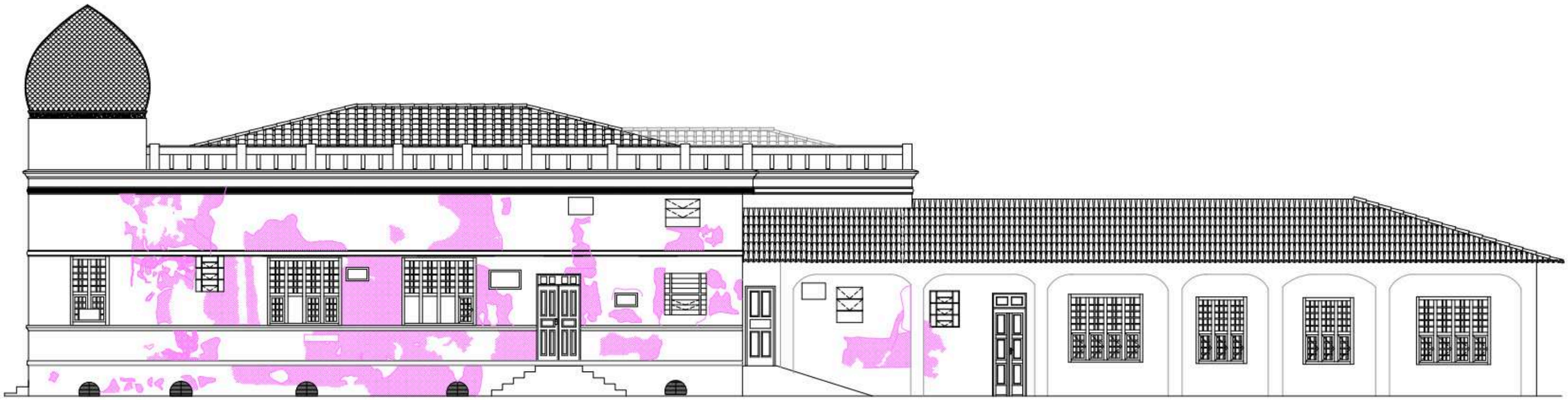
Fid 01/17 – Empolamento Da Camada De Tinta
Fid 02/17 – Empolamento Da Camada De Tinta
Fid 03/17 – Mancha De Umidade
Fid 04/17 – Mancha De Umidade
Fid 05/17 – Mancha De Umidade
Fid 06/17 – Mancha De Umidade
Fid 07/17 – Descascamento Da Camada De Tinta
Fid 08/17 – Descascamento Da Camada De Tinta
Fid 09/17 – Descascamento Da Camada De Tinta
Fid 10/17 – Descascamento Da Camada De Tinta
Fid 11/17 – Descascamento Da Camada De Tinta
Fid 12/17 – Destacamento De Argamassa
Fid 13/17 – Destacamento De Argamassa
Fid 14/17 – Destacamento De Argamassa
Fid 15/17 – Destacamento De Argamassa
Fid 16/17 – Destacamento De Argamassa
Fid 17/17 – Alteração Cromática

FICHA DE IDENTIFICAÇÃO DE DANOS

FID 01/17

Edificação: **ANTIGO INSTITUTO PARREIRAS HORTA**	Tipologia: **EDIFÍCIO DE SAÚDE**	Dano: **EMPOLAMENTO DA CAMADA DE TINTA**	Localização:	Hachura:
Endereço: **R. CAMPO DO BRITO, 551 - SALGADO FILHO, ARACAJU - SE**	Substrato: **ALVENARIA**		Código:	

DESENHO:



MANIFESTAÇÕES

Presença de bolhas e estufamento na camada de tinta

CAUSAS

Podem estar relacionadas a um acúmulo de umidade na camada de tinta. A qualidade e a compatibilidade dessa tinta com o substrato também devem ser levadas em consideração

TRATAMENTO

Limpeza ou reconstituição da camada afetada

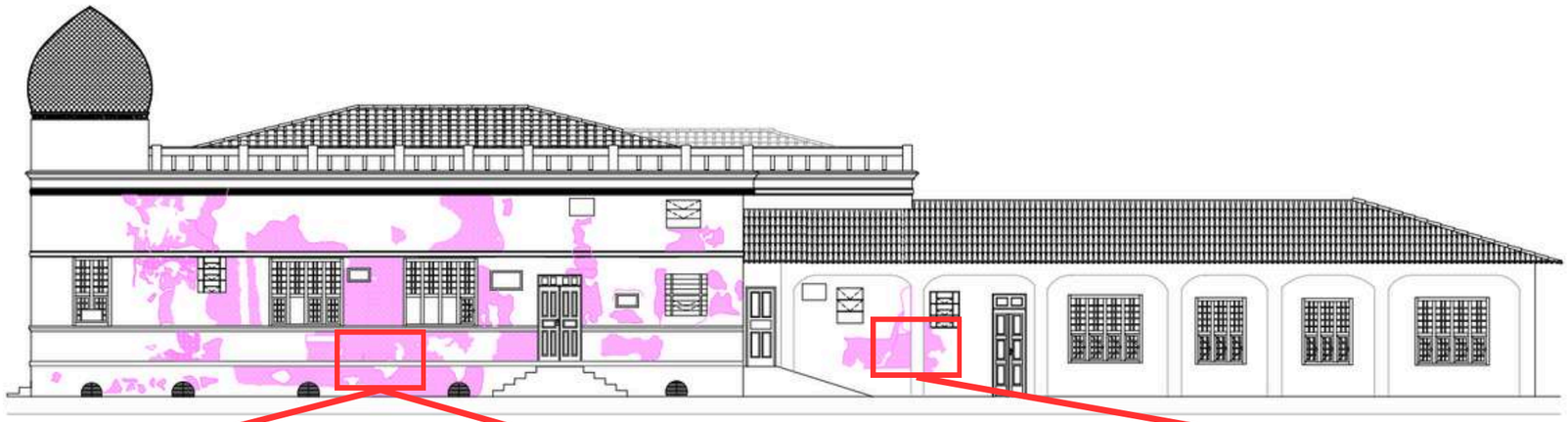
FOTOS:

FICHA DE IDENTIFICAÇÃO DE DANOS

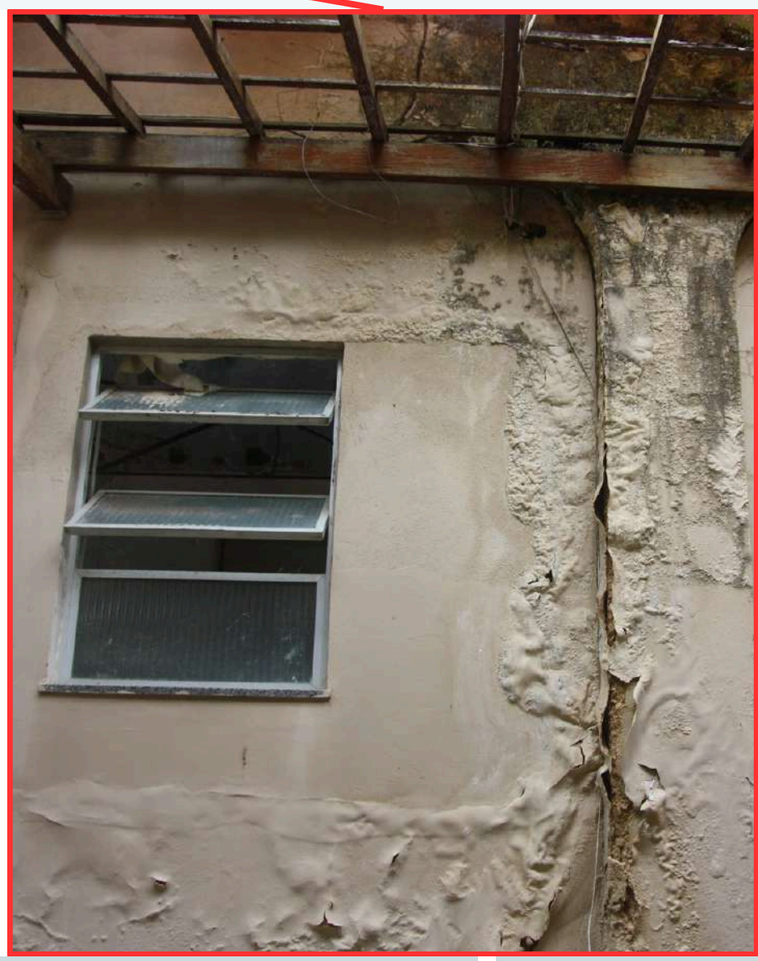
FID 02/17

Edificação: **ANTIGO INSTITUTO PARREIRAS HORTA**	Tipologia: **EDIFÍCIO DE SAÚDE**	Dano: **EMPOLAMENTO DA CAMADA DE TINTA**	Localização: Fachada Oeste	Hachura:
Endereço: **R. CAMPO DO BRITO, 551 - SALGADO FILHO, ARACAJU - SE**	Substrato: **ALVENARIA**		Código:	

DESENHO:



FOTOS:



Edificação: **ANTIGO INSTITUTO PARREIRAS HORTA**

Endereço: **R. CAMPO DO BRITO, 551 - SALGADO FILHO, ARACAJU - SE**

Tipologia: **EDIFÍCIO DE SAÚDE**

Substrato: **ALVENARIA**

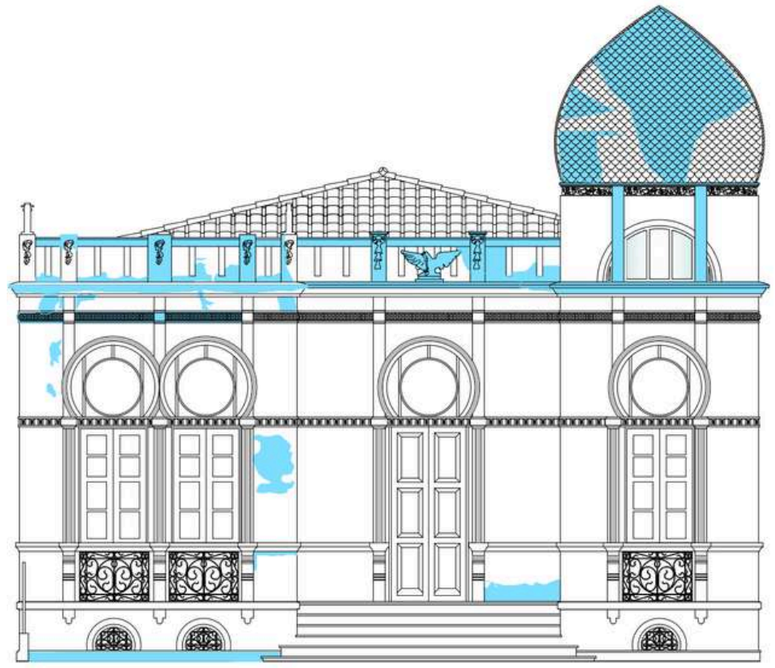
Dano: **MANCHA DE UMIDADE**

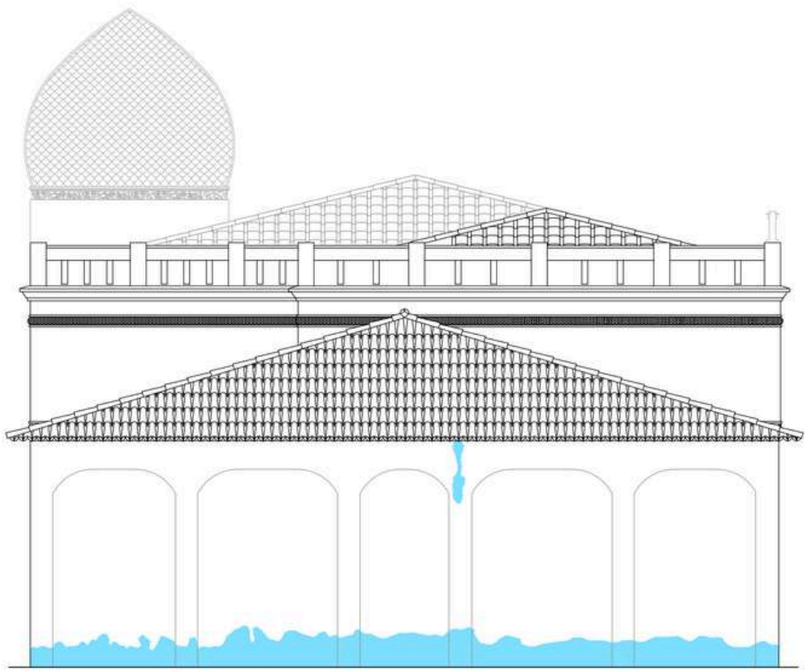
Localização: Fachada norte/sul

Código:

Hachura:

DESENHO:





MANIFESTAÇÕES

Escurecimento da superfície que apresenta um maior contato com o acúmulo de água e sujidades. Ocorrem com maior frequência nas extremidades da construção, com nos casos em que se manifesta por toda a base de algumas fachadas num sentido ascendente, ou mesmo das platibanda para o solo, nesse caso descendente.

CAUSAS

Acúmulo de água e sujidades como poeira, fuligem, poluição atmosférica etc. Pode estar também relacionado ao contato com fezes de animais e outros materiais orgânicos.

TRATAMENTO

Para Achiamé (2017), poderá ser feita uma limpeza com água e sabão neutro no local afetado, utilizando-se de escovas com cerdas duras. No entanto, é necessário salientar que cada material de revestimento tem suas particularidades e métodos de limpeza, que podem ser por via seca ou úmida. Apresentado por Tavares (2009), a via seca pode ser feita por meio de trinchas e esponjas macias ou mesmo por jateamento de baixa pressão com material abrasivo. Se o problema estiver relacionado à fundação e ao solo, um sistema de drenagem deve ser estudado, junto com a impermeabilização da estrutura de fundação através de um corte na sua estrutura para aplicação do material correto (Achiamé, 2017).

FICHA DE IDENTIFICAÇÃO DE DANOS

FID 04/17

Edificação: **ANTIGO INSTITUTO PARREIRAS HORTA**

Endereço: **R. CAMPO DO BRITO, 551 - SALGADO FILHO, ARACAJU - SE**

Tipologia: **EDIFÍCIO DE SAÚDE**

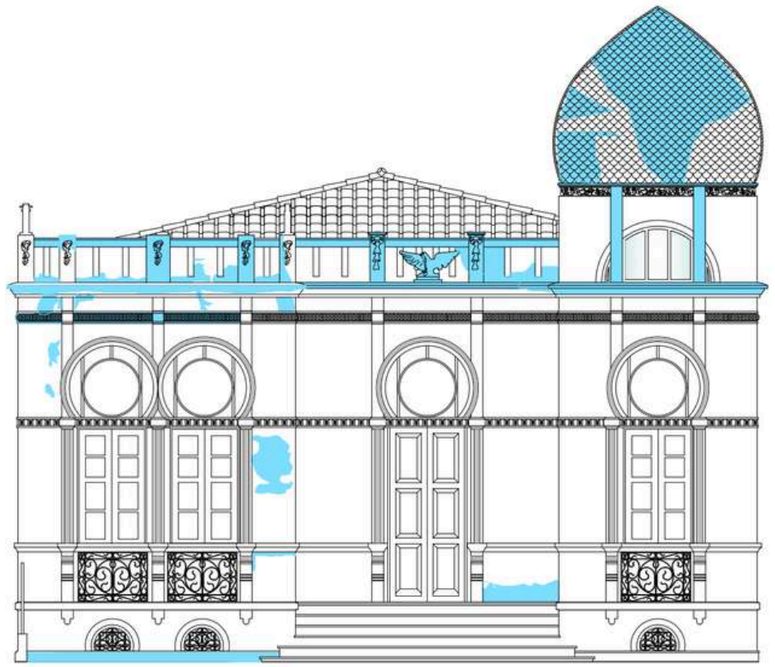
Substrato: **ALVENARIA**

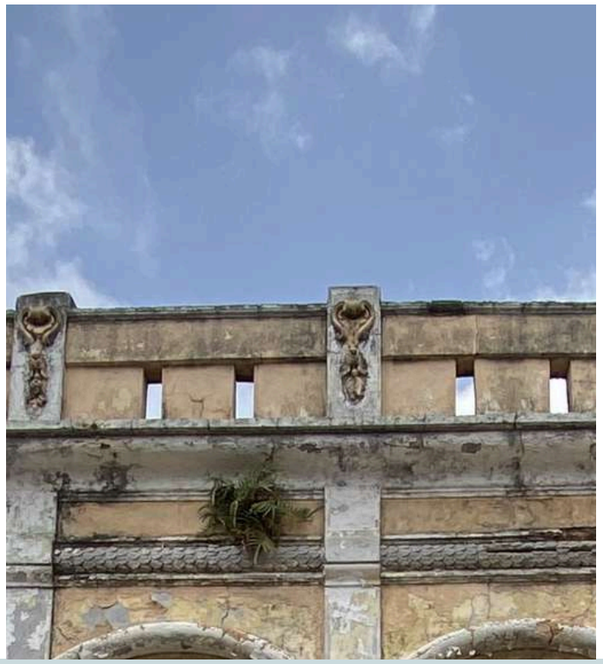
Dano: **MANCHA DE UMIDADE**

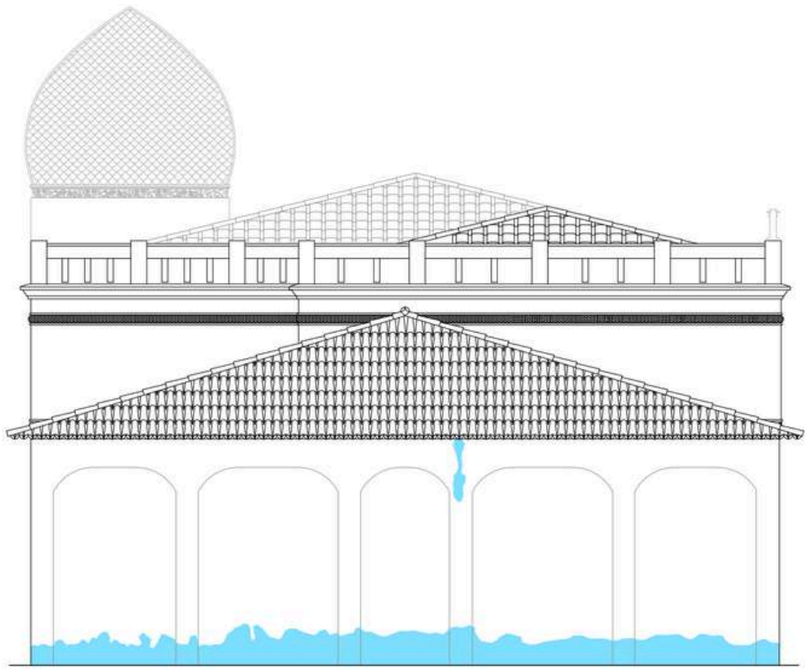
Localização: Fachada norte/sul

Código:

Hachura:







UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE

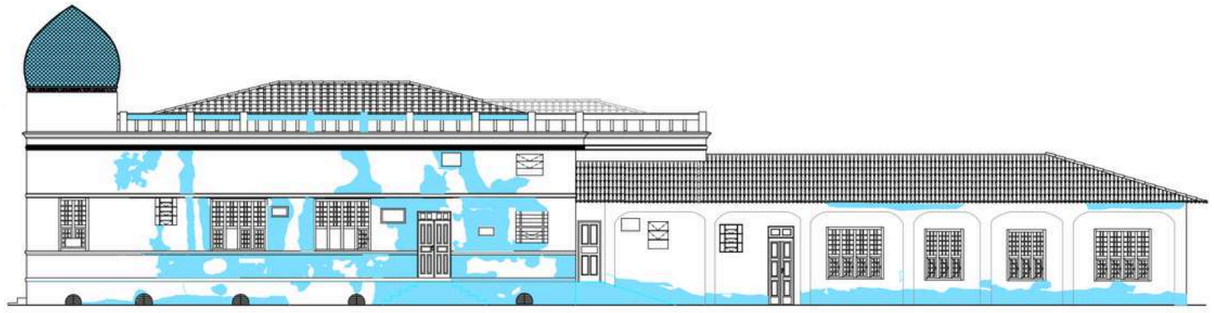
DATA DE VISTORIA: 19/03/24 | 22/08/24 || AUTOR: DANIEL RIBEIRO CHAVES ALVES || DESENHO DE BASE: OFICINA DE PROJETOS

FICHA DE IDENTIFICAÇÃO DE DANOS

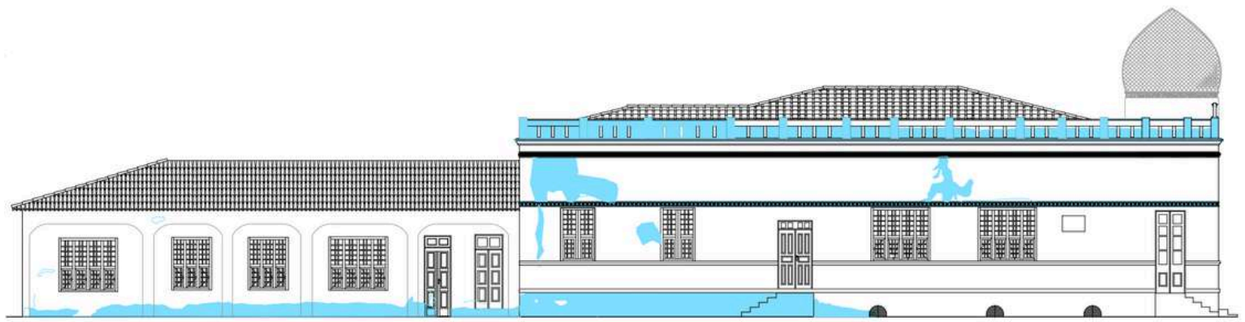
FID 05/17

Edificação: **ANTIGO INSTITUTO PARREIRAS HORTA**	Tipologia: **EDIFÍCIO DE SAÚDE**	Dano: **MANCHA DE UMIDADE**	Localização: Oeste/Leste	Hachura:
Endereço: **R. CAMPO DO BRITO, 551 - SALGADO FILHO, ARACAJU - SE**	Substrato: **ALVENARIA**		Código:	

DESENHO:



FACHADA OESTE
ESC. 1/75



MANIFESTAÇÕES

Escurecimento da superfície que apresenta um maior contato com o acúmulo de água e sujidades. Ocorrem com maior frequência nas extremidades da construção, com nos casos em que se manifesta por toda a base de algumas fachadas num sentido ascendente, ou mesmo das platibanda para o solo, nesse caso descendente.

CAUSAS

Acúmulo de água e sujidades como poeira, fuligem, poluição atmosférica etc. Pode estar também relacionado ao contato com fezes de animais e outros materiais orgânicos.

TRATAMENTO

Para Achiamé (2017), poderá ser feita uma limpeza com água e sabão neutro no local afetado, utilizando-se de escovas com cerdas duras. No entanto, é necessário salientar que cada material de revestimento tem suas particularidades e métodos de limpeza, que podem ser por via seca ou úmida. Apresentado por Tavares (2009), a via seca pode ser feita por meio de trinchas e esponjas macias ou mesmo por jateamento de baixa pressão com material abrasivo. Se o problema estiver relacionado à fundação e ao solo, um sistema de drenagem deve ser estudado, junto com a impermeabilização da estrutura de fundação através de um corte na sua estrutura para aplicação do material correto (Achiamé, 2017).

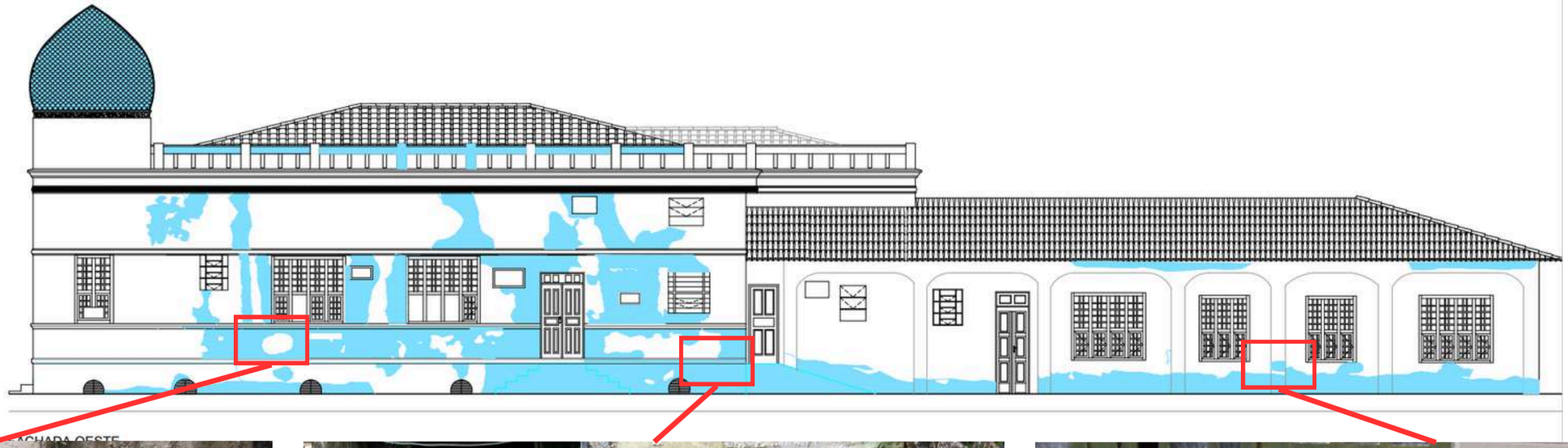
FICHA DE IDENTIFICAÇÃO DE DANOS

FID 06/17

Edificação: **ANTIGO INSTITUTO PARREIRAS HORTA**	Tipologia: **EDIFÍCIO DE SAÚDE**	Dano: **MANCHA DE UMIDADE**	Localização:
Endereço: **R. CAMPO DO BRITO, 551 - SALGADO FILHO, ARACAJU - SE**	Substrato: **ALVENARIA**		Código:

Hachura:

DESENHO:



FOTOS:

Edificação: **ANTIGO INSTITUTO PARREIRAS HORTA**

Endereço: **R. CAMPO DO BRITO, 551 - SALGADO FILHO, ARACAJU - SE**

Tipologia: **EDIFÍCIO DE SAÚDE**

Substrato: **ALVENARIA**

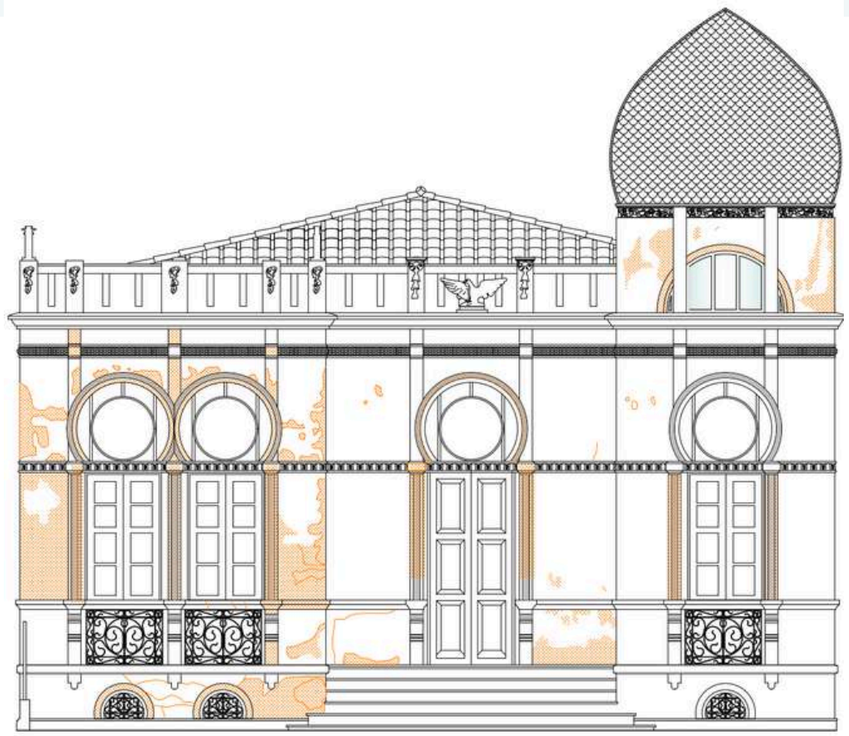
Dano: **DESCASCAMENTO DA CAMADA DE TINTA**

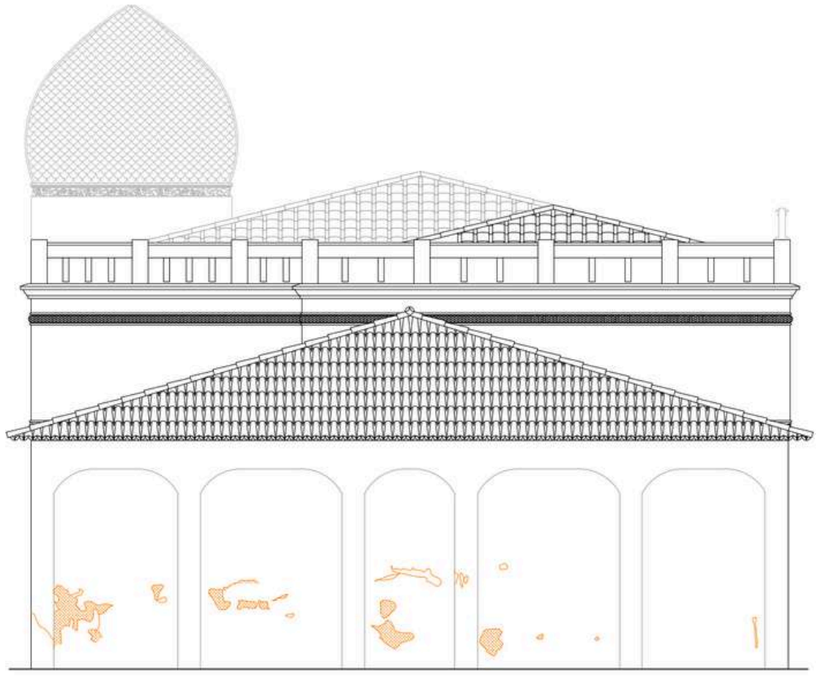
Localização:

Código:

Hachura:

DESENHO:





MANIFESTAÇÕES

Perda de aderência de camadas mais externas do revestimento. No exemplo, manifestado através do descascamento de camadas de tinta de reformas recentes.

CAUSAS

Para Achiamé (2017) isso pode acontecer por uma pintura mal executada, a partir de um substrato úmido no momento, excesso de repinturas sem um tratamento adequado, materiais incompatíveis com a construção etc.

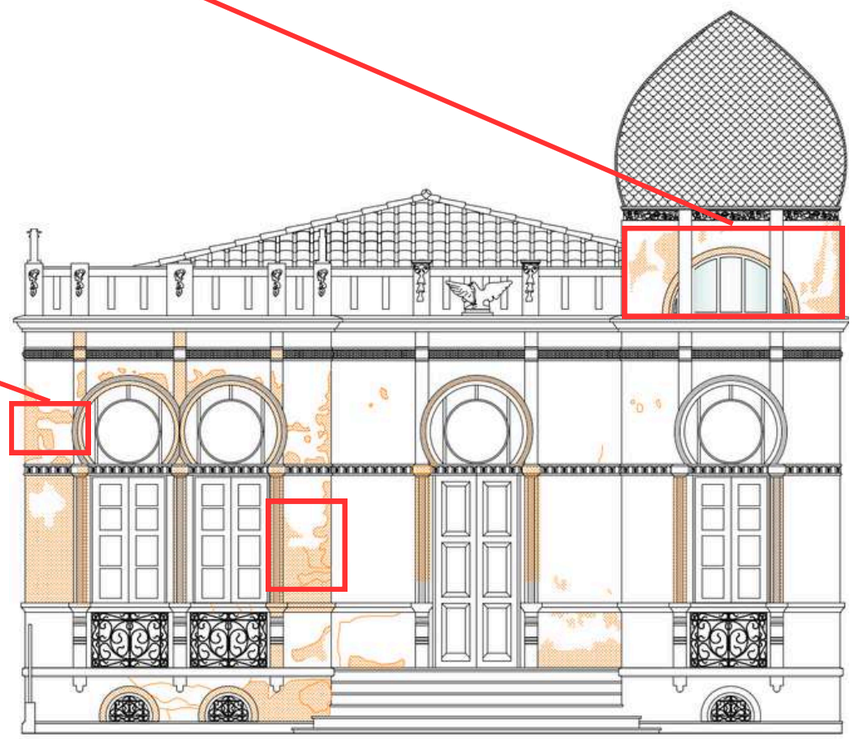
TRATAMENTO

Remoção da camada de tinta feita mais recentemente, já que está comprometida em grande parte, devendo, portanto, ser refeita de acordo com as necessidades da construção.

FICHA DE IDENTIFICAÇÃO DE DANOS

FID 08/17

Edificação: **ANTIGO INSTITUTO PARREIRAS HORTA**	Tipologia: **EDIFÍCIO DE SAÚDE**	Dano: **DESCASCAMENTO DA CAMADA DE TINTA**	Localização:	Hachura:
Endereço: **R. CAMPO DO BRITO, 551 - SALGADO FILHO, ARACAJU - SE**	Substrato: **ALVENARIA**		Código:	

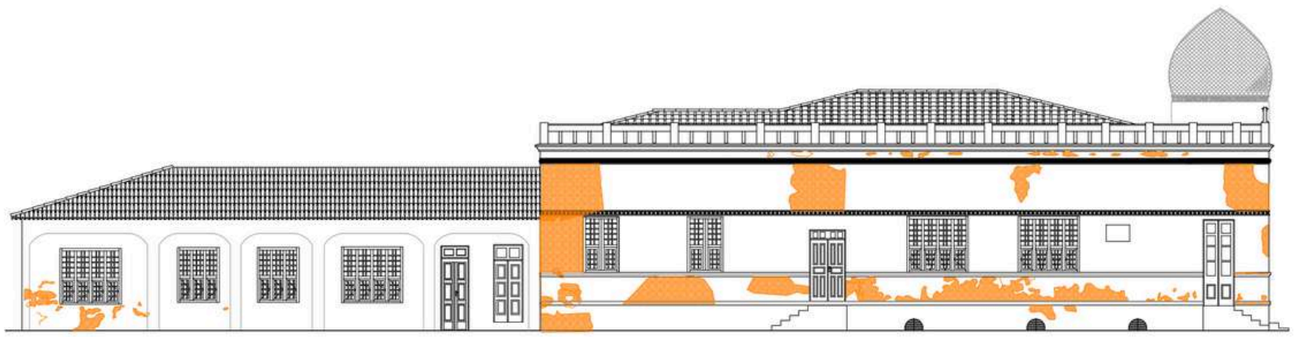


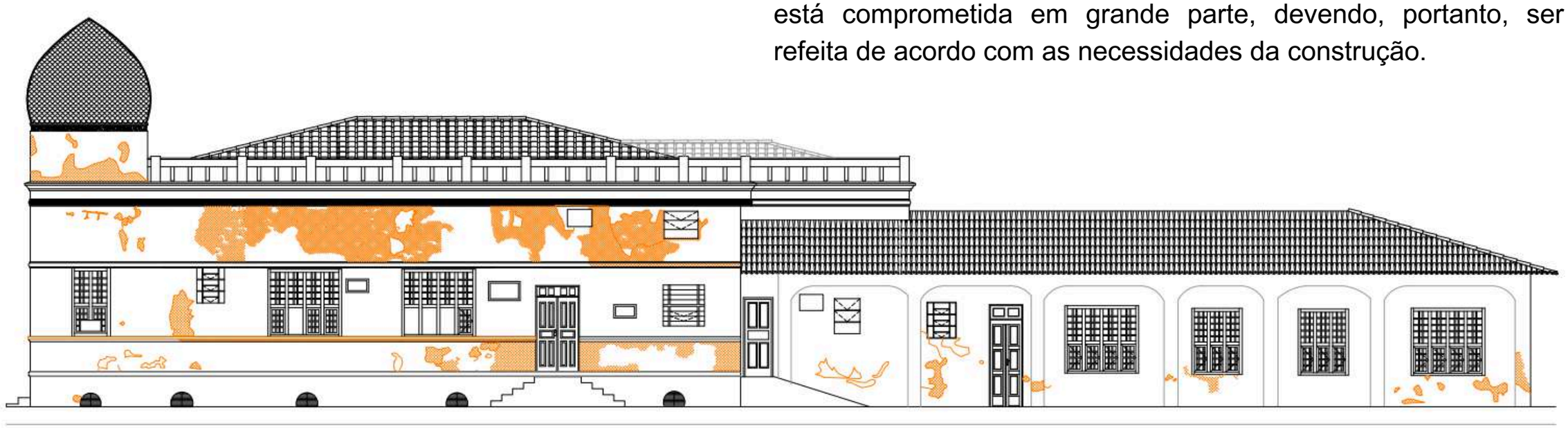
FICHA DE IDENTIFICAÇÃO DE DANOS

FID 09/17

Edificação: **ANTIGO INSTITUTO PARREIRAS HORTA**	Tipologia: **EDIFÍCIO DE SAÚDE**	Dano: **DESCASCAMENTO DA CAMADA DE TINTA**	Localização:	Hachura:
Endereço: **R. CAMPO DO BRITO, 551 - SALGADO FILHO, ARACAJU - SE**	Substrato: **ALVENARIA**		Código:	

DESENHO:





MANIFESTAÇÕES

Perda de aderência de camadas mais externas do revestimento. No exemplo, manifestado através do descascamento de camadas de tinta de reformas recentes.

CAUSAS

Para Achiamé (2017) isso pode acontecer por uma pintura mal executada, a partir de um substrato úmido no momento, excesso de repinturas sem um tratamento adequado, materiais incompatíveis com a construção etc.

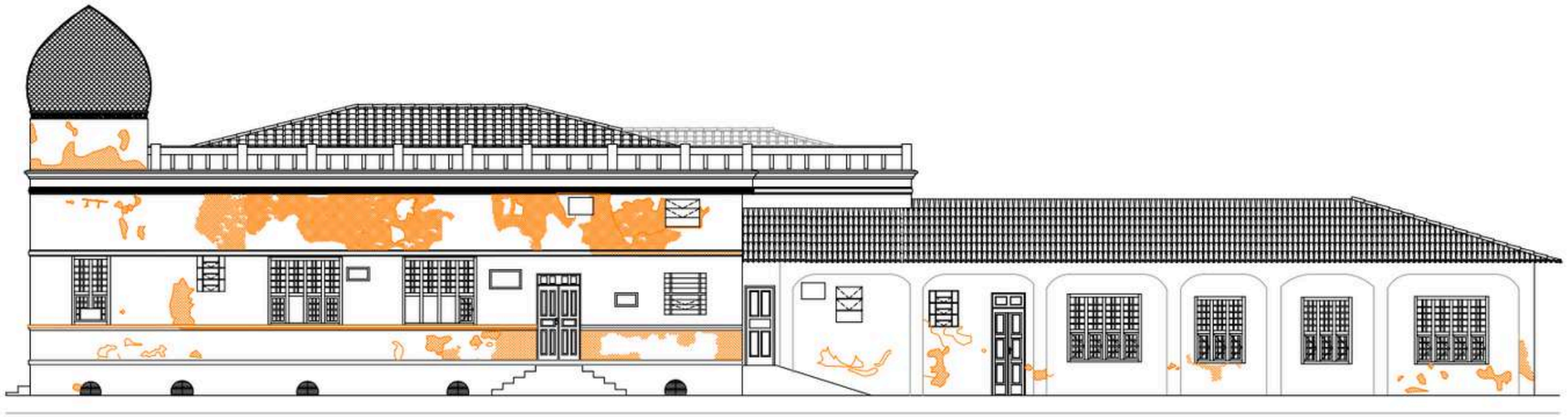
TRATAMENTO

Remoção da camada de tinta feita mais recentemente, já que está comprometida em grande parte, devendo, portanto, ser refeita de acordo com as necessidades da construção.

FOTOS:

Edificação: **ANTIGO INSTITUTO PARREIRAS HORTA**	Tipologia: **EDIFÍCIO DE SAÚDE**	Dano: **DESCASCAMENTO DA CAMADA DE TINTA**	Localização:	Hachura:
Endereço: **R. CAMPO DO BRITO, 551 - SALGADO FILHO, ARACAJU - SE**	Substrato: **ALVENARIA**		Código:	

DESENHO:



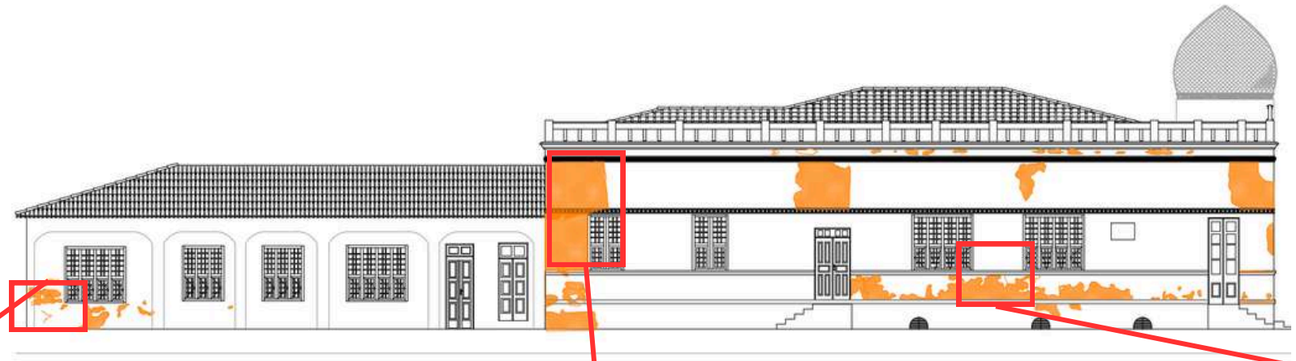
FOTOS:

FICHA DE IDENTIFICAÇÃO DE DANOS

FID 11/17

Edificação: **ANTIGO INSTITUTO PARREIRAS HORTA**	Tipologia: **EDIFÍCIO DE SAÚDE**	Dano: **DESCASCAMENTO DA CAMADA DE TINTA**	Localização:	Hachura:
Endereço: **R. CAMPO DO BRITO, 551 - SALGADO FILHO, ARACAJU - SE**	Substrato: **ALVENARIA**		Código:	

DESENHO:



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE

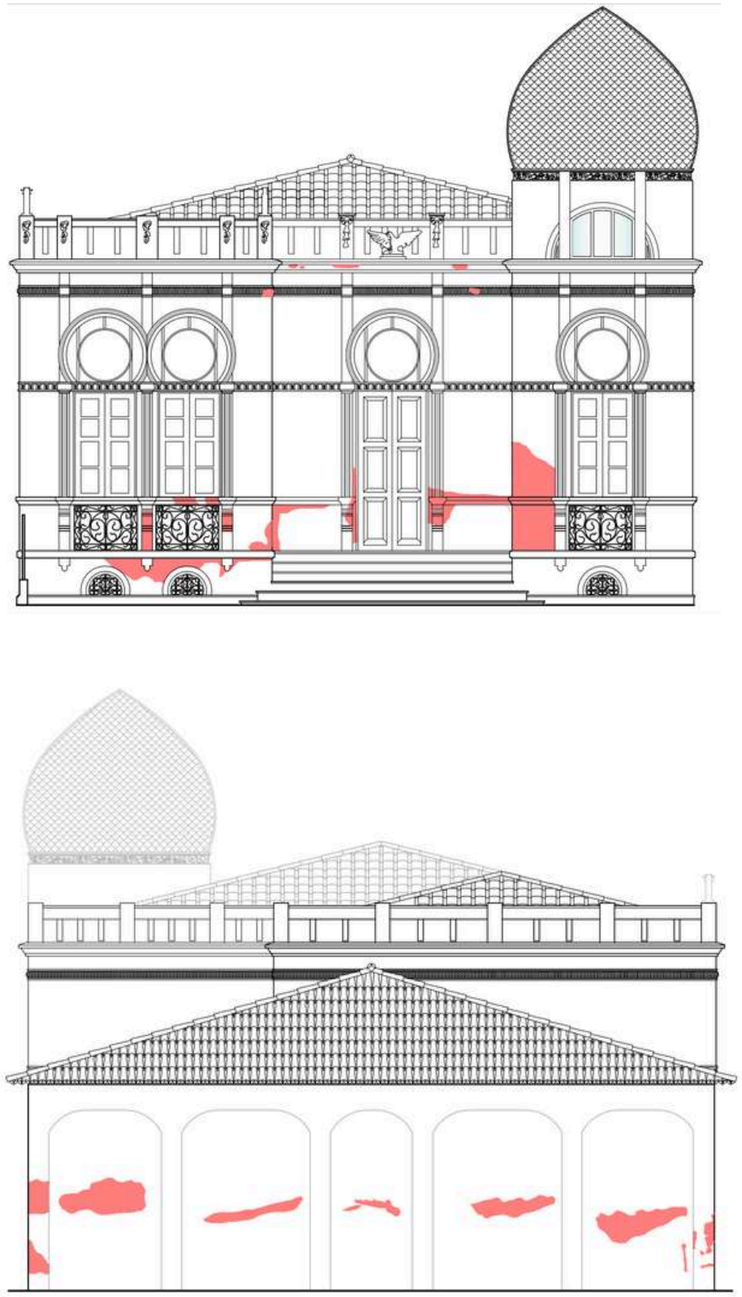
DATA DE VISTORIA: 19/03/24 | 22/08/24 || **AUTOR: DANIEL RIBEIRO CHAVES ALVES** || **DESENHO DE BASE: OFICINA DE PROJETOS**

FICHA DE IDENTIFICAÇÃO DE DANOS

FID 12/17

Edificação: **ANTIGO INSTITUTO PARREIRAS HORTA**	Tipologia: **EDIFÍCIO DE SAÚDE**	Dano: **DESTACAMENTO DE ARGAMASSA**	Localização:	Hachura:
Endereço: **R. CAMPO DO BRITO, 551 - SALGADO FILHO, ARACAJU - SE**	Substrato: **ALVENARIA**		Código:	

DESENHO:



FOTOS:

MANIFESTAÇÕES

Perda de uma camada mais espessa de argamassa, expondo ou não a alvenaria na construção.

CAUSAS

Muitas podem ser as causas para o destacamento desses materiais, incluindo a própria retirada mecânica proposital. No entanto, quando se é abordado os meios patológicos, é observada uma má composição dessa argamassa, podendo conter um alto grau de cimento ou cal, resultando num produto desequilibrado e de difícil aderência. A umidade também pode agravar a situação, causando um substrato que não cumpre sua função de segurar a argamassa

TRATAMENTO

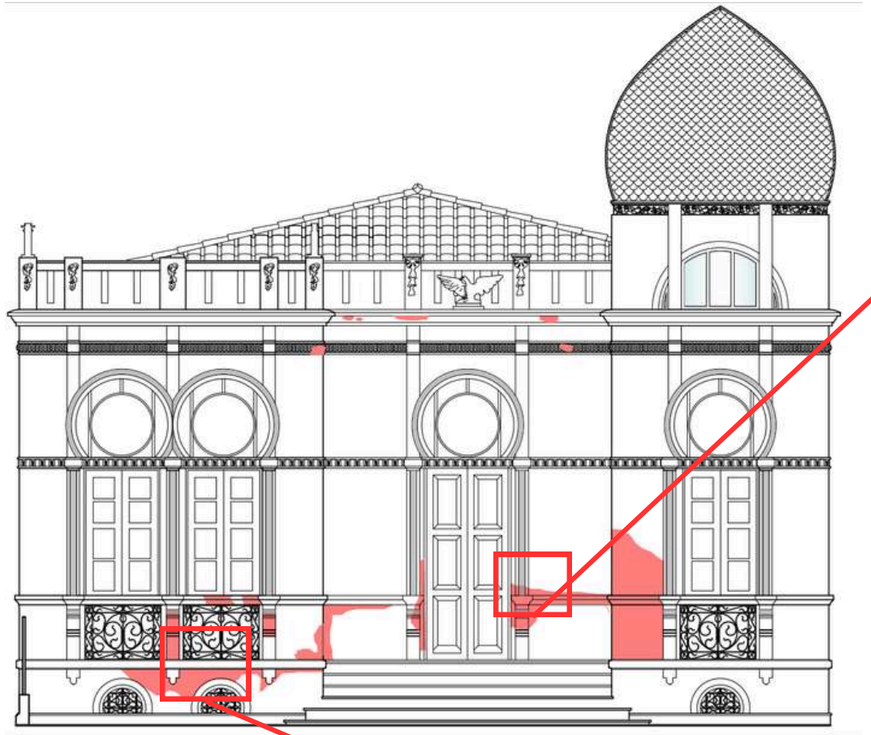
Observação para determinar se há algum padrão que cause a degradação, além de um estudo mais aprofundado da composição que mais se adequa ao substrato de alvenaria existente. Isto deverá ser feito para que ocorra uma devida recomposição do material, evitando que o mesmo dano volte pouco tempo depois.

FICHA DE IDENTIFICAÇÃO DE DANOS

FID 13/17

Edificação: **ANTIGO INSTITUTO PARREIRAS HORTA**	Tipologia: **EDIFÍCIO DE SAÚDE**	Dano: **DESTACAMENTO DE ARGAMASSA**	Localização:
Endereço: **R. CAMPO DO BRITO, 551 - SALGADO FILHO, ARACAJU - SE**	Substrato: **ALVENARIA**		Código:

Hachura:



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE

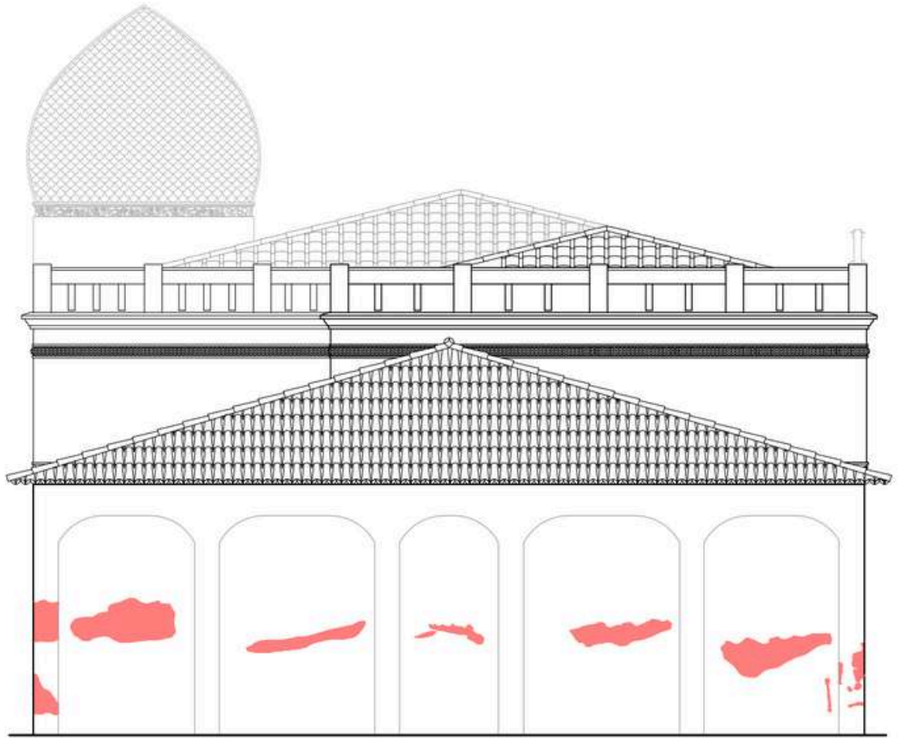
DATA DE VISTORIA: 19/03/24 | 22/08/24 || **AUTOR: DANIEL RIBEIRO CHAVES ALVES** || **DESENHO DE BASE: OFICINA DE PROJETOS**

FICHA DE IDENTIFICAÇÃO DE DANOS

FID 14/17

Edificação: **ANTIGO INSTITUTO PARREIRAS HORTA**	Tipologia: **EDIFÍCIO DE SAÚDE**	Dano: **DESTACAMENTO DE ARGAMASSA**	Localização:
Endereço: **R. CAMPO DO BRITO, 551 - SALGADO FILHO, ARACAJU - SE**	Substrato: **ALVENARIA**		Código:

Hachura:



Edificação: **ANTIGO INSTITUTO PARREIRAS HORTA**	Tipologia: **EDIFÍCIO DE SAÚDE**	Dano: **DESTACAMENTO DE ARGAMASSA**	Localização:	Hachura:
Endereço: **R. CAMPO DO BRITO, 551 - SALGADO FILHO, ARACAJU - SE**	Substrato: **ALVENARIA**		Código:	

MANIFESTAÇÕES

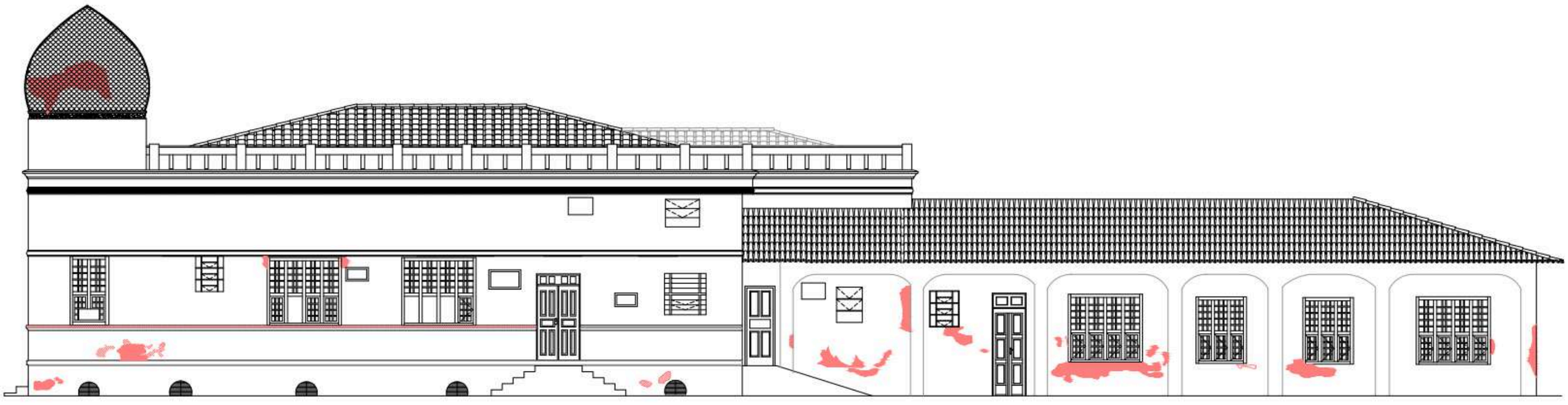
Perda de uma camada mais espessa de argamassa, expondo ou não a alvenaria na construção.

CAUSAS

Muitas podem ser as causas para o destacamento desses materiais, incluindo a própria retirada mecânica proposital. No entanto, quando se é abordado os meios patológicos, é observada uma má composição dessa argamassa, podendo conter um alto grau de cimento ou cal, resultando num produto desequilibrado e de difícil aderência. A umidade também pode agravar a situação, causando um substrato que não cumpre sua função de segurar a argamassa

TRATAMENTO

Observação para determinar se há algum padrão que cause a degradação, além de um estudo mais aprofundado da composição que mais se adequa ao substrato de alvenaria existente. Isto deverá ser feito para que ocorra uma devida recomposição do material, evitando que o mesmo dano volte pouco tempo depois.

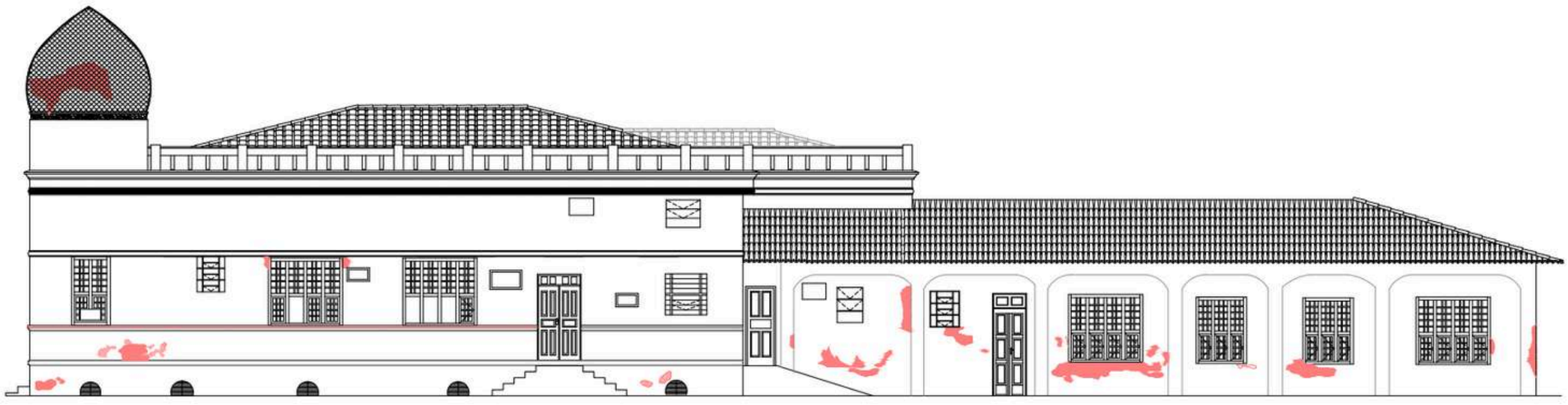


FACHADA OESTE
ESC. 1/75

FICHA DE IDENTIFICAÇÃO DE DANOS

FID 16/17

Edificação: **ANTIGO INSTITUTO PARREIRAS HORTA**	Tipologia: **EDIFÍCIO DE SAÚDE**	Dano: **DESTACAMENTO DE ARGAMASSA**	Localização:	Hachura:
Endereço: **R. CAMPO DO BRITO, 551 - SALGADO FILHO, ARACAJU - SE**	Substrato: **ALVENARIA**		Código:	



FACHADA OESTE
ESC. 1/75

Edificação: **ANTIGO INSTITUTO PARREIRAS HORTA**	Tipologia: **EDIFÍCIO DE SAÚDE**	Dano: **ALTERAÇÃO CROMÁTICA**	Localização:	Hachura:
Endereço: **R. CAMPO DO BRITO, 551 - SALGADO FILHO, ARACAJU - SE**	Substrato: **ALVENARIA**		Código:	

MANIFESTAÇÕES

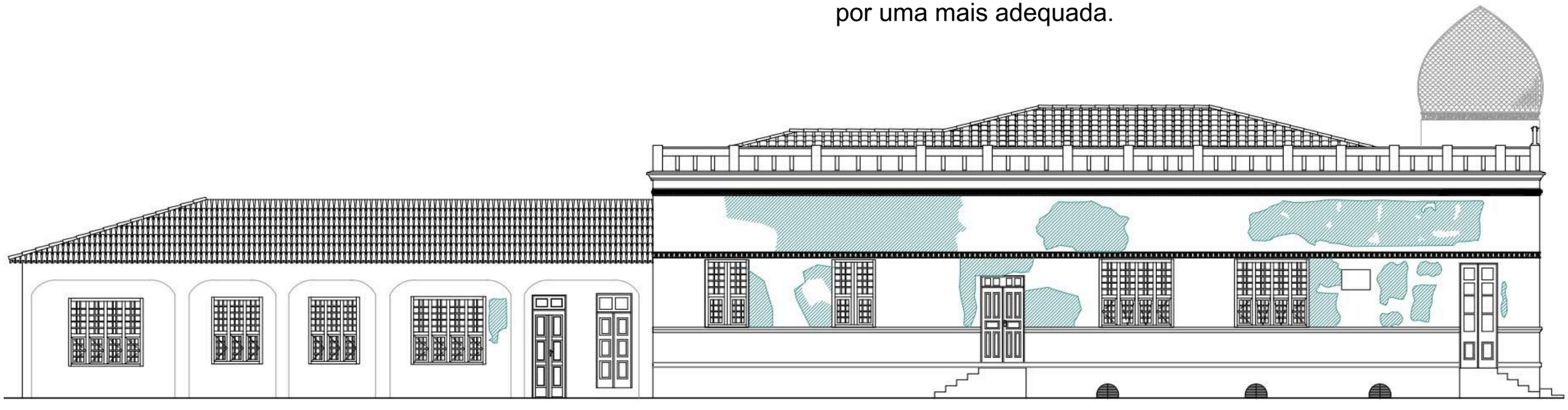
Variação da cor da tinta. Predominante na fachada Leste, apresenta um tom mais claro da tinta bege.

CAUSAS

Pode estar relacionado a qualidade da tinta utilizada na última reforma. Uma grande oxidação do material devido a seu contato com o microclima. Além de grande exposição ao sol.

TRATAMENTO

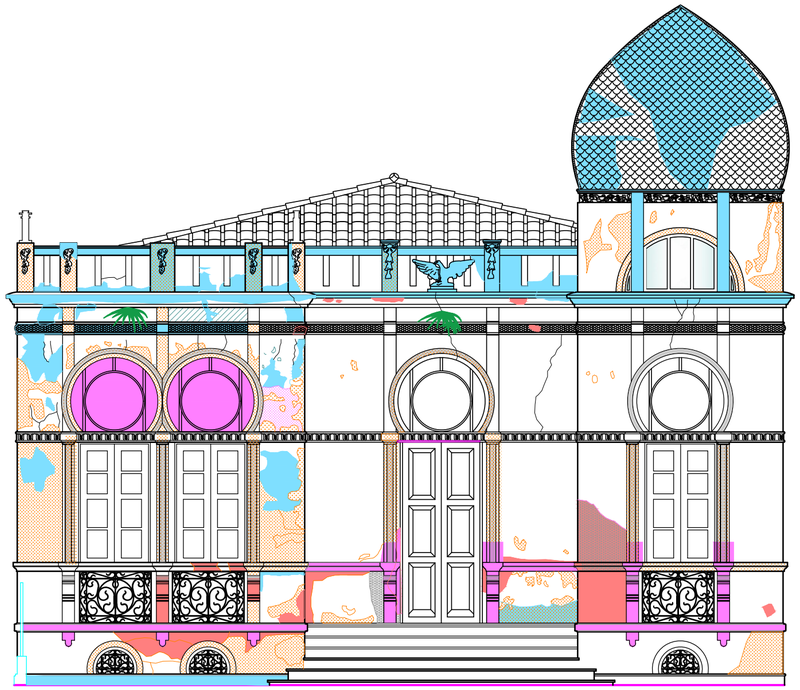
Como a camada de pintura apresenta uma grande fragilidade em outras fachadas a partir de seu descascamento ou destacamento, vê-se a necessidade da substituição dessa camada de de tinta por uma mais adequada.



APÊNDICE 2

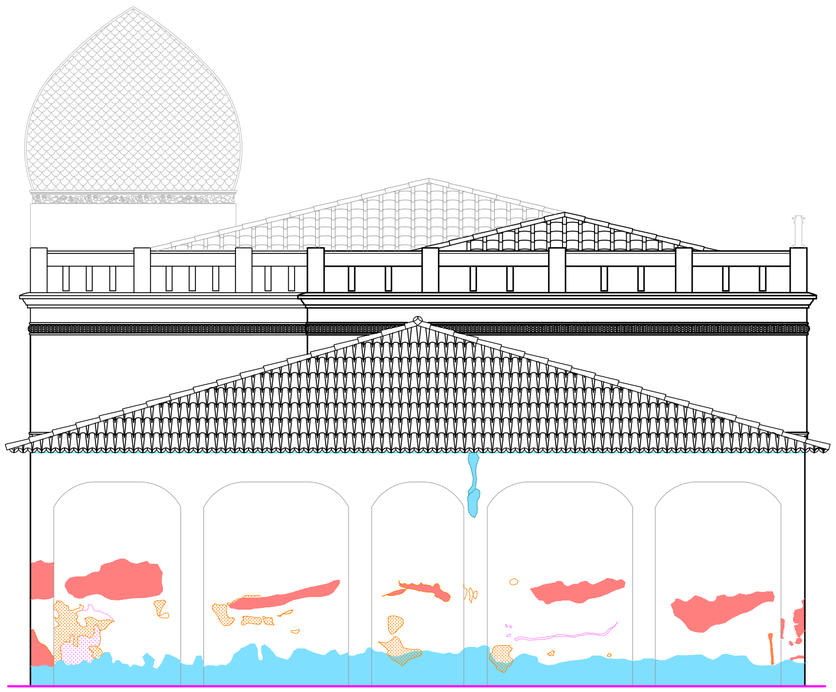
Mapa De Danos Geral – Fachada Norte/ Fachada Sul

Mapa De Danos Geral – Fachada Oeste/ Fachada Leste



FACHADA NORTE

ESC. 1/75



FACHADA SUL

ESC. 1/75

LEGENDA

- UMIDADE
- DESTACAMENTO DE ARGAMASSA
- DESCASMENTO DA CAMADA DE TINTA
- EMPOLAMENTO DA CAMADA DE TINTA
- ALTERAÇÃO CROMÁTICA
- FISSURA
- PERDA OU FRAGMENTAÇÃO DE ORNATOS
- APLICAÇÃO DE ARGAMASSA CIMENTÍCIA
- COLONIZAÇÃPO BIOLÓGICA
- VEGETAÇÃO

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE

PROJETO: MAPEAMENTO GRÁFICO - ANTIGA SEDE DO INSTITUTO PARREIRAS HORTA

CONTEÚDO: FACHADA NORTE / FACHADA SUL

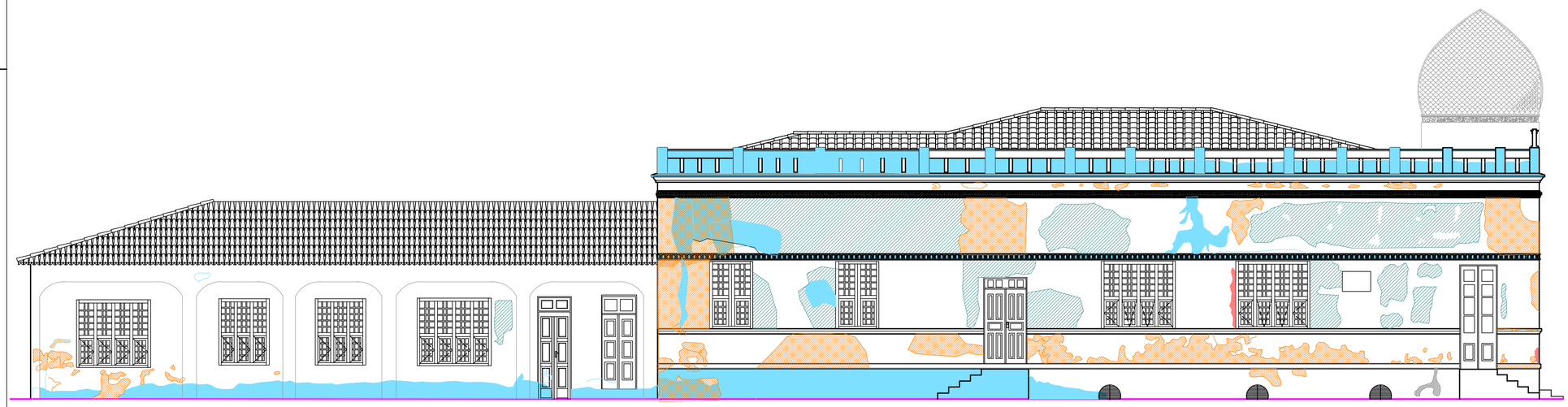
ENDEREÇO: RUA CAMPO DO BRITO, 551 - SALGADO FILHO, ARACAJU - SE

AUTOR: DANIEL RIBEIRO CHAVES ALVES

DATA: SET/2024 | ESCALA: 1/100 | PRANCHA: 01/02

A3

FACHADA OESTE
ESC. 1/75



FACHADA LESTE
ESC. 1/75

LEGENDA

- UMIDADE
- DESTACAMENTO DE ARGAMASSA
- DESCASMENTO DA CAMADA DE TINTA
- EMPOLAMENTO DA CAMADA DE TINTA
- ALTERAÇÃO CROMÁTICA
- FISSURA
- PERDA OU FRAGMENTAÇÃO DE ORNATOS
- APLICAÇÃO DE ARGAMASSA CIMENTÍCIA
- COLONIZAÇÃPO BIOLÓGICA
- VEGETAÇÃO

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE

PROJETO: MAPEAMENTO GRÁFICO - ANTIGA SEDE DO INSTITUTO PARREIRAS HORTA

CONTEÚDO: FACHADA NORTE / FACHADA SUL

ENDEREÇO: RUA CAMPO DO BRITO, 551 - SALGADO FILHO, ARACAJU - SE

AUTOR: DANIEL RIBEIRO CHAVES ALVES

DATA: SET/2024 | ESCALA: 1/100 | PRANCHA: 02/02

A2

APÊNDICE 3

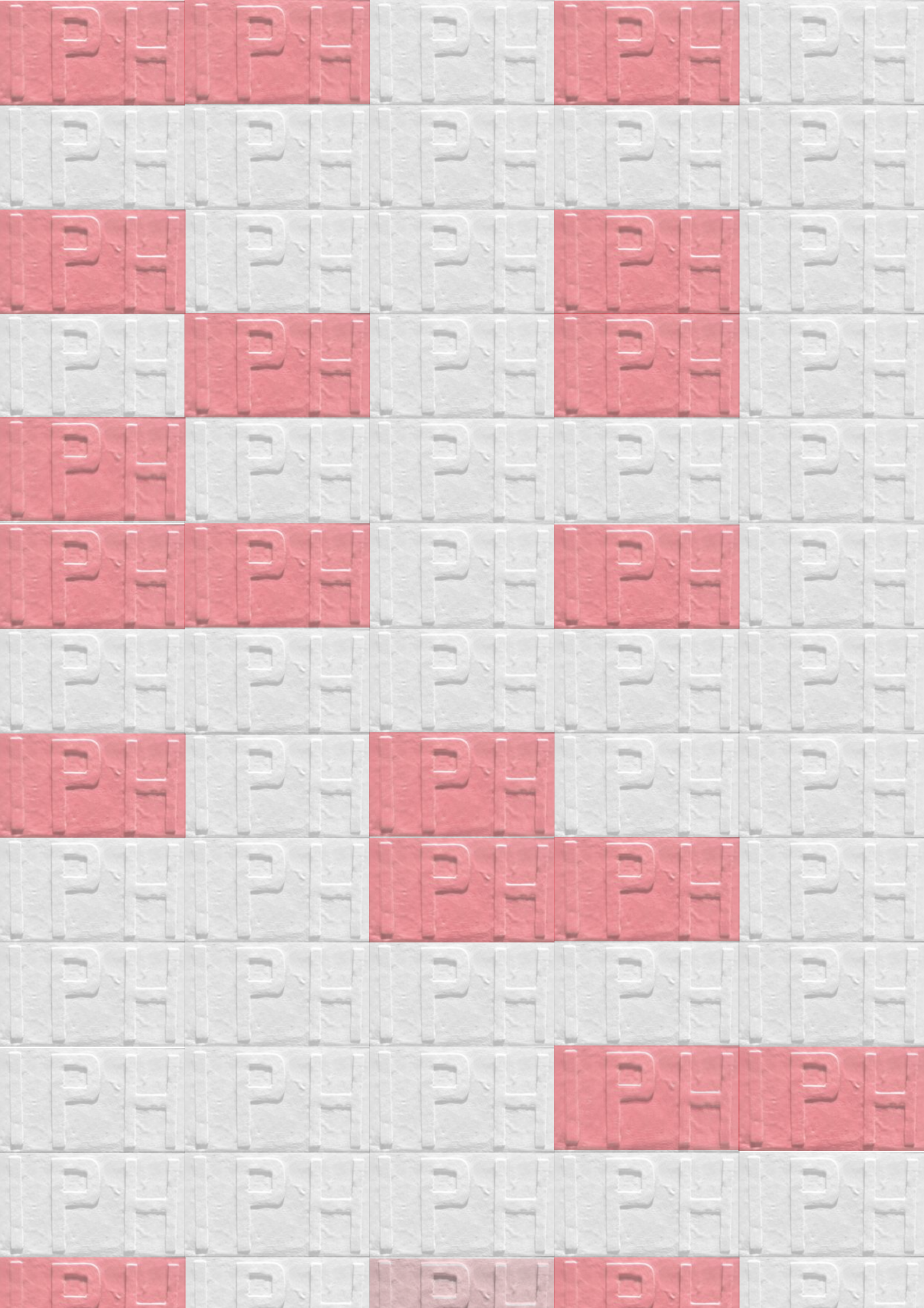
Fotogrametria – Fachada Norte

Fotogrametria – Fachada Leste

Fotogrametria – Fachada Sul

Fotogrametria – Fachada Oeste

INSTITUTO
PARROQUIAL


PH